



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Estudos Latino-Americanos
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação de Estudos Comparados Sobre as
Américas (PPGECsA)

Si me permiten hablar...

Testimonio, interseccionalidade e feminismos: as contribuições de
Domitila Barrios Cuenca para o pensamento social latino-americano

Carolina Menezes Lima

Brasília
2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Estudos Latino-Americanos
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação de Estudos Comparados Sobre as
Américas (PPGECsA)

Si me permiten hablar...

Testimonio, interseccionalidade e feminismos: as contribuições de
Domitila Barrios Cuenca para o pensamento social latino-americano

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais

Carolina Menezes Lima

Dissertação apresentada à banca de
avaliação como pré-requisito para
obtenção do título de mestre em
Ciências Sociais, Estudos
comparados sobre as Américas, sob
a orientação de Rosamaria Giatti
Carneiro.

Brasília, 16 de Dezembro de 2022

Si me permiten hablar...

***Testimonio*, interseccionalidade e feminismos: as contribuições de
Domitila Barrios Cuenca para o pensamento social
latino-americano**

CAROLINA MENEZES LIMA

Apresentada em
16 de dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rosamaria Giatti Carneiro (orientadora) (ELA/UnB)
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dra. Ana Gretel Echazú Böschemeier (avaliadora) (DAN/UFRN)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dra. Mónica Inés Cejas (avaliadora)
Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco/ México

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha fonte inesgotável de amor e apoio: minha família. As pessoas que sempre incentivaram meus estudos de todas as maneiras possíveis e que me ensinaram, desde muito nova, que é por meio da educação o único caminho possível para transformar as realidades que não cabiam nos meus sonhos.

Agradeço à minha vó, não mais presente de corpo, mas sempre guiando meus caminhos.

À Rosa, pela gentileza, paciência e humanidade, que me inspira desde o nosso primeiro encontro antes mesmo que ingressasse no Mestrado, em 2019, e por de todo conhecimento e potência compartilhados. Além da banca examinadora, presente também na qualificação, pelas ajudas na caminhada acadêmica, que foi muito solitária em tempos de pandemia da COVID-19. E, à todas as mulheres que, sutilmente ou abruptamente, cruzaram meu caminho de construção e reconstrução do feminismo que vivo a cada dia. Em especial, às minhas amigas da Coletiva e Projeto de Extensão Roda das Minas, que me ensinam todos os dias sobre a importância das construções coletivas, do trabalho de base e do afeto.

Sinto como se esse fosse um trabalho feito à muitas mãos, já que não conseguiria seguir sozinha, sem essa rede de apoio. Obrigada!

RESUMO

Essa dissertação de mestrado busca publicizar a vida de Domitila Barrios Cuenca, mais conhecida como Domitila Chungara, uma mãe, dona de casa e líder do movimento de mulheres das minas bolivianas dos anos 1960, e discutir a partir do “conhecimento encarnado” o pensamento social latino-americano produzido por mulheres. Mãe, dona de casa, vendedora de *salteñas* e Secretária-Geral do *Comité de Amas de Casa de Siglo XX*, organização aliada ao movimento sindical mineiro, teve importante papel democrático nas ditaduras militares de General René Barrientos (1964-1969) e de Hugo Banzer (1971-1978) pela libertação de seu povo. Seu *testimonio*, publicado por Moema Viezzer (1977), denuncia as péssimas condições de vida e trabalho nas minas e as violências do Estado contra os trabalhadores, indígenas, camponeses e donas de casa. Participante da *Tribuna del Año Internacional de la Mujer* das Nações Unidas, em 1975, compartilhou a visão popular da realidade boliviana e as consequências do imperialismo capitalista na Bolívia, evidenciando que não é possível homogeneizar a experiência das mulheres. A pesquisa mostrou que, o que tardiamente viria a ser teorizado como interseccionalidade, já vigoravam na América Latina e que o “conhecimento encarnado” é uma potente forma de contribuição para produção de conhecimento para o pensamento social latino-americano.

Palavras-chaves: Domitila, *testimonio*, interseccionalidade.

ABSTRACT

This master's thesis seeks to publicize the life of Domitila Barrios Cuenca, better known as Domitila Chungara, mother, housewife and leader of the women's movement in the Bolivian mines of the 1960s, and to discuss the Latin American social thought produced by women. Mother, housewife, saleswoman of *salteñas* and General Secretary of the *Comité de Amas de Casa de Siglo XX*, an organization allied to trade union movement from mines, played an important democratic role in the military dictatorships of General René Barrientos (1964-1969) and Hugo Banzer (1971-1978) for the liberation of his people. His *testimonio*, published by Moema Viezzer (1977), denounces the terrible conditions of life and work in the mines and the violence of the State against workers, indigenous people, peasants and housewives. Participating in the *Tribuna del Año Internacional de la Mujer* of the United Nations, in 1975, she shared the popular view of the Bolivian reality and the consequences of capitalist imperialism in Bolivia, showing that it is not possible to homogenize the experience of women. The research showed that what later would be theorized as intersectionality was already in force in Latin America and that “embodied knowledge” is a potent form of contribution to the production of knowledge for Latin American social thought.

Keywords: Domitila, *testimonio*, intersectionality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reencontro Moema Viezzer (à esquerda) e Domitila Cuenca (à direita) em Cochabamba, 2002.

Figura 2 - Capa da edição digital.

Figura 3: Domitila Barrios Cuenca.

Figura 4 - Domitila com a versão em português “Se me deixam falar...”

Figura 5- Lugares mencionados no texto.

Figura 6 - Domitila em uma mina de Potosí.

Figura 7 - Ex-presidente Evo Morales com capacete da COMIBOL.

Figura 8 - Domitila com imagem de Che Guevara.

Figura 9- Homenagem à Domitila “*Heroína de la Democracia*”

Figura 10 - Domitila durante um discurso.

Figura 11 - Moema e Domitila.

Figura 12 - Mulher na mina de Potosí.

Figura 13 - Domitila discursando em uma manifestação.

LISTA DE SIGLAS

CIA- *Central Intelligence Agency*

COMIBOL- Corporação Mineira da Bolívia

EUA- Estados Unidos da América

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Trangêneros, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexua e mais.

M/C/D - Grupo Colonialidade/Modernidade/Decolonialidade

MNR- Movimento Nacionalista Revolucionário

OBEAMV- Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer

PPGECsA- Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas

REPAM- Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas

UFF- Universidade Federal Fluminense

USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CAMINHOS DA PESQUISA: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	23
2. DOMITILA.....	34
3. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA: REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	49
3.1 Memória Social.....	51
3.2 Registro oral da memória e o <i>testimonio</i>	54
3.3 Pode um subalterno falar?.....	59
3.3.1 Relação Moema-Domitila.....	66
4. MOVIMENTOS FEMINISTAS DO SUL.....	73
4.1 Interseccionalidade na América Latina.....	77
4.2 E, não sou eu, uma mulher?.....	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REIVINDICAR O FEMINISMO.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97



INTRODUÇÃO

Diante da organização e luta popular dos trabalhadores dos centros produtores de minérios bolivianos, que se constrói como resposta aos grandes grupos financeiros, a exploração dos trabalhadores, operários e camponeses e governos ditatoriais e militares na Bolívia, localiza-se Domitila Barrios Cuenca, mais conhecida como Domitila Chungara, uma dona de casa e líder de um dos movimentos da classe trabalhadora mais inspiradores dos anos de 1960, início dos anos de ascensão das ditaduras na América Latina. Seu empenho em democratizar espaços de discussão política marcam sua trajetória e se destacam em meio ao contexto de duas das três ditaduras militares sofridas pelo país, a de General René Barrientos (1964-1969) e de Hugo Banzer (1971-1978), anos caracterizados pela violência repressiva do Estado boliviano, quando além de aprisionamentos, desaparecimentos, torturas e massacres, ainda fome, salários atrasados e falta de medicamentos e suprimentos tomavam conta dos distritos mineiros da região de Potosí. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Domitila Barrios Cuenca foi uma líder operária do movimento de mulheres nascida no dia 7 de maio de 1937 na comunidade de Catavi, dentro do centro mineiro conhecido como *Siglo XX*, em Potosí, na Bolívia. Desde muito nova teve o pai como referência de luta, um homem de origem campesina que desde antes de casar-se, trabalhava como dirigente sindical e fazia parte do Movimento Nacionalista Revolucionário- MNR, partido de esquerda do país.

“Sou filha de um campesino de Toledo, um pequeno povoado ao lado de Oruro. Meu pai criava ovelhas até o momento que o mandaram para a guerra com o Paraguai. Quando retornou, os animais haviam morrido, e como não possuía nada, foi trabalhar na mina *Siglo XX* com a intenção de ganhar um bom dinheiro para comprar ovelhas e voltar para seu povo outra vez.”

Porém o destino foi outro. “As minas sempre estão nas cordilheiras mais altas, onde não havia sequer mercado. O patrão levava alimentos e os vendia aos trabalhadores. Porém nunca o necessário, sempre muito pouco. E havia prometido que os iria pagar dez pesos por dia, mas lhes pagava cinco. Além disso, os trabalhadores lhe deviam o transporte, as botas que receberam, e algumas outras coisas a mais. Desde o início estavam devendo. Ali se casou com minha mãe. Eu nasci em *Siglo XX*, na mina.” (BYSTROWICZ, p.12, 2006, tradução livre)¹

¹ “Soy hija de un campesino de Toledo, un pueblito pequeño al lado de Oruro. Hasta que lo mandaron a la guerra con el **Paraguay**, mi padre criaba ovejas. Cuando regresó los animales habían muerto, ya no tenía nada y se fue a trabajar a la mina Siglo XX con la intención de ganarse un buen dinerito para comprar ovejas y volver a su pueblo otra vez.”

Pero el destino fue otro. “Las minas siempre están en las cordilleras más altas donde no hay ni siquiera mercado. El patrón hacía llevar alimentos y les vendía a los obreros. Pero nunca lo necesario, siempre muy poco. Y si les había prometido que les iba a pagar diez pesos por día, les daba cinco. Y encima los obreros le

A Bolívia é composta por uma grande diversidade de grupos étnicos, como os Quíchua, Aimará, Guarani e Chiquitano, que estiveram presentes na formação e em todos os acontecimentos históricos do país (COMEGNA, 20__). Devido a localização geográfica do território boliviano, há uma disparidade entre povos oriundos das “terras baixas”, que consiste nas regiões norte e leste do país, formada por planícies e pela Floresta Amazônica, e a região do Altiplano, que é constituída pela região andina, área montanhosa conhecida pela grande presença de minérios. Essas condições geográficas produzem diferenças culturais entre as etnias dessas duas regiões. Os povos das “terras baixas” são referidos como indígenas, enquanto os grupos da área andina, incorporada às atividades de mineração, centralizado em Potosí, são denominados campesinos (DA SILVA, 2012).

O contexto da mineração que, nas devidas proporções, já vigoravam em território boliviano com os nativos pré-colombianos, foi essencial para a dominação europeia iniciada no século XVI ser bem sucedida. No primeiro momento a prata foi o principal minério enviado para a Europa, intensificando a atividade mineradora nos séculos XVI e XVII, através da exploração da mão de obra campesina e indígena da região. A partir do século XIX e durante o século XX, outro minério recebeu protagonismo: o estanho, metal cuja Bolívia foi o segundo maior produtor do mundo até os anos 70, responsável pela atividade econômica que sustentava a comunidade mineira onde Domitila vivia (ANDRADE, 2012).

Desde o início da exploração europeia no século XVI, indígenas e campesinos foram a base da sociedade boliviana, responsáveis pela extração dos minérios já citados, além de petróleo, gás natural, zinco, cobre, chumbo, volfrâmio e ouro. Pelo legado de perpetuação da exploração dos povos indígenas e valorização do capital estrangeiro, essa população encontra-se em situação de instabilidade social, econômica e política, intensificadas durante o século XIX, onde ocorreram guerras e tratados diplomáticos que desfavoreceram os bolivianos. Durante o século XX, a Bolívia sofreu derrotas militares e perdas territoriais para o Chile, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Peru, agravando a crise interna (ANDRADE, 2012).

Embora não haja muitas documentações acerca de uma narrativa inclusiva para além da visão eurocêntrica, durante estes conflitos muitos indígenas e campesinos estiveram envolvidos direta ou indiretamente. A Bolívia permaneceu tendo a mineração como principal fonte econômica e a realidade encarada pelo pai de Domitila se assemelha com o

debían el transporte, las botas que le dieron y alguna otra cosita más. Desde el principio estaban deudores. Allí se casó con mi madre. Yo nací en Siglo XX, en la mina.” (BYSTROWICZ, p.12, 2012)

que aconteceu com grande parte da população campesina da Bolívia, onde a localização geográfica dos grupos étnicos é determinante para entender a manutenção ou não desses indivíduos no século XX. Foi durante a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935), citada acima por Domitila em entrevista, que seu pai fez parte do exército boliviano. Esta é, portanto, a realidade na qual Domitila nasceu, cresceu e formou sua percepção sobre a realidade política do país (DA SILVA, 2012).

Crescer no contexto da mineração do estanho, apesar de muito difícil em meio às condições precárias de vida, moradia e trabalho, foi substancial para sua formação e posicionamento político, tendo em vista que a resistência, organização coletiva e luta caracterizaram aquele povo. Perdeu a mãe aos dez anos de idade, em decorrência da cesárea realizada durante o parto da sua irmã mais nova e, sendo a filha mais velha, teve que assumir os trabalhos domésticos, além dos cuidados da recém-nascida e das outras três irmãs (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Percebeu desde muito cedo que a exploração dos trabalhadores não se restringia às longas e desgastantes oito horas de trabalho braçal, sem alimentação e expostos aos gases tóxicos da mineração. Na verdade, por efeito do sistema, a exploração se estendia às esposas e toda família. Às esposas, donas de casa, cabiam todos os trabalhos de cuidado e educação das crianças, além dos afazeres domésticos de lavar, passar e cozinhar. Com o baixo salário do marido, ela ainda complementava a renda da casa com a produção e venda de *salteñas*, empanadas típicas bolivianas. Os filhos ajudam na produção e venda das empanadas além dos trabalhos domésticos (CORRALES, 2015; SILVA, 2022).

Foi enxergando a necessidade de incluir as mulheres em espaços políticos e de representação que Domitila assumiu, em 1963, o papel de Secretária Geral do *Comité de Amas de Casa*, organização sindical popular que nos convida a pensar sobre a relação da libertação das mulheres e a da classe trabalhadora fundamentalmente ligada à libertação econômica, sociopolítica e cultural da sociedade, tendo em vista que o trabalho doméstico não remunerado é uma extensão do trabalho dos seus companheiros e filhos. Domitila questionava a posição social marginalizada das mulheres na sociedade boliviana, levando em conta as questões que tangenciam gênero dentro da estrutura social, mostrando como, na prática, essas opressões operam de forma simultânea e articulada. “Bem, penso que tudo isso mostra bem como o mineiro é duplamente explorado, porque pagando tão pouco, a mulher

tem que fazer muito mais coisas em casa. E é um trabalho gratuito que estamos fazendo, afinal, ao patrão.” (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.24, 2005, tradução livre)².

Esse tipo de trabalho entendido primeiramente como trabalho doméstico, chamado por Silvia Federici de “trabalho reprodutivo”, designa compulsoriamente às mulheres as funções de cuidado e limpeza e é responsável por explorá-las como sujeitas de reprodução da força de trabalho no sistema capitalista (FEDERICI, 2019).

Domitila, que foi convidada oficialmente pelas Nações Unidas, reconhecendo seu comprometimento com a luta democrática da Bolívia e seus trabalhos como Secretária Geral do *Comité de Amas de Casa de Siglo XX*, organização das esposas dos trabalhadores do centro produtor de estanho de onde morava, representou o país na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer* que aconteceu no México, em 1975. Na ocasião, Domitila foi a

“[...] única mulher da classe trabalhadora que participou ativamente da Tribuna representando a Bolívia e suas intervenções causaram profundo impacto entre os presentes. Isso ocorreu, em grande parte, por “Domitila viver o que as outras falavam”, segundo comentário de uma jornalista sueca” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 2, 2005, tradução livre).³

Nesse sentido, Domitila é referência de liderança e luta pela sua atuação central contra as ditaduras de general René Barrientos (1964-1969) e Hugo Banzer (1971-1978) e pelo seu empenho em articular politicamente as donas de casa do *Siglo XX* com os trabalhadores mineiros, não só no apoio às organizações sindicais, reivindicações, greves e aos presos políticos diante do contexto de autoritarismo e ditaduras na Bolívia, como também no trabalho de base de formação política de mulheres para desempenharem o papel central de educadoras e formadoras de opinião dentro das suas próprias casas (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

O fato de “Domitila viver o que as outras falavam” é o ponto de partida para acompanhar o percurso de acontecimentos narrados em seu *testimonio* abordando, em primeira pessoa, os mecanismos de opressão e dominação sofridos pelas mulheres do *Siglo XX*. O que tardiamente viria a ser teorizado como “interseccionalidade”, faz parte da experiência prática decolonial que deve ser objeto fundamental nos estudos de gênero e de

² Bueno, pienso que todo esto muestra bien claro cómo al minero doblemente lo explotan, ¿no? Porque, dándole tan poco salario, la mujer tiene que hacer mucho más cosas en el hogar. Y es una obra gratuita que le estamos haciendo al patrón, finalmente, ¿no? (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 24, 2005).

³ Única mujer de la clase trabajadora que participó activamente en la Tribuna en representación de Bolivia, sus intervenciones produjeron un profundo impacto entre los presentes. Eso se debió, en gran parte, a que “Domitila vivió lo que otras hablaron”, según el comentario de una periodista sueca (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 2, 2005).

reafirmação da necessidade de reconhecer a prática como produção de conhecimento, e não apenas o que é teorizado e, muitas vezes desassociado do vivido.

Carla Akotirene aponta que “as mulheres negras, evidenciaram destreza corpórea, insubmissão política em defesa do abolicionismo e sufrágio, preocupadas em superar toda e qualquer opressão, sem que, para isso, credenciais acadêmicas validassem este conhecimento” (AKOTIRENE, p.20, 2019). Assim como as mulheres negras, mulheres de origem indígena e campesina, como Domitila, mostram como a separação de teoria e prática é insustentável e sua produção de conhecimento se mistura com a sua vida. Sua escola é a vida de seu povo e a sua teoria é dominada pela prática, pensamento e visão de mundo, o que pode passar despercebida pelas limitações de raciocínio e lógicas ocidentais, incapazes de identificar como contribuições epistemológicas.

É do cotidiano de dona de casa, no contexto da mineração, da onde parte a sua interpretação da realidade, vida e projeções. Seu *testimonio* nos permite ver e sentir, com o exemplo prático da sua vida e luta, o modo como as mulheres não brancas estão atravessadas por essa “encruzilhada de avenidas” de gênero, etnicidade, classe e cisheteropatriarcado, recentemente teorizada, mas que já integravam os discursos e vigoravam enquanto ação em contextos dos movimentos sociais dos territórios latino-americanos (DÍAZ-BENITEZ, 2019).

Assim, a presente dissertação recuperará a história de Domitila Barrios Cuenca, uma mulher das minas de estanho da Bolívia, mãe e ativista, localizada fora do circuito mais conhecido das produções teóricas e acadêmicas, com o objetivo de refletir sobre a construção de pensamento latino-americano produzido por mulheres latino-americanas, a partir do *testimonio* contido no livro *Si me permiten hablar: testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia* (2005), à luz da discussão teórica latino-americana sobre *testimonio*, como narração da urgência, baseado nas publicações do crítico literário John Beverley, membro fundador do Grupo de Estudos Subalternos Latino-americanos⁴ (BUSTOS, 2003).

Busco incidir ainda na necessidade de se fortalecerem práticas feministas de lente analítica e metodologia interseccional, capazes de “enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019 p. 19). E mais que isso: sobre a importância que a ideia de “interseccionalidade”, alimentada pela contribuição de

⁴ O Grupo de Estudos Subalternos Latinoamericanos, composto principalmente por historiadores e críticos literários, foi fundado por John Beverley, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez, Javier Sanjines no início da década de 1990, com o objetivo de questionar o colonialismo teórico e debater criticamente a subalternidade e os sujeitos silenciados sociopoliticamente pelo poder hegemônico.

diferentes práticas feministas sendo elas acadêmicas, ativistas, dos movimentos sociais, donas de casa, do campo de da cidade, de diferentes sexualidades, reconhecendo-se feministas ou não, para compreender e articular as diferentes formas de opressões que perpassam as vidas e corpos das mulheres em diferentes contextos.

Nesse sentido, os objetivos específicos desta dissertação de mestrado são: a) Historicizar a vida de Domitila Barrios Cuenca, a partir do seu *testimonio*, de forma contextualizada com a situação sociopolítica da Bolívia entre os anos 1960 e 1970 ; b) Analisar a produção do *testimonio* como registro/reivindicação de memória de sujeitos subalternos para apropriação e reconhecimento do passado, com o aporte teórico de John Beverley e Gayatri Spivak e; c) Discorrer sobre “interseccionalidade”, a partir do *testimonio* de Domitila Barrios Cuenca, à luz de pensadoras feministas como Carla Akotirene, Djamilia Ribeiro, Angela Davis, bell hooks e Françoise Vergés.

A primeira versão do livro de mesmo título, publicado em 1977, foi originada a partir da participação de Domitila na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer* que aconteceu no México, em 1975. Durante sua participação, as diferentes realidades entre as mulheres presentes ficou evidente, provando que a categoria “mulher” não tem uma definição homogênea e universal, assim como suas pautas prioritárias e urgentes, que não são necessariamente as mesmas (COLLINS, 2017).

Bem, com minha companheira saímos de lá, pois ali estavam reunidas centenas de prostitutas para tratar de seus problemas. E nós fomos a outro local. Ali estavam as lésbicas. E ali também, sua discussão era “que se sentem felizes e orgulhosas de amar outra mulher... que devem lutar por seus direitos”... Assim, esses não eram esses meus interesses. E para mim era uma coisa incompreensível que se gastaram tanto dinheiro para discutir na *Tribuna* essas coisas. Porque eu havia deixado meu companheiro com sete filhos, tendo que trabalhar todos os dias na mina. Havia saído de meu país para fazer com que conhecessem a minha pátria, o que sofremos, que na Bolívia não se cumpre a carta magna das Nações Unidas. Eu queria que conhecessem tudo isso e escutar o que me diziam dos outros países explorados e os outros grupos que já haviam se libertado. E me deparei com outros tipos de problemas?... Me sentia um tanto perdida. (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.162, 2005, tradução livre)⁵

⁵ Bueno, con mi compañera nos salimos de allí, porque allí estaban reunidas cientos de prostitutas para tratar de sus problemas. Y nos fuimos a un otro local. Allí estaban las lesbianas. Y allí también, su discusión era “que ellas se sienten felices y orgullosas de amar a otra mujer... que deben pelear por sus derechos”... Así. No eran ésos mis intereses. Y para mí era una cosa incompreensible que se gastara tanta plata para discutir en la Tribuna esas cosas. Porque yo había dejado a mi compañero con siete hijos y teniendo él que trabajar cada día en la mina. Había salido de mi país para hacer conocer lo que es mi patria, lo que sufre, que en Bolivia no se cumple con la carta magna de las Naciones Unidas. Yo quería hacer conocer todo esto y escuchar lo que me decían de los otros países explotados y los otros grupos que ya se han liberado. ¿Y toparme con esta otra suerte de problemas?... Me sentía un tanto perdida. (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.162, 2005)

A participação de Domitila Barrios Cuenca nesse espaço de discussão gerou o interesse de Moema Viezzer em recolher testemunhos da dona de casa para publicá-los. Moema Libera Viezzer é uma educadora brasileira, nascida no Rio Grande do Sul, em 1938. Comprometida com a educação popular feminista e a educação popular ambiental, ficou exilada durante a ditadura civil militar do Brasil nos anos de 1973 e 1974 no México, Peru e Inglaterra onde foi assistente de pesquisa na Universidade de Manchester, quando acompanhou o marido no doutorado. Retornou ao Brasil em 1980, com a anistia, quando fundou a Rede Mulher de Educação e, posteriormente, o Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer -OBEAMV (GOMÉZ, 2018).

Viezzer foi a responsável pela organização e edição do livro *Si me permiten hablar... testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia* (2005), resultado do registro oral originário de depoimentos intencionais e conscientemente fornecidos pela Domitila Barrios Cuenca e acompanhadas por Moema Viezzer, no México e na Bolívia, em espaços de debate formais e informais. Todo material foi gravado, documentado e organizado por Viezzer e revisado por Domitila, resultando no livro em questão (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Figura 1 - Moema e Domitila.



Fonte: cambio.bo.

Si me permiten hablar... testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia foi publicado em cinco edições físicas pela editora Siglo XXI Editores S.A., do México, além da versão digital de 2005, utilizada nesta dissertação, e traduzido para mais de cinco

línguas diferentes, sendo considerado o livro mais traduzido e difundido de toda a história literária do país.

Figura 2 - Capa da edição digital.



Fonte: “Si me permiten hablar” (2005).

A obra é composta por três partes. A primeira delas, “*Su pueblo*” é responsável por descrever as condições de vida e laborais dos trabalhadores mineiros bolivianos nas minas de estanho e contextualizar o início de seu envolvimento no movimento organizado sindical. Na segunda parte, nomeada “*Su vida*”, tomamos ciência sobre as condições de vida da autora, pobreza, o abuso físico e mental que sofreu, e a sua determinação em comprometer-se com a luta de libertação do seu povo. A terceira parte, “1976”, descreve a luta que culmina com as greves de junho e julho de 1976 e sua participação na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*.

O uso da versão digital foi escolhida não só pelas restrições de acesso às outras versões, mas também pela versão contar com um prefácio corrigido e ampliado que dita suas observações sobre a condução da leitura da obra. Há ainda uma fala assinada pela própria Domitila, direcionada à editoração, em março de 1978, concordando com a metodologia de

trabalho utilizada por ambas, assumindo o trabalho de forma conjunta, além de uma pequena entrevista, feita por Moema Viezzer em La Paz, no mesmo ano, de três perguntas direcionadas e respondidas por Domitila, publicadas junto ao livro, em decorrência de críticas e questionamentos levantados por críticos e leitores sobre a veracidade das informações, acrescentadas à obra nas versões seguintes (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

A extraordinária difusão que este livro teve desde o momento em que apareceu também provocou a reação de alguns grupos que tentaram distorcer a orientação e o conteúdo do texto. Domitila Barrios de Chungara escreveu à Editora pedindo que fosse incluída uma última conversa realizada em La Paz, em março de 1978, com a autora do livro, Moema Viezzer:

“Do jeito que o livro é, é o meu verdadeiro pensamento atual e a expressão que quero dar a ele. Eu o li e concordo com o seu conteúdo e também com o método de trabalho que temos utilizado. Quero dizer que estou de pleno acordo para que continue, publicando o livro como está e que realmente sirva este contributo que temos almejado dar.”(BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.5, 2005, tradução livre).⁶

Dessa feita, importa ressaltar que a análise que se sucederá tem caráter metodológico notadamente qualitativo. Nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa tem sido amplamente empregada e difundida pelo seu caráter investigativo na atividade científica com base na compreensão, olhar e experiência dos atores envolvidos no fenômeno investigado. Esta abordagem qualitativa permite que seja analisada a acepção e interpretação atribuídas aos fatos conforme os processos pessoais e coletivos, crenças, valores, opiniões e suas próprias construções e relações (MINAYO, 2008).

Esta é uma pesquisa que se constrói em meio à preocupação de analisar, a partir da leitura dos sujeitos femininos subalternos da história da Bolívia, os problemas enfrentados pela comunidade mineira nas ditaduras de René Barrientos (1964-1969) e Hugo Banzer (1971-1978), partindo do ponto de vista dos indivíduos e permitindo que sejam analisadas as interações sociais, relações territoriais, condições de trabalho e habitação e diversas outras

⁶La extraordinaria difusión que este libro ha tenido desde el momento en que apareció, provocó también la reacción de algunos grupos que intentaron deformar la orientación y el contenido del texto. Domitila Barrios de Chungara ha escrito a la Editorial pidiendo se incorpore una última conversación mantenida en La Paz en marzo de 1978 con la autora del libro, Moema Viezzer:

“Así como está el libro es mi verdadero pensamiento actual y la expresión que yo quiero darle. Lo he leído y estoy conforme en cuanto al contenido y también al método de trabajo que hemos utilizado. Quiero decir que estoy de pleno acuerdo para que se siga, publicando el libro así como está y que sirva realmente este aporte que hemos querido dar” (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.5, 2005).

nuances que compõem e atravessam os sujeitos e suas histórias, assim como seus desafios e transformações (RIBEIRO, MACHADO, 2014).

Vale lembrar que o testemunho de Domitila é um dos poucos *testimonios* documentados de uma mulher das minas, a mulher dona de casa, moradora dos centros produtores de minérios, esposas dos trabalhadores, responsáveis pelos trabalhos reprodutivos não remunerados nos acampamentos formados em torno das minas para abrigar os mineiros e suas famílias. A luta pela palavra contribui na construção de uma análise histórica inovadora que parte de uma visão popular de como viveu a comunidade do distrito mineiro do *Siglo XX*, suprimindo uma lacuna na construção de instrumentalização da ação ocasionada pela escassez de documentação escrita do povo mineiro envolvido na luta de libertação da Bolívia (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Definiu-se portanto uma abordagem metodológica que busca analisar a obra intitulado *Si me permiten hablar... testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia*, organizado por Moema Viezzer (2005), *testimonio* de Domitila Barrios de Cuenca, com vistas a potencializar a possibilidade de articular a história pessoal e coletiva da líder operária e do povo mineiro com o movimento sociopolítico da Bolívia (GOLDENBERG, 2004).

Para isso, os capítulos dessa dissertação estão organizados de forma que o primeiro deles, **Caminhos da pesquisa- percurso metodológico**, busca preparar o terreno da leitura, trazendo as perspectivas teórico-metodológicas utilizadas como ponto de partida para o melhor entendimento do decorrer deste trabalho. Conceitos como “subalternos” de Spivak (2010), colonialidade (QUIJANO, 2005) e a própria discussão em torno dos desafios envolvidos em trabalhos com *testimonio* baseada em Beverley e Achugar, organizadores do livro *La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa* (2002), e da cientista política argentina Pilar Calveiro (2006) são introduzidos, assim como a noção do “conhecimento encarnado”, central na discussão do pensamento feminista latino-americano, presentes no Dossiê da Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas- REPAM (BÖSCHEMEIER, CEJAS, CARNEIRO, 2021).

Encontra-se, ainda, a descrição da forma de elaboração do livro *Si me permiten hablar... testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia*, organizado e publicado por Moema Viezzer a partir do *testimonio* de Domitila, primeiramente em 1977, e suas considerações disponíveis nas edições seguintes, além da trajetória metodológica utilizada

para o desenvolvimento deste trabalho de Dissertação no Programa de Pós Graduação de Estudos Comparados sobre as Américas- PPGECSA.

No capítulo dois, intitulado **Domitila**, buscou-se contextualizar historicamente Domitila Barrios Cuenca na historiografia da Bolívia, através de uma revisão bibliográfica do período de ascensão dos regimes autoritários latino-americanos (1959-1990), com o aporte teórico da página virtual do projeto de Iniciação Científica de título “Memória e Resistência: estudo dos contextos de criação de sítios de memória política na América Latina”, disponível na Plataforma Paineira da Universidade de São Paulo (USP); da publicação de Everaldo de Oliveira Andrade na Revista Caderno de Ciências Sociais, com o título “Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea” (2012) e da tese de doutorado de Cleyton Mendonça Cunha Filho que deu origem ao livro *Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia* (2018).

É importante destacar que não se pretende fazer uma análise histórica do país nem do Movimento Sindical Mineiro. O foco dessa contextualização é, muito mais, suprir a lacuna de situá-la local e temporalmente, ainda com enfoque para seu *testimonio*, já que

[...] são poucos os testimonios de um homem ou uma mulher da mina, da fábrica, do bairro marginalizado, ou do campo, onde o protagonista não apenas narra situação em que vive, mas está consciente das causas e mecanismos que criam e mantêm tal situação, e está comprometido na luta para mudá-la (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 3, 2005, tradução livre).⁷

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito do campo de estudo da Ciências Sociais sobre a memória. No contexto latino-americano e caribenho, os estudos sobre memória têm ganhado maiores espaços como campo epistemológico e contribuído significativamente para questionar e confrontar os discursos históricos oficiais e culturais hegemônicos, com o objetivo de promover o reconhecimento dos setores subalternos ignorados das memórias dos países nas histórias oficiais. Diante da relação conflitiva entre os sujeitos e o passado, principalmente se levarmos em conta histórias vinculadas ao contexto de ditaduras, conflitos e regimes de violência, a memória individual e coletiva edifica-se como uma ferramenta fundamental de

⁷ [...] son pocos los testimonios de un hombre o una mujer de la mina, de la fábrica, del barrio marginado o del campo, donde el protagonista no solamente narra la situación en que vive, sino que está consciente de las causas y mecanismos que crean y mantienen tal situación y está comprometido en la lucha por cambiarla (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 3, 2005).

construção democrática e de desenvolvimento de processos de reconhecimento, justiça, reparação e não repetição (CORRALES, 2015).

Assim, o capítulo três, **Estudos sobre Memória: Referências Teóricas**, conta com uma revisão de literatura sobre a memória e sua função social como um espaço de constante disputa política de reconhecimento e legitimação de povos subalternos. Considero o esforço da ativista em fortalecer o componente discursivo da memória social do povo mineiro boliviano e em inserir a memória individual na coletiva por meio de seu *testimonio* (POLLAK, 1898). Estarei, portanto, trabalhando com a dimensão social do vivido e recordado pela comunidade mineira, especialmente pelos trabalhadores do centro produtor de estanho *Siglo XX*, sobretudo da trajetória pessoal e política de Domitila Barrios Cuenca no contexto das ditaduras de René Barrientos (1964-1969) de Hugo Banzer (1971-1978).

É importante destacar que apesar das importantes contribuições para os estudos dos *testimonios*, deve-se levar em conta que John Beverley escreve a partir dos estudos produzidos nos Estados Unidos da América- EUA reclinados sobre as produções latino-americanas. Por isso, para além das produções acadêmicas do crítico literário dedicadas ao tema, destaco outras produções desenvolvidas na América Latina para a análise da obra de “*Si me permiten hablar...*”.

Há ainda o debate sobre a importância e os desafios do *testimonio* como ferramenta de denúncia e expressão, visando responder à pergunta que dá o nome a publicação “Pode um subalterno falar?” (SPIVAK, 2010), buscando traçar o paralelo com Domitila e os possíveis conflitos de interesse que permeiam a relação autora-organizadora.

O capítulo quatro, **Movimentos Feministas do Sul**, é responsável pelo aporte teórico que conceitua a “interseccionalidade” a partir das discussões de gênero, raça e classe com enfoque nas produções de mulheres latino-americanas como Carla Akotirene, Maria Lugones, Rita Segato e Djamila Ribeiro, além de bell hooks, Françoise Vergès e Sojourner Truth. Espera-se que, com este arcabouço teórico, seja possível entender a “interseccionalidade” como ferramenta metodológica e prática analítica existente em epistemologias situadas desde antes da categorização do conceito. Assim, é possível perceber que a produção de conhecimento das mulheres latino-americanas está intimamente ligada à vida vivida, ao encarnado.

Os esforços aqui despendidos são estimulados pela necessidade de contestar a ordem política vigente e de ocupação dos espaços na dinâmica de luta pela vida, onde a construção

e o fortalecimento das democracias latino-americanas passam pela inclusão fundamental de mulheres, indígenas, camponeses, movimento negro e organizações comunitárias e evidenciar como os aspectos que envolvem o “conhecimento encarnado” das mulheres potencializam a construção do pensamento social latino-americano.

1. CAMINHOS DA PESQUISA: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Esse mestrado descreve e publiciza a vida de uma mãe, dona de casa e líder operária e adensa o debate sobre *testimonio* e feminismos latino-americanos, buscando incidir na disseminação e acesso de informações referentes às múltiplas realidades latino-americanas, destacando a proposta de apresentar questões pertinentes ao pensamento social do sul global, através do estudo da vida e ativismo de Domitila Barrios Cuenca (1937-2012).

Enquanto componentes da academia sabemos que devemos abandonar a pretensa superioridade étnica e cognitiva para não reprodução de mais um espaço de padrão de poder e proporcionar a possibilidade de acesso não só aos sujeitos epistêmicos que encontram-se às margens dos inumeráveis homens, brancos e europeus, dos quais estamos acostumados, como também a produção e reconhecimento de “saberes localmente situados” (MESSEDER, 2020, DONNA HARAWAY, 2016). De acordo com as ideias de Quijano (2005) e Mignolo (2008), essa “descolonização do poder” e “do saber” passa por legitimar produções indígenas, negras e de povos tradicionais como sujeitos epistêmicos fora do eixo de uma racionalização específica eurocentrada de fundamental importância para entender a realidade latino-americana como plural e diversa. Spivak (2010) faz também sua contribuição sobre um dos desafios centrais enquanto produtora de saber e conhecimento: afrontar discursos hegemônicos como forma de questionar, influenciar e intervir na forma que o mundo contemporâneo é lido.

Isso acontece porque o ponto de partida da “colonialidade” depende da divisão social mundial entre ocidente e um terceiro mundo, onde o ocidente é responsável pela produção de conhecimento e é “cúmplice dos interesses econômicos internacionais” dessa mesma parte do mundo (SPIVAK, p.20, 2010). O sujeito problematizado terceiro mundista é representado no discurso ocidental como um sujeito subalterno, alguém visto como “outro”, que não tem espaço para se auto representar nem de ser ouvido, não tem lugar na economia e na política e é impossibilitado de ascender socialmente (SPIVAK, 2010).

É nesse lugar que encontra-se Domitila Barrios Cuenca, localizada fora do circuito mais conhecido das produções teóricas e acadêmicas, que através do seu *testimonio*, organizado por Moema Viezzer (2005), traz à tona as potencialidades da memória social do povo mineiro e a possibilidade de enxergar diferentes sociedades e culturas pelo olhar e experiência de sujeitos contra hegemônicos da América Latina, como as mulheres de classes populares.

Atualmente fala-se, escreve-se e pesquisa-se muito sobre a correlação de gênero, raça, etnicidade, classe e territorialidade, a chamada “interseccionalidade”, conceito que ganhou notoriedade nos últimos anos no Brasil, principalmente com a publicação de título “O que é interseccionalidade?” na Coleção Feminismos Plurais, com autoria Prof. Dra. em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo, Carla Akotirene. Ainda assim, conhecemos muito pouco o pensamento vivido, encarnado, que é construído a partir das práticas sensoriais e experiências reais, sobretudo na América Latina.

Para adensar o debate das produções de conhecimentos latino-americanos que partem de mulheres, recorro ao conceito de “encarnado” utilizado no Dossiê REPAM (2021), colocando-o como central para entender a epistemologia das mulheres de origem indígena e camponesa, como Domitila Barrios, além de Rigoberta Menchú, Julieta Paredes, Lorena Cabnal e outras mulheres localizadas na América do Sul, América Central e Caribe. O pensamento encarnado é central para entender que a legitimidade da produção está na construção do ser, pensar e agir dessas mulheres a partir do que é visceral, vivido e sentido (BÖSCHEMEIER, CEJAS, CARNEIRO, 2021).

Assim, trabalhar com um *testimonio* parte de uma análise capaz de resgatar e reconstruir a história e o papel importante das memórias coletivas, como forma de resistência, dos povos subalternos na história. Diferente de uma biografia ou autobiografia, que tem como característica a narração de um eu autônomo de postura mais individualista, o *testimonio* é carregado de significados e fins políticos muito preciosos e que, por isso, é conhecido como “narração de urgência”, assumindo caráter coletivo que necessariamente contesta a estrutura social de poder estabelecida e suas formas de legitimação (BEVERLEY, 1987).

Busquei outros trabalhos com enfoque no estudo do *testimonio* de Domitila nas áreas de literatura, ciências sociais e estudos latino-americanos, além de trabalhos desenvolvidos com enfoque na vida e *testimonio* de mulheres, com vistas a expandir as possibilidades de procedimentos metodológicos a serem utilizados para análise do livro em questão. Localizei os trabalhos de dissertação em Estudos Literários da Universidade Federal Fluminense- UFF de Yasmin Justo da Silva, as publicações de Rocío Zavala Virreira na Revista *Avatares del Testimonio en América Latina* e Carla Rodríguez Corrales na *Revista de História*, muito caros aos debates em torno da publicação de Viezzer.

Baseei-me ainda em produções de formatos diversos, como entrevistas com Moema Viezzer e entrevistas com Domitila feitas por outros autores de livros sobre sua vida como María del Carmen Garcés, a entrevista e o documentário com participação de Domitila concedida à Malena Bystrowicz, diretora do documentário *Mujeres de la Mina*, além da série de seis vídeos publicados pelo canal da *Asamblea Boliviana* no *YouTube*, além de outros materiais escritos e audiovisuais com a autora, ou que contam sobre a autora, já que a diversificação das fontes de pesquisa possibilitam maior arcabouço teórico de fontes de informações, entendendo que a produção de conhecimento não se restringe às formas mais aceitas e reconhecidas academicamente como registros.

O método de análise utilizado para leitura e interpretação do *testimonio* de Domitila Barrios Cuenca construiu-se baseado no que Yurdekys Espinosa Miñoso (2019) chama de “genealogia da experiência”, crítica que se opõe a homogeneização de um feminismo latino-americano capaz de reproduzir a colonialidade do poder e do saber que pretende universalizar as experiências femininas no território, tendo como referência as noções eurocentradas de identificação com o que é ser mulher e suas vivências. Para isso, parte do processo se propõe a assumir a biografia e a experiência das próprias vidas como essenciais para construção do que chamamos de pensamento latino-americano, legitimando academicamente a pluralização das vivências, corpos, localidades, saberes e visões de mundo capazes de expandir as possibilidades do que conhecemos como América Latina, ou Améfrica Ladina⁸, em suas inúmeras possibilidades de registros como em filmes, pinturas, músicas e poesias. (BÖSCHEMEIER, CEJAS, CARNEIRO, 2021).

A partir *testimonio* de Domitila, é possível apontar as semelhanças ligadas às críticas antirracistas e decoloniais e discutir abordagens metodológicas comprometidas em desenvolver epistemologias feministas a partir de um método genealógico, propondo um conhecimento que parte de um conhecimento situado baseado na experiência (MIÑOSO, 2019). Nesse sentido, é importante destacar que a produção de conhecimento de Domitila Barrios Cuenca não é teorizada. Pelo contrário. É vivida. Sua produção se mistura com a sua história de vida e sua escola de pensamento é a vida de seu povo. É o cotidiano de uma dona de casa no contexto da mineração da onde parte a sua interpretação da realidade, vida e projeções. Portanto, o movimento não ocorre conforme o pensamento canônico de uma teoria que pode ser levada à prática, e sim a prática legitimada como epistemologia.

⁸ O conceito desenvolvido por Lélia González (1988) propõe o termo Améfrica Ladina, partindo de uma perspectiva afrodiáspórica e indígena da região da América Latina.

O conceito de “encarnado” também está diretamente relacionado com a interseccionalidade, pois faz parte de uma experiência corpórea que muitas vezes se estende a ancestralidade, a comunidade e aos seus territórios, não havendo uma diferença clara entre eles, onde a experiência é profundamente guiada pelo lugar social que o indivíduo ocupa na sociedade. Portanto, a construção das identidades/eu que fazem parte dos indivíduos, levando em conta gênero, raça, etnia, classe e ainda sexualidade, cosmovisões, localidades, são identificadas no cotidiano de uma forma muito mais encarnada do que pensada (BÖSCHEMEIER, CEJAS, CARNEIRO, 2021).

É importante destacar que, justamente por essa gama de especificidades que podem interferir nas experiências vividas, não é possível homogeneizar as mulheres latino-americanas, assim como o feminismo que decorre deste mesmo território, conforme estamos exaustivamente submetidos à narrativas únicas e universais. Portanto, faz parte da estratégia política das mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, povos tradicionais, indígenas, camponeses e subalternos, o combate dessa cosmovisão hegemônica homogeneizante e excludente (MIÑOSO, 2019).

Domitila Barrios Cuenca foi seu nome antes do casamento e foi assim que ela se apresentou depois de sua separação conjugal, já nos últimos anos da sua vida. Por isso, opto por mencioná-la durante todo o presente trabalho como Domitila, seu primeiro nome, ou seu nome completo, e não Chungara. Apesar desse ser seu sobrenome mais conhecido, por coincidência ou não, é o sobrenome do ex marido, nome retirado pela mesma em alguma das suas últimas entrevistas concedidas à Malena Bystrowicz, diretora do documentário “Mujeres de la Mina” (2014). “Me llamo **Domitila Barrios Cuenca** porque cuando una se casa en Bolivia siempre lleva el apellido del marido: Chungara” (BYSTROWICZ, 2012). Essa escolha se baseia na necessidade da reafirmação de que mulheres não são propriedade de seus companheiros e não podem ser resumidas aos seus casamentos e vida privada.

Figura 3: Domitila Barrios Cuenca.



Fonte: Resumen Latinoamerica (2021)

Tendo como fonte de pesquisa prioritária o testemunho de Domitila presente no livro *Si me permiten hablar... testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia* (2005), reconheço que um dos principais desafios encontrados para o desenvolvimento do trabalho faz parte da limitação linguística que considero central no entendimento, interpretação e tradução do livro. Penso, escrevo e me inscrevo a partir do lócus específico de uma mulher brasileira e branca nascida e criada na área urbana da capital do país. Se no primeiro momento a fronteira linguística se fez presente na mediação entre Domitila e a socióloga brasileira, tendo em vista que o espanhol não é a língua materna da autora, o obstáculo se encontra também na leitura e interpretação do livro em versão digital em língua espanhola usada para elaboração desta dissertação (GUZMAN, 2019)(CORRALES, 2015).

Deve-se considerar ainda meu pensamento enquanto intelectual que nasce dessa posição de privilégio, ou seja, do pensar o mundo a partir de uma condição socioeconômica onde as “contradições de classe, etnia, sexo ou nível cultural que existem dentro do mundo representado no testemunho podem ser reproduzidas na relação entre narrador e o

compilador da produção de texto [...]” também podem estar presentes neste trabalho (BEVERLEY, 1987).

Tratando-se de uma análise baseada no gênero textual e literário *testimonio*, escolho ainda utilizar o termo em espanhol, respeitando a originalidade linguística que faça juz a característica marcante da “narrativa da urgência”, que ocupa um espaço legítimo na disputa por poder na esfera pública (BEVERLEY, ACHUGAR, 2002). Márcio Sellingman-Silva defende que o testemunho, como a narrativa originárias de Europa e dos Estados Unidos da América, está ligado às memórias do holocausto na Segunda Guerra Mundial, enquanto *testimonio* preservando sua escrita em espanhol, originada na América Latina, é institucionalizada como prática discursiva específica com a Revolução Cubana, durante a década de 1960. Assim, o gênero contribui na abordagem sobre os problemas sociais no continente americano com foco nas ditaduras vigentes na segunda metade do século XX, a exploração econômica e repressão às minorias étnicas e às mulheres (SELIGMANN-SILVA, 2005). Portanto, partindo de objetivos tão diferentes e de realidades tão distintas, a diferenciação das grafias se faz necessária.

Na teoria literária, podemos perceber, nos últimos anos, grosso modo, dois grandes campos de discurso sobre o testemunho que têm se aproximado cada vez mais ultimamente. De um lado, a noção é pensada, no âmbito europeu e norte-americano, a partir da experiência histórica dessas regiões e países, de outro, o conceito de “*testimonio*” tem sido pensado a partir da experiência histórica e literária da América Latina (SELIGMANN-SILVA, p.86, 2005).

É importante destacar ainda que, quando se trata da análise de um *testimonio*, o contexto social do autor é determinante já que essa narração nasce diante de uma urgência coletiva de mudança estrutural para um grupo social, em espaços onde as estruturas de opressão, marginalização e pobreza são compartilhadas, com o objetivo de alcançar outros públicos. Para isso, faz-se necessário que a publicização de testemunhos, como o de Domitila, envolvam o intermédio de um interlocutor responsável pela gravação, transcrição e redação da narração oral, além da organização e publicação de normalmente um etnógrafo, jornalista ou escritor responsável por essas funções (BEVERLEY, 1987). Neste caso, foi a educadora brasileira Moema Viezzer que tomou à frente dessa organização ao conhecer Domitila na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer* que aconteceu no México, em 1975, onde Domitila foi convidada pelas Nações Unidas para compor a *Tribuna*, enquanto Moema era uma das intérpretes.

Esse é um dos grandes pontos de discussão debatidos, tendo em vista que essa “função compiladora” pode não corresponder à realidade que o narrador pretende transparecer por motivos de tradução e linguística ou por fins políticos muito preciosos nesse tipo de narrativa, onde se afronta uma normalidade social baseada em experiências violentas e desiguais (BEVERLEY, 1987).

De forma simplista, é possível perceber a relação narrador-compilador como uma junção que une forças populares com intelectuais “progressistas” importantes na produção de testemunhos para alcançar públicos diferenciados e contribuir na formação de movimentos de libertação. Mas o que pode ser visto como um positivo atravessamento entre as culturas do oprimido e do opressor também expõe a dependência de um desnível social, como aconteceu com Rigoberta Menchú Tum em seu testemunho *Me llamo Rigoberta Menchú* organizado pela etnóloga Elisabeth Burgos Debray (BEVERLEY, 1987).

Menchú, liderança indígena guatemalteca, foi destaque pela atuação pacífica na resolução de conflitos baseada na cultura da paz e, em 1992, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. No livro "*Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*", escrito por Burgos, em 1982, a partir de entrevistas concedidas por Rigoberta durante seu exílio, é narrado o testemunho sobre os processos de exclusão na Guatemala intensificados pelo cenário de regimes militares e Guerra Civil (1960-1996). Na época, aconteceu o que a guatemalteca chamou de genocídio indígena, quando perdeu no curto período de três anos seguidos seu pai, sua mãe e seu irmão, sequencialmente. Essas quase quatro décadas tiveram o saldo de 42.000 casos registrados de Direitos Humanos violados, 29.000 assassinatos com maioria indígenas e 200.000 pessoas desaparecidas segundo o documento da Comissão da Verdade do país (FEMIFILME, 2020).

Elisabeth Burgos Debray, antropóloga venezuelana, foi responsável pela polêmica publicação do testemunho que contou com significativas controvérsias. As entrevistas concedidas por Menchú foram realizadas no apartamento de Burgos, em Paris, durante cerca de uma semana. Responsável pela escrita da introdução do livro, a antropóloga exprime que a história contada naquele testemunho de Rigoberta corresponde à realidade indígena de todo o continente. A versão traduzida para o inglês também sugere tal interpretação, sugerindo também uma homogeneidade (BEVERLEY, ACHUGAR, 2002).

O livro "*Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*", publicado pela primeira vez em Cuba, em 1982, traduzido também para outras línguas, chegou a ser o texto

narrativo mais difundido e discutido da literatura latinoamericana no final do século XX. Acontece que Menchú não sabia ler ou escrever bem em espanhol, já que havia aprendido a língua cerca de três anos antes, marcando que apesar do testemunho não evidenciar a hierarquia e de gênero, já que ambas são mulheres, a diferença étnica racial e de classe social distintas fez-se presente (FRANCO, 2002).

Materiais como os testemunhos podem ser manipulados pelo organizador, tendo em vista interesses explícitos ou não, que podem ir contra a concepção do *testimonio* como uma extensão das responsabilidades políticas do narrador, como aconteceu com Rigoberta e Domitila. Pode-se ainda, por formas “sutis” de imperialismos presentes na desvalorização da oralidade, muitas vezes impossíveis de serem registradas e representadas literalmente e na documentação desses testemunhos, serem corrigidas as formas linguísticas tradicionais, baseados no sistema genérico de línguas, mesmo que não correspondentes com a realidade das línguas maternas dos autores e autoras (BEVERLEY, 1987). Ambos, seguindo a lógica da literatura burguesa tradicional, acaba por reforçar “a instituição historicamente dada da literatura como um aparato de dominação e alienação” (BEVERLEY, p.15, 1987).

A metodologia utilizada para organização e edição do livro *Si me permiten hablar: testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia* (2005) foi resultado da documentação de depoimentos intencionais e conscientemente fornecidos pela depoente Domitila Barrios Cuenca e acompanhadas por Moema Viezzer, no México e na Bolívia, em espaços como tribunas, exposições, encontros e conversas com grupos de trabalhadores, estudantes e trabalhadores universitários e moradores de bairros populares, assim como exilados latino-americanos residentes no México e representantes da imprensa, rádio e televisão. Todo material foi gravado e documentado, e em caso de correspondência escrita, organizado por Viezzer e revisado por Domitila resultando no livro em questão (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que tem como base a oralidade, mesmo que não se constitua como resultado de uma entrevista individual formal. Segundo Almeida (2012), a captura de discursos que sejam capazes de relacionar-se com o objetivo de sua pesquisa, sendo parte de um conjunto sistematizado de fontes ou não, podem constituir valiosa fonte de respostas para o pesquisador, sendo esta fonte registros de reuniões, seminários ou capturas de falas, por exemplo. Essa prática de pesquisa baseada em diálogos espontâneos e processos interativos, ou não, mais naturais que uma entrevista formal são positivos, pois

existe menos risco de que o entrevistador seja traído pelos anseios do entrevistado diante dos interesses da pesquisa (ALMEIDA, 2012).

As experiências vividas compartilhadas por meio de narrações orais por sujeitos agrupados em comunidade são capazes de propiciar pesquisas que refletem realidades. Nas histórias de vida, por exemplo, uma possibilidades de pesquisa ancorada no registro oral, a narrativa exposta em entrevista é baseada na experiência da sua trajetória de vida e testemunhos e “valoriza a figura do sujeito e de seus significados na produção dos resultados” em pesquisas qualitativas (RIBEIRO, MACHADO, 2014).

Portanto, esta é uma pesquisa sobre o *testimonio* que se constrói em meio à preocupação de analisar os problemas enfrentados pela comunidade mineira a partir do ponto de vista dos indivíduos. Esse método biográfico propõe-se a ser um bom caminho para entender de forma contextualizada a vida de Domitila Barrios Cuenca e retomar sua origem, assim como os indivíduos que compõem a comunidade mineira boliviana, seus ativismos e as estratégias políticas de organização e enfrentamento às ditaduras e o avanços do imperialismo norte-americano no país (GOLDENBERG, 2004).

Segundo Goldenberg (2004), essa abordagem metodológica é uma potencial oportunidade de pessoas excluídas e a margem da sociedade que querem falar possam denunciar interesses, injustiças, corrupção e violências. E pode, ainda, desenvolver um “tipo especial” de documento onde a experiência pessoal e a ação histórica se misturam, abandonando antagonismos que separam o indivíduo das suas experiências e processos dos contextos históricos e culturais que estão inseridos (GOLDENBERG, 2004).

Assumo, portanto, o livro *Si me permiten hablar: testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia* (2005) como um documento indispensável para entender a história e desvelar realidades existentes em memórias coletivas, evidenciando sua forma científica. Para além de documentos escritos, o documento deve ser entendido no seu sentido mais amplo, podendo ser escrito não institucional, ilustrado, imagético, sonoro ou de qualquer outra maneira de forma e conteúdo. A escolha do método ainda se justifica pela possibilidade de identificação de falas individuais de memórias individuais vinculadas a memórias coletivas, tendo em vista que o depoimento de Domitila Barrios Cuenca oferece suporte técnico para análise da narrativa individual como artefato cultural que reflete historicidade e memória coletiva (POLLAK, 1989; LE GOFF, 2013).

Tratando-se de um *testimonio* que tem como principal referente a memória coletiva, embasada pela perspectiva histórica, social, cultural e política da testemunha, a partir desta análise, é possível perceber “indícios de como os indivíduos conduzem suas vidas, seus discursos e suas atitudes, resultantes do conjunto das interações estabelecidas em sociedade” (ALMEIDA, 2012, p.2).

Vale lembrar que o testemunho de Domitila é um dos poucos testemunhos documentados de uma mulher das minas e contribui na construção de uma análise histórica inovadora que parte de uma visão popular de como vive e sente o povo mineiro, não só narrando sua história e condições de vida como também atravessando profundamente as dimensões de gênero, etnicidade e classe na interpretação das ditaduras bolivianas. “A memória, traduzida pelas lembranças, ainda que divergentes entre indivíduos, é uma construção coletiva e pode ser capturada, em benefício da pesquisa (...)” (ALMEIDA, 2012, p. 12) Portanto, é impossível desvincular a trajetória pessoal de Domitila Barrios Cuenca da experiência coletiva e trajetória da classe trabalhadora do centro produtor de estanho em Potosí, sobretudo das mulheres

Moema Viezzer (2005) ainda lembra como a escassez de documentação escrita a partir da experiência vivida deixa uma lacuna na construção de instrumentalização de reflexão e orientação útil para organização popular de homens e mulheres envolvidos na luta boliviana, assim como de outros países da América Latina. Portanto, esse testemunho de Domitila Barrios Cuenca tem ainda seu valor de incentivo para uma nova geração de luta e esperança, onde seja possível que o povo se aproprie da sua própria história. “E para isso, “deve haver *testimonio*” que sirva para “refletir sobre nossa ação e criticá-la”” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Segundo descrito no prólogo da obra, foi respeitado ainda, no processo de criação do livro, as falas da depoente preservando os sentidos atribuídos aos depoimentos e suas forma de se expressar, assim como a diversidade de estilos, expressões próprias, localismos e construções gramaticais na sua forma original, com a influência dos grupos linguísticos quíchuas e aimarás muito presentes na região. Esta forma de trabalho mantém a linguagem intocada e contribui para uma leitura rica de expressão popular (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Respeito ainda o pedido de Domitila Barrios Cuenca de que a leitura e utilização deste material de pesquisa seja usado na íntegra, tendo em vista que recortes da obra *Si me*

permiten hablar podem ter seu sentido original global alterado, já que sua organização é toda relacionada, e deve ser lido e compreendido desde o início ao fim (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

É importante destacar, por fim, que apesar do nome de Domitila não aparecer nominalmente na capa do livro das edições publicadas que contém seu *testimonio* organizado pelo brasileira Moema Viezzer, me refiro à Domitila durante o texto como autora, conforme o dicionário online de Oxford Languages, que tem como significado de autor “o que origina algo; agente”, assumindo que sem Domitila o *testimonio* e, conseqüentemente, a obra não existiriam.

Figura 4 - Domitila com a versão em português “Se me deixam falar...”

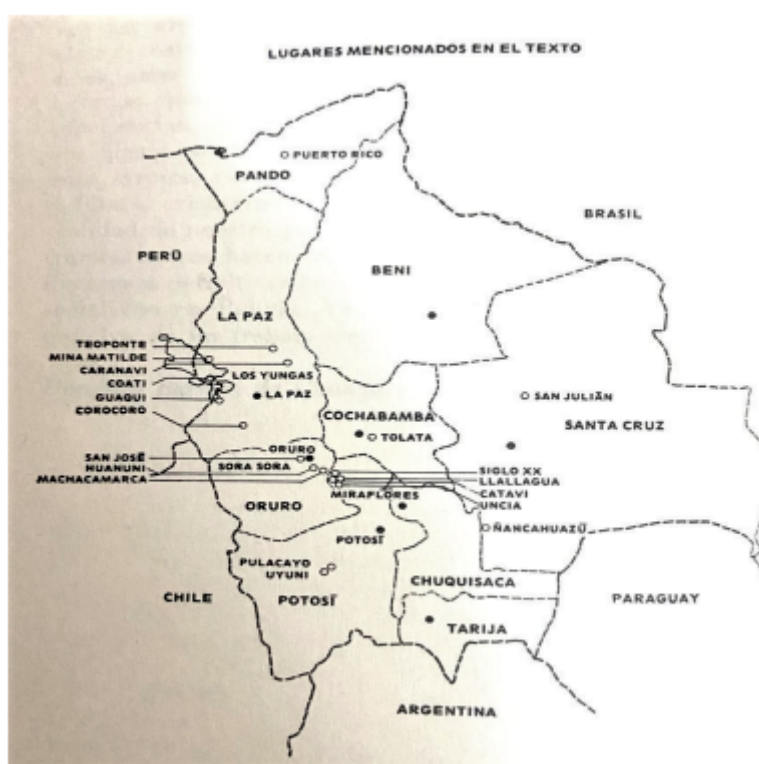


Fonte: Dossiê A situação da Mulher: Reflexões e Perspectivas (2012).

2. DOMITILA

Domitila Barrios Cuenca é uma mulher boliviana, irmã mais velha de outras quatro mulheres, filhas de mãe boliviana da cidade de Oruro e de pai indígena nascido no campo, em Toledo, Bolívia. Nasceu em 1937 no Siglo XX, região mineira de estanho dos Andes bolivianos de Potosí, onde viveu durante toda sua vida. Sua localidade natal constituía “o maior centro mineiro da Bolívia, com mais experiência revolucionária e onde havia acontecido mais massacres por parte dos governos” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 19, 2005).

Figura 5- Lugares mencionados no texto.



Fonte: “Si me permiten hablar” (1994).

A história boliviana já estava marcada pela intensa atuação imperialista, principalmente representada pelos interesses de grandes corporações mineradoras e petrolíferas. As minas, responsáveis por 40% do comércio exterior do país entre 1900 e 1909, passaram para 60% entre 1910 e 1919, 72% entre 1920 e 1939, e alcançando 75% do comércio exterior entre 1940 e 1949. Devido a dificuldade de acesso à localização das reservas, as atividades mineiras exigiam altos investimentos, e era realizada apenas por grandes empresas, na qual o Estado se tornou um intermediário no interesse desses exploradores. Dessa maneira, a extrema concentração de renda não permitiu um desenvolvimento nacional, e a burguesia boliviana enfatizou o imperialismo em detrimento

das necessidades do país e do desenvolvimento social, político e econômico da população de maioria indígena, que não possuía qualquer tipo de poder político ou participação (ANDRADE, 2012).

Até meados de 1935, para além da relação econômica ditada pelos interesses das elites econômicas, o país ainda se envolveu em conflitos territoriais no território latino-americano ocasionando perdas significativas de territórios, saída para o mar e forças militares. A Guerra do Chaco (1932-1935) foi decisiva para Bolívia e Paraguai e a derrota do conflito e intensa instabilidade política levou ao primeiro golpe e tomada de poder pelos militares desde 1880 (CRIVELENTE, 2017).

O pai de Domitila, desde solteiro, trabalhava como dirigente sindical e fazia parte do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido de esquerda da Bolívia. Por esse motivo, sofreu durante toda a vida com as represálias dos militares e do governo. Foi preso, deportado e torturado. Apesar disso, Domitila teve o pai como referência de ativismo por melhores condições de vida e trabalho, aspirando pelo poder popular boliviano (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Até os dez anos de idade Domitila não foi à escola porque a família não tinha condições financeiras. Com a morte da mãe, o pai assumiu o compromisso de não se envolver mais com política para cuidar das filhas. Mas, na verdade, foi a primogênita que assumiu os cuidados das irmãs mais novas e da casa em condições extremamente vulneráveis de vida: moradias precárias sem acesso à saneamento básico e água, falta de comida e frio. Às vezes chegavam a pedir esmola nas ruas (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

O acesso à educação era extremamente restrito e assumir os anos de estudo foi uma tarefa muito difícil diante das circunstâncias de discriminação e pobreza.

As mulheres não mandavam suas filhas para a escola. Assim era como se discriminava. Porém, meu pai sempre dizia que deveria estudar, que deveria ler. Minha madrinha não. Ela dizia que a escola era para mandar carta aos namorados. No entanto, meu pai falou com o gerente e lhe suplicou que nos dessem permissão para ir à escola. De cem alunos, oitenta eram meninos e vinte meninas. Nenhuma era filha de trabalhadores (BYSTROWICZ, p.12, 2006, tradução livre).⁹

⁹ Las mujeres no mandaban a sus hijas a la escuela. Así era como se discriminaba. Pero mi padre siempre decía que había que estudiar, que había que leer. Mi madrina, no. Ella decía que la escuela era para mandar cartas a los novios. Pero mi papá habló con el gerente y le suplicó que nos diera permiso para ir a la escuela. De cien alumnos ochenta eran varones y veinte, chicas. Ninguna era hija de obreros (BYSTROWICZ, p.12, 2006).

Durante a vida escolar, precisou levar junto as irmãs menores. A menorzinha ficava em uma gaveta e quando chorava, Domitila ia dar mamadeira. As maiores ficavam andando pela classe. Mas depois de dois anos, Domitila foi proibida pela escola de levá-las. Mesmo contra a vontade do pai, não deixou de estudar. Como não tinha com quem deixar as irmãs, ia e voltava para escola correndo para cozinhar, lavar, passar e atender as crianças. Acontece que um dia, em um acidente doméstico, sua irmã mais nova, de apenas três anos, morreu deixando Domitila extremamente culpada e sofrida pelo acontecido com a criança que ela criou (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005). O pai insistia que ela deixasse a escola, “mas não era porque meu pai não queria, mas porque não tinha condição. Porque, inclusive, apesar de toda crença que havia em Pulacayo de que não se devia ensinar as mulheres a ler, meu pai sempre quis que pudéssemos pelo menos isso.” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.41, 2005).

“Sim, meu pai sempre se preocupou com a nossa formação. Quando minha mãe morreu as pessoas nos olhavam e diziam “Ai, coitadinhas, cinco mulheres, nenhum homem... Para que servem?... Melhor que morram.” Mas meu pai muito orgulhoso dizia: “Não, deixe minhas filhas, elas vão viver”. E quando as pessoas nos envergonhavam porque éramos mulheres e não servíamos para muitas coisas ele dizia que todas as mulheres tem os mesmos direitos que os homens. E dizia que nós podíamos fazer as mesmas coisas que os homens. Nos criou sempre com essas ideias. Sim, foi uma educação muito especial. E tudo isso foi muito positivo para nosso futuro. É por isso que nunca nos consideramos mulheres inúteis.”(BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.41-42, 2005, tradução livre).¹⁰

Tendo em vista o horizonte de transformação pela via do Socialismo, vislumbrando um poder, de fato popular, nas mãos dos trabalhadores e camponeses, Domitila percebeu desde muito cedo que a exploração dos trabalhadores não se restringia às longas e desgastantes oito horas de trabalho braçal, sem alimentação e expostos aos gases tóxicos da mineração, resistindo apenas mascando coca. Na verdade, por efeito do sistema, a exploração se estendia às esposas e toda família (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

¹⁰Sí, mi papá siempre se preocupó por nuestra formación. Cuando murió mi mamá, la gente nos miraba y decía: “Ay, pobrecitas, cinco mujeres, ningún varón... ¿para qué sirven?... Mejor si se mueren”. Pero mi papá muy orgulloso, decía: “No, déjenme a mis hijas, ellas van a vivir”. Y cuando la gente trataba de acomplejarnos porque éramos mujeres y no servíamos para gran cosa, él nos decía que todas las mujeres tienen los mismos derechos que los hombres. Y decía que nosotras podíamos hacer las hazañas que hacen los hombres. Nos crió siempre con esas ideas. Sí, fue una disciplina muy especial. Y todo eso fue muy positivo para nuestro futuro. Y de ahí que nunca nos consideramos mujeres inútiles.

Figura 6 - Domitila em uma mina de Potosí.



Fonte: Mujeres de la Mina (2014).

O fato se confirmou com seu casamento. Às esposas, donas de casa, cabiam todos os trabalhos de cuidado e educação das crianças, além dos afazeres domésticos de lavar, passar e cozinhar, enquanto aos homens, cabia o trabalho desgastante da mineração. “Meu companheiro, por exemplo, chega em casa e assim, vestido, dorme. Dorme durante duas ou três horas e assim que levanta, almoça.” diz Domitila (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.18, 2005). Com o baixo salário do marido, ela ainda complementava a renda da casa com a produção e venda de *salteñas*, empanadas típicas bolivianas, e contava com a ajuda dos filhos na produção e venda das empanadas, além dos trabalhos domésticos. “E, explorando o mineiro, não somente exploram sua companheira, como às vezes até seus filhos. Porque os afazeres no lar são tantos que resta fazer as crianças trabalharem, por exemplo recebendo carne, recebendo água.” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.24, 2005, tradução livre).¹¹

Apesar do grande número de trabalhadores que fizeram da Bolívia o segundo maior produtor de estanho do mundo, desde o começo do século XX até os anos 1970, o cenário das minas era de ausência de fonte de emprego e renda para as mulheres e para os jovens (VIRREIRA, 2015). Por esse motivo, a comunidade facilmente tropeçava na ideia de que as mulheres não realizam nenhum trabalho, por não contribuírem de forma financeira no lar, já

¹¹ Y, explotando al minero, no solamente la explotan a su compañera, sino que hay veces que hasta los hijos. Porque los quehaceres en el hogar son tantos que hasta a las wawas las hacemos trabajar, por ejemplo recibir carne, recibir agua.

que só os esposos recebem salários. A ativista acreditava fortemente que, dentro do capitalismo, não existia possibilidades de mudança de vida para seu povo e que a perpetuação da pobreza, sobretudo das mulheres, acontecia porque nenhum governo se preocupou em criar fontes de trabalho e renda para as mulheres pobres, conforme a lógica social colonial na qual as atividades produtivas eram ligadas aos homens enquanto as mulheres exerciam atividades não remuneradas e com pouco reconhecimento para a sociedade (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Diante desta situação, a atuação de Domitila foi determinante para que mudanças de paradigmas acontecessem nas condições de trabalho e organização política na região. Não só pelo seu trabalho de base comunitária em reuniões, na rádio e nas ruas de conscientização sobre a relação econômica imperialista e exploratória, na qual sofreu muita represália, inclusive dos companheiros mineiros, mas também com todo seu esforço de incluir as mulheres em espaços políticos e de representação, juntando-as aos trabalhadores no apoio às organizações sindicais, reivindicações, greves e aos presos políticos diante do contexto de autoritarismo e ditaduras (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

A conjuntura de grande tensão entre a esquerda revolucionária e a luta anti-subversiva abriu espaço para a Revolução Nacional, em 9 de abril de 1952, uma revolução estadista que consolidou o fim do estado oligárquico. O representante Víctor Paz Estenssoro e o vice Hérnan Siles Zuazo, ambos do MNR, colocados no poder por diversos segmentos políticos, discutiram o direito ao voto, alfabetização massiva, reforma agrária e exércitos populares no lugar do exército regular. As minas que, no primeiro momento, pertenciam aos “barões do estanho”, conhecidos pelas suas enormes fortunas, são nacionalizadas e passam a pertencer ao Estado, administradas pela Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) (CRIVELENTE, 2017).

Figura 7 - Ex-presidente Evo Morales com capacete da COMIBOL.



Fonte: A Nova Democracia (2009).

A revolução de 1952 poderia ter transformado a história nacional da Bolívia, principalmente se tratando de um país majoritariamente indígena, tornando-o menos excludente. Mas o que de fato aconteceu foi que os abusos de poder continuaram a acontecer e o povo mineiro sofreu as consequências mais graves disso (VIRREIRA, 2015).

A revolução de 52 foi um grande acontecimento na história da Bolívia. Foi realmente uma conquista popular. Porém, o que aconteceu? Que o povo, a classe trabalhadora, os camponeses, não estavam preparados para assumir o poder. E então, como nós não sabíamos das leis, não sabíamos nada de como governar um país, tivemos que entregar o poder para a pequena burguesia que diziam ser amigável e estar de acordo com nossas ideias. Tivemos que entregar a um doutor, chamado Víctor Paz Estenssoro, e a outras pessoas, o governo de nosso país. Porém, eles imediatamente formaram uma nova burguesia, enriquecendo novas pessoas. E essas pessoas começaram a desfazer a revolução. E nós, trabalhadores e camponeses, passamos a viver em situações piores que antes (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.36-37, 2005, tradução livre).¹²

¹² La revolución del 52 fue un gran acontecimiento en la historia de Bolivia. Fue realmente una conquista popular. Pero, ¿qué pasó? Que el pueblo, la clase obrera, los campesinos, no estábamos preparados para tomar el poder. Y entonces, como nosotros no sabíamos de leyes, no sabíamos nada de cómo se gobierna un país, tuvimos que entregar el poder a la gente de la pequeña burguesía que decía ser amiga nuestra y estar en acuerdo con nuestras ideas. Tuvimos que entregar a un doctor, que era Víctor Paz Estenssoro, y a otros tipos, el gobierno de nuestro país. Pero ellos inmediatamente formaron una nueva burguesía, hicieron enriquecer a nueva gente. Y aquella gente empezó a deshacer la revolución. Y nosotros, los obreros y campesinos, vivimos en condiciones peores que antes (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.36-37, 2005).

Mas na prática, a Revolução Boliviana não se concretizou, e durante os quatro mandatos consecutivos do Movimento Nacionalista Revolucionário- MNR as divergências internas se acentuaram, assim como a dependência estadunidense, que cobrou seu alto preço político pelo apoio econômico. Assim, as ideias nacionalistas foram perdendo espaço para um Exército reconstruído e pelo avanço de uma polarização política, contando com forças partidárias de direita, grupos paramilitares e de inspiração fascista e partidos conservadores radicais, além da desarticulação do próprio MNR (CRIVELLENTE, 2017).

É nesse contexto que Domitila se envolve com o *Comité de Amas de Casa do Siglo XX*, uma das frentes de atuação do movimento sindical mineiro, em uma época de muitos problemas para a classe trabalhadora, e assume um papel de destaque, referência e liderança confirmando sua trajetória de luta notável em favor da democracia e do poder popular. Salários atrasados há três meses, falta de medicamentos e alimentação fez com que os mineiros se organizassem para uma marcha até a capital La Paz. Mas antes que tivessem saído, dirigentes e organizadores já foram presos. “[...] um grupo de sessenta mulheres se organizaram para conseguir a liberdade de seus companheiros, que eram dirigentes sindicais e que haviam sido presos por reivindicarem melhores condições de salário.”¹³ (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 29, 2005). Essa mobilização culminou em uma greve de fome que durou dez dias e resultou na soltura dos homens com sucesso. “E a partir disso decidiram se organizar em uma frente que chamaram “*Comité de Amas de Casa do Siglo XX*”, fundado em 1961 (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 29, 2005).

O *Comité*, espaço de protagonismo e liderança feminina que provou ser um forte aliado nos interesses da classe trabalhadora, é um dos trabalhos diários de Domitila, desde 1963. Sentindo-se obrigada a reagir, Domitila conta sobre a sua participação, junto com outras mulheres, nesse mesmo ano, no caso do aprisionamento dos dirigentes sindicais onde precisaram ameaçar o exército com dinamites no corpo, mostrando para o governo que as mulheres são fortes, destemidas e capazes de resistir de diversas formas (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

É nesse espaço coletivo e político que a ativista reforça seu posicionamento questionador a respeito da lógica socialmente imposta de criação das mulheres como se fossem feitas apenas para cozinhar e cuidar das crianças, incapazes de lidar com

¹³ [...] un grupo de sesenta mujeres se organizaron para conseguir la libertad de sus compañeros, que eran dirigentes y que habían sido apresados por reclamar mejores condiciones de salario (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 29, 2005)

responsabilidades, além de proibidas de se envolver com política. Pelo contrário, Domitila acredita na fundamental importância da formação política e envolvimento das mulheres mineiras na luta anti-imperialista, visto que a libertação da condição de gênero depende da libertação da classe trabalhadora do país (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

“O importante, para nós, é a participação do companheiro e da companheira em conjunto. Só assim poderemos alcançar tempos melhores, pessoas melhores e mais felicidade para todos. Porque se a mulher continuar ocupada apenas com o lar e permanecendo ignorante das outras coisas da nossa realidade nunca vamos ter cidadãos que possam dirigir nossa pátria. Porque a formação começa no berço. E se pensarmos no papel primordial que desempenha a mulher como mãe que tem que criar os futuros cidadãos, então, se não capacitada, ela vai criar somente cidadãos medíocres, fáceis de serem manobrados pelos capitalistas, pelo patrão. Mas se já está politizada, se já tem formação, desde o berço forma seus filhos com outras ideias e os filhos já vão ser outra coisa” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.30, 2005, tradução livre).¹⁴

Este fato também era reforçado pela extensa presença do cristianismo e da igreja católica na comunidade, responsável por atribuir às mulheres os trabalhos domésticos e de cuidado e afastá-las dos assuntos políticos e organizações sindicais. Também foi parte do papel do cristianismo o papel de combate ao comunismo, mantendo nos trabalhadores “muito viva a imagem da Igreja dominadora, de mãos dadas com o capitalismo opressor” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.48, 2005).

O histórico e estratégia de dominação e colonização sofrida pela Bolívia foi determinante para estabelecer a relação de dependência econômica que reafirmava sua condição de produção de *commodities*, como os minérios e, conseqüentemente, um enfraquecimento da autonomia nacional. As ações e estratégias políticas dos países ocidentais capitalistas caracterizaram o final do século XX, onde foram incentivadas, principalmente em decorrência da dependência econômica dos Estados Unidos da América já estabelecida, as ditaduras na América Latina a partir da década de 1960, para impedir o avanço da influência do socialismo soviético, atestado na Revolução Cubana de 1959 (BRESSER-PEREIRA, 2010).

¹⁴ Lo importante, para nosotras, es la participación del compañero y de la compañera en conjunto. Sólo así podremos lograr un tiempo mejor, gente mejor y más felicidad para todos. Porque si la mujer va a seguir ocupándose solamente del hogar y permaneciendo ignorante de las otras cosas de nuestra realidad, nunca vamos a tener ciudadanos que puedan dirigir a nuestra patria. Porque la formación empieza desde la cuna. Y si pensamos en el papel primordial que juega la mujer como madre que tiene que forjar a los futuros ciudadanos, entonces, si no está capacitada, ella va a forjar solamente ciudadanos mediocres, fáciles de ser manejados por el capitalista, por el patrón. Pero si ya está politizada, si ya tiene formación, desde la cuna forma a sus hijos con otras ideas y los hijos ya van a ser otra cosa.

A realidade das ditaduras militares tomaram conta de grande parte da América Latina a partir dos anos 60 e o caso boliviano apresentou características que se diferenciavam dos governos militares dos outros países no mesmo período: não se constituiu um projeto político-econômico, contínuo e coeso, evidenciando a falta de coesão do poder militar na Bolívia e em toda a América Latina (ANDRADE, 2012).

No livro, Domitila retrata duas das três ditaduras civis-militares contra revolucionárias: general René Barrientos (1964-1969) e Hugo Banzer (1971-1978). Ambas tinham em comum características de repressão e desarticulação das organizações trabalhadoras, ocasionando retrocessos evidentes em níveis sociais e econômicos a longo prazo, que se refletem até os dias de hoje (CRIVELLENTE, 2017). É neste cenário que a atuação de Domitila se destaca, não só pelo seu poder de organização política e sindical e enfrentamento às estratégias imperialistas capitalistas, como também denunciando a perpetuação da situação de descaso com as áreas de mineração e com os trabalhadores mineiros, em especial, com as mulheres, que nunca foram consideradas parte de da classe trabalhadora e nem contempladas pela atuação de nenhum governo em prol da criação de fontes de trabalho e melhores condições de vida (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Candidaturas à presidência de caráter sindical não tinham mais apoio para assumir o poder e no terceiro mandato de Víctor Paz Estenssoro, que admitiu como seu vice René Barrientos, comandante das Forças Aéreas, foi prontamente deixado de lado com a aliança das forças armadas firmadas entre seu vice e o general Alfredo Ovando, comandante do Exército. O golpe aconteceu em novembro de 1964, instituindo uma verdadeira guerra contra os trabalhadores e às organizações de esquerda que acarretou greves gerais prontamente sufocadas e a tomada do controle das minas de estanho pelas forças militares. O golpe militar de 4 de novembro de 1964 aconteceu depois da não institucionalização da Revolução Nacionalista boliviana que, em 1952, chegou a ser comparada à revolução mexicana (1910-1920) e, posteriormente, à revolução Cubana (1953-1959) (CRIVELLENTE, 2017).

Em 1966, o general Barrientos passou pelas urnas como forma de ratificar seu poder em um cenário de regime consolidado e opositores reprimidos. A vitória, portanto, não garantiu um governo consistente em relação aos ministérios e as rivalidades presentes dentro das Forças Armadas. Naquele mesmo ano Ernesto “Che” Guevara esteve na selva

boliviana com uma pequena força guerrilheira e, em 1967, foi tomado conhecimento do caso (CRIVELENTE, 2017). Prontamente Barrientos, com a ajuda da CIA- *Central Intelligence Agency* e apoio financeiro da Gulf Oil¹⁵, o localizaram e o assassinaram. A execução, somada aos casos de corrupção, geraram agitações políticas nas ruas das principais cidades bolivianas, principalmente entre estudantes da Universidade de La Paz, ativistas, sindicalistas e militares subalternos.

Os massacres contra os mineradores tornaram-se realidade em todo o país. Domitila descreve com detalhes como as violações de direitos e casos de violências eram recorrentes, para além das explorações trabalhistas vividas pelo povo mineiro. Um dos exemplos foi o *Massacre de San Juan*, um ataque das forças armadas bolivianas comandadas pelo general e presidente René Barrientos nos acampamentos mineiros de estanho *Siglo XX* em Catavi, em 24 de junho de 1967, em resposta à greve trabalhista que se instaurou nas minas. Domitila foi ainda presa e acusada de ter supostamente matado um tenente do exército (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

Até o momento em que Che morreu, nós da mina não sabíamos que ele estava na Bolívia. Houve, sim, comentários. Mas só quando a fotografia de seu cadáver apareceu na imprensa é que soubemos que Che tinha estado na guerrilha. Até o só sabíamos com certeza que havia alguns garimpeiros. E por causa desse apoio que demos, muitos de nossos colegas sofreram e morreram.

Por isso foi muito dolorido quando um dia, após meu discurso na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, no México, um homem se aproximou de mim e disse:

—Você é boliviana?

"Sim", eu respondi.

"Ah!..." ele me disse, "vocês são os covardes que deixaram o grande comandante Che Guevara morrer impunemente!"

Isso me machucou. Porque, quando você não conhece bem uma coisa, antes de dar uma opinião você tem que ter certeza, tem que investigar para se pronunciar, né? E sei o quanto aconteceu no século XX, no massacre de San Juan e depois dele, porque havia a guerrilha do Che. E não acho justo dizer que o povo boliviano é covarde e que nós o traímos. (BAIRRO DE CHUNGARA; VIEZZER, p.91, 2005, tradução livre).¹⁶

¹⁵ Empresa privada norte americana do ramo do petróleo.

¹⁶

Hasta el momento en que se murió el Che, nosotros en la mina no sabíamos que él estaba en Bolivia. Había, sí, comentarios. Pero solamente cuando en la prensa salió la fotografía de su cadáver, recién supimos que el Che había estado en las guerrillas. O sea que solamente sabíamos con seguridad que había algunos mineros. Y por este apoyo que les dimos a ellos, muchos de nuestros compañeros sufrieron y murieron.

Por eso a mí me dolió mucho cuando un día, después de una intervención mía en la Tribuna *del Año Internacional de la Mujer*, en México, se me acercó un señor y me dijo:

—¿Usted es boliviana?

Figura 8 - Domitila com imagem de Che Guevara.



Fonte: Acervo Combate Racismo Ambiental (2012).

Ainda assim, o general Barrientos tinha consolidado seu poder com o apoio estadunidense, que foi interrompido com sua morte, em 1969, em um acidente de helicóptero. O general Juan José Torres foi eleito no ano seguinte, mas ficou no cargo apenas por dez meses. O cenário de instabilidade e polarização deu espaço para o golpe militar que Hugo Banzer daria em agosto de 1971, com apoio do Brasil, EUA, elites econômicas e paramilitares contra o comunismo. Banzer foi responsável pelos 7 anos seguintes de ditadura na Bolívia, violando sistematicamente os direitos humanos e quando, apesar da prosperidade econômica referente aos altos preços na exportação de petróleo e estanho advindo das minas, afundou o país em dívidas externas (CRIVELENTE, 2017).

Em 1975, durante a participação de Domitila na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*, organizado pelas Nações Unidas, as diferentes realidades entre as mulheres presentes ficaram evidentes. Em *Si me permiten hablar...*, a representante boliviana demonstra a insatisfação com esse espaço de discussão. Primeiro, pelo fato da organização do evento dividir em *Conferencia e Tribuna*. O primeiro era ocupado por delegadas, representantes

—Sí —contesté.

—¡Ah!... —me dijo él—, ustedes son los cobardes que dejaron morir impunemente al gran comandante Che Guevara!

Me dolió aquello. Porque, cuando uno no sabe bien una cosa, antes de opinar hay que asegurarse, hay que investigar para pronunciarse, ¿no? Y yo sé cuánta cosa pasó en Siglo XX en la masacre de San Juan y después de ella, por motivo de que había la guerrilla del Che. Y no me parece que es justo decir que el pueblo boliviano somos unos cobardes y que nosotros lo traicionamos. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.91, 2005).

oficiais dos governos dos países, e o segundo pelas representações de organizações não governamentais e, segundo Domitila, também dividido por classe: “um, a nível governamental, onde estariam essas senhoras classe alta; e o outro, a nível não governamental, onde estaria gente como eu, com problemas similares, gente assim, humilde.”¹⁷ (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.161, 2005)

“O governo boliviano mandou suas delegadas para a Conferência com *bombos y platillos*, dizendo que na Bolívia, como em nenhum outro lugar, a mulher havia alcançado a igualdade com o homem. E chegaram na Conferência para dizer isso. Eu fui a única boliviana convidada para a Tribuna. Ali encontrei outras companheiras bolivianas, mas que estavam assentadas no México” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.161, 2005, tradução livre).¹⁸

Também foi uma surpresa para Domitila não se deparar com camponesas e trabalhadoras de todo o mundo, “gente oprimida e perseguida” que a fizessem escutar contribuições pela melhoria de vida, pela luta e sobre trabalho (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.161, 2005). Ao contrário disso, a autora percebeu que muitas daquelas pautas não compreendiam sua realidade e não eram do seu interesse. “Por exemplo, aquelas mulheres que defendiam a prostituição, o controle de natalidade e todas essas coisas, queriam impor aqueles como problemas primordiais a serem discutidos na *Tribuna*. Para nós eram problemas reais, mas não fundamentais.”¹⁹, provando que a categoria “mulher” não tem uma definição homogênea e universal (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.163, 2005)(COLLINS, 2017).

Nesse sentido, os discursos de Domitila na *Tribuna* do ano de 1975 são para que todos e todas entendam que, para as mulheres pobres e exploradas, não existe solução dentro do sistema que rege a sociedade capitalista.

Domitila tinha expectativa de fazer com que as pessoas conhecessem sua pátria, o que seu povo sofre, e que na Bolívia, apesar do compromisso firmado, não se cumpre a Carta Magna das Nações Unidas, onde se reconhece às mulheres o direito à participação e organização política. Esperava que outros países explorados pudessem dar suas

¹⁷ uno, a nivel gubernamental, donde estarían esas señoras de clase alta; y el otro, a nivel no gubernamental, donde estaría gente como yo, con problemas similares, gente así, humilde. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.161, 2005)

¹⁸ El gobierno boliviano mandó sus delegadas para la Conferencia. Y ellas viajaron con bombos y platillos, diciendo que en Bolivia, como en ningún otro lugar, la mujer había alcanzado la igualdad con el varón. Y llegaron a la Conferencia para decir esto. Yo fui la única boliviana invitada para la Tribuna. Allí encontré otras compañeras bolivianas, pero que estaban radicadas en México.

¹⁹ Por ejemplo, aquellas mujeres que defendían la prostitución, el control de la natalidad y todas esas cosas, querían imponer aquello como problemas primordiales a ser discutidos en la Tribuna. Para nosotras eran problemas reales, pero no los fundamentales. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.163, 2005)

contribuições e, ainda, ouvir grupos libertos para se inspirar mas, na verdade, se deparou com um espaço de discussão onde o uso do microfone era limitado a pequenas intervenções de no máximo dois minutos de duração. Pior que isso, foi perceber que grande parte dos presentes na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer* não tinham ideia do que era a vida da mulher camponesa ou trabalhadora da América Latina e que a realidade das mulheres dos Estados Unidos, México, Argentina já é marcada de muito contraste, mas que se comparada com a experiência boliviana, a discrepância é ainda maior sobretudo no que tange às questões trabalhistas (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

O governo de Banzer já estava em declínio quando Jimmy Carter assumiu a vitória das eleições estadunidenses. As ditaduras civis-militares na América Latina já não estavam em pleno vigor. As denúncias sobre violações de Direitos Humanos se intensificavam, assim como a pressão decorrente da busca pela saída para o mar chileno, negada durante negociação com Pinochet (CRIVELLENTE, 2017).

Dentre as ocupações de contingentes militares que tomavam conta dos centros produtores de minério para conter a organização sindical, reivindicações e greves, Domitila chegou a perder um filho ainda em seu ventre, além de ser presa e torturada, assim como tantos outros presos políticos, desaparecidos, torturados e mortos pelos abusos militares aliados às forças governamentais que tinham como objetivo eliminar seus adversários, suas ideias revolucionárias e o projeto socialista vislumbrado pelas classes populares (MUJERES DE LA MINA, 2014).

Foi quando, na época do natal de 1977, Domitila e mais quatro mulheres iniciaram em La Paz uma greve de fome contra o governo de Banzer. A mobilização tomou maiores proporções no país, tendo-as como exemplo, e com a crise instaurada, culminou na queda do ditador alguns meses depois em favor da democracia (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

A greve de fome consistia no fato de que as companheiras não podiam servir-se de comida alguma. Eles só podiam beber um pouco de líquido. E eles fizeram isso por dez dias. Algumas estavam com os filhos. Estudantes universitários se juntaram a eles, trabalhadores de fábricas se juntaram a eles e até mulheres começaram a chegar de outras minas, mostrando solidariedade às companheiras. E, o que não fica maior, o governo teve que aceitar seus pedidos, e dessa vez as donas de casa triunfaram. Eles voltaram com os companheiros libertos, a empresa pagou os trabalhadores

e a loja ficou lotada. Foi um ato muito bom a nosso favor (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.56, 2005, tradução livre).²⁰

Domitila foi a primeira mulher a se candidatar como vice-presidenta do seu país como parte da *Frente Revolucionária de Izquierda*, nas eleições democráticas em julho de 1978, depois da renúncia de Banzer. Mais tarde, a partir da década de 1980, Domitila mudou-se com seus sete filhos para Cochabamba, e entendendo a necessidade de desenvolver, traduzir e repassar ferramentas de instrumentalização de seus conhecimentos, trabalhou em materiais didáticos e na formação política de jovens dos bairros pobres da cidade e fundou a *Escuela Móvil de Formación Sindical* (LIBRETEXTS, 2021).

Em 2005, foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz pelo movimento de mulheres suíças chamado *Associação Mil Mulheres* para o Prêmio Nobel da Paz, reconhecendo a importância das mulheres, dos 153 países indicados, na promoção de igualdade e direitos humanos (SÃO PAULO, 2005). Faleceu em 2012, com 75 anos, de câncer de pulmão, o *mal de mina*, doença que acometeu a maior parte dos trabalhadores mineiros pelas más condições de trabalho e ingestão de substâncias tóxicas. Foram declarados três dias de luto nacional na Bolívia. Domitila Barrios Cuenca foi ainda outorgada por Evo Morales, de maneira póstuma, a *Condor de los Andes*, máxima condecoração oferecida pelo Estado Boliviano por serviços à nação (LIBRETEXTS, 2021).

Figura 9- Homenagem à Domitila “*Heroína de la Democracia*”.

²⁰ La huelga de hambre consistía en que las compañeras no podían servirse de ningún alimento. Solamente algo de líquido podían tomar. Y lo hicieron durante diez días. Algunas estaban con sus hijos. A ellas se sumaron los universitarios, se sumaron los fabriles e, incluso, de otras minas comenzaron a llegar mujeres, solidarizándose con las compañeras. Y, cosa que no se haga más grande, el gobierno tuvo que aceptar sus peticiones, y aquella vez las amas de casa triunfaron. Volvieron con sus compañeros en libertad, la empresa pagó a los obreros y se llenó la pulpería. Fue un acto bastante bueno en favor de nosotros (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.56, 2005).



Fonte: El Extremo Sur de la Patagonia (2020).

3. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA: REFERENCIAIS TEÓRICOS

As ciências sociais constroem-se e são construídas a partir da análise crítica das engrenagens que movem a sociedade, pautando-se nas modificações históricas da mesma, com um olhar atento aos dados, dos tempos antigos até a atualidade (PERALTA, 2007). Nesse caso, há um interesse em investigar os agentes que modificam a sociedade ao longo da história e que, de certa forma, moldam as relações humanas que se conhecem hoje.

Ressalta-se a relevância do estudo da memória, a fim de reconhecê-la como peça fundamental no entendimento e interpretação de diferentes discussões sociais já que, pelo seu caráter interdisciplinar, as análises que partem da memória dificilmente são discutidas de modo isolado e sempre associam-se a outras áreas de conhecimento. As diversas concepções advindas da relação entre as experiências vividas, das realidade histórica e sociocultural de um indivíduo e suas interpretações, partem da interação social. Nessa perspectiva, a análise da memória parte da sociedade como organismo vivo. (SANTOS, 2003)

Portanto, a memória não deve ser caracterizada como uma simples recordação: o que, em um primeiro momento, parece uma lembrança de experiências vivenciadas, reconstruídas a partir do passado e de acordo com motivações pessoais, foi contestada nas primeiras décadas do século XX, mostrando que a rígida separação entre memória e sociedade não faz sentido, definindo, então, a memória como uma construção social (SANTOS, 2003).

Sobre o equívoco de se considerar o conceito de memória como uma simples lembrança do passado Santos (2002) considera que:

Memória é muitas vezes descrita como a capacidade de lembrar o passado. No entanto, esta simples definição contém diferentes significados, assim como cada um desses significados pode ser denominado por diferentes termos. Por "memória", nós entendemos nossa capacidade de recitar um poema de cor, beber um copo d'água, seguir um trajeto diário sem tropeços ou ainda recordar fatos vivenciados no passado, e aprender através deles. Estes aspectos da memória, que durante muito tempo foram estudados pela psicologia e pela filosofia a partir da capacidade individual de lembrar, são associados atualmente a aspectos socioculturais (SANTOS, 2002, p. 125).

Normalmente também confundida com a história, Nora (1984) fez em sua pesquisa um comparativo epistemológico da relação entre o conceito de história e memória que pode contribuir para uma percepção desassociada das duas ideias e ao mesmo tempo trazer clareza para os pontos onde esses conceitos podem se relacionar, considerando que:

Memória e história: longe de serem sinônimas, tomamos consciência que tudo as opõem. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, do inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível a longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um lugar vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Por ser afetiva e mágica, a memória se acomoda com detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, como operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, tornando-a sempre prosaica (NORA, 1984, p. 19).

Nesse sentido é importante destacar a relação da memória e da história evidenciando a memória como um organismo vivo, que depende inteiramente da interação social para existir. É como algo que dá vitalidade à história e acrescenta caráter orgânico e humano às representações e interpretações coletivas do passado (POLLAK, 1898).

Assim, as discussões que envolvem a memória não se restringem a lembranças isoladas e assumem caráter de reflexão profundas das alterações sociais, pressupondo inclusive uma espécie de “negociação” para conciliar memórias individuais e coletivas, confundindo-se e organizando-se por função definida. Memórias coletivas fortemente construídas, como as memórias nacionais, implicam objetivos específicos preliminares nas suas análises. As memórias individuais que, podem significar inclusive uma afronta às memórias coletivas hegemônicas, podem também ser influenciadas e modificadas, visando, ainda que inconscientemente, coesão ao relato.

O sociólogo Maurice Halbwachs e o psicólogo Frederic Barlett deram suas contribuições enfatizando que os indivíduos “se recordam de acordo com quadros sociais” e destacando que “os indivíduos têm razões e intenções com significados próprios no processo de construção de suas memórias” (apud SANTOS, p. 40, 2003). Ou seja, os registros não acontecem meramente pelas lembranças psicológicas, mas sim de marcos vivenciados pelas pessoas, o que implica diretamente nas suas vidas. Isso se deve ao fato de que os indivíduos não são vistos como seres isolados, e sim de complexa interação com outros indivíduos e em estruturas sociais estabelecidas, determinantes para elaboração das memórias coletivas (SANTOS, 2003).

A relação com a memória ainda se estabelece na sociedade já que, pelo seu caráter que fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e fronteiras sócio-culturais, faz com que as próximas gerações, ainda que não vivenciem as mesmas situações, se

desenvolvam conscientes das referências do passado, provocando uma “comunidade afetiva” que reforça a coesão social pela adesão das memórias comuns (POLLAK, 1898; MORIGI, 2012). E nesse caso, a memória é sempre invocada, para que não somente sejam lembrados momentos vividos mas, principalmente, que se evidenciem as implicações dessas mudanças na sociedade.

A constante negociação implicada no assunto da memória evidencia a força, quase institucional, que pode se estabelecer à duração, à continuidade e à estabilidade, principalmente se estivermos falando de memórias oficiais dos países. Os conflitos que se estabelecem a partir de grupos hegemônicos e dominadores com grupos marginalizados evidenciam um cenário onde a necessidade de se estabelecer memórias e histórias específicas como memórias oficiais, que sejam favoráveis para determinadas classes e setores sociais, como os governos, por exemplo, é um mecanismo de exclusão baseado no controle da carga da memória, que acarretam na opressão uniformizadora da memória coletiva nacional (POLLAK, 1898).

A memória está intimamente ligada às perspectivas das ciências sociais, já que são os indivíduos, os agentes de transformação social e protagonistas, além de também serem os responsáveis por abrigar, resgatar, registrar e propagar as memórias individuais e coletivas, tão importantes nesta discussão (GONDAR, 2008). Desta maneira, o tópico seguinte trará discussões sobre a memória social, considerando a memória como um espaço de disputa e representação política.

3.1 Memória Social

A memória, concebida simultaneamente como realidade histórica e sociocultural, é uma área de estudos acadêmicos que representa um cenário propício para as análises de dinâmicas do continente americano em seus diferentes países, períodos, contextos, problemáticas, sociedades e formas de organização (CABECINHAS; LIMA; CHAVES, 2006). Em relação ao desenvolvimento do caráter social da memória, Viana (2006) verificou que:

O caráter social da memória deixa entrever que a memória é coletiva. No entanto, a memória individual é uma manifestação singular do coletivo. É preciso perceber a singularidade da memória individual, mesmo que sua constituição tenha origem social. A memória coletiva pode se referir tanto à memória de todos os membros de uma determinada sociedade quanto a grupos sociais no seu interior (VIANA, 2006, p. 4).

Alguns fatores que contribuem para o caráter social da memória estão relacionados aos pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar à sua maneira as informações necessárias para sua vida. Assumindo uma dimensão social, a memória coletiva, que não poderia funcionar sem conceitos, ideias, imagens e representações, tende a se homogeneizar dando coesão aos relatos. Ou seja, a memória de cada indivíduo é social no seu conteúdo que subscreve o vivido e recordado por uma comunidade mesmo que não implique sua totalidade (CABECINHAS; LIMA; CHAVES, 2006).

Nessa perspectiva, a memória social é discutida há algumas décadas por diferentes áreas profissionais e de pesquisa, na qual consideram que este conceito de interação entre as percepções da memória para uma representação social é construído através de integrantes da sociedade. Portanto, faz parte da memória social o poder de relatar veridicamente situações vivenciadas, normalmente associadas a traumas, utilizadas como forma de lembrar e repassar experiências em prol da não repetição e visando a vivacidade e o desenvolvimento das comunidades das quais pertencem.

Diante da relação conflitiva entre os sujeitos e o passado, principalmente se levarmos em conta histórias vinculadas ao contexto de ditaduras, conflitos e regimes de violência, a memória individual e coletiva se constrói como uma ferramenta fundamental de construção democrática e de desenvolvimento de processos de reconhecimento, justiça, reparação e, principalmente a não repetição de atos violentos (CORRALES, 2015). Os períodos de mudanças sociais são aqueles que mais apontam a significância da memória como campo epistemológico, não só para fins de registros como pelo reconhecimento e legitimação dos casos e seus envolvidos, trazendo à tona denúncias e a busca por responsabilização.

No contexto latino-americano e caribenho, os estudos sobre memória têm ganhado maiores espaços como campo de estudo e contribuído significativamente para questionar e confrontar os discursos históricos e culturais hegemônicos para promover o reconhecimento dos setores subalternos. Isso porque, nas discussões que envolvem as memórias, verifica-se uma tentativa de padronização das mesmas, que -em muitos casos- não correspondem à realidade vivida pelas classes menos favorecidas. Para isso, é necessário que se diferencie a memória coletiva da memória histórica e institucional, tendo em vista que o cenário de disputa e conflito de interesses políticos está intrínseco a essa relação.

Assim, é possível questionar, a partir de uma perspectiva transdisciplinar nas tradições de pensamento e produções de conhecimento instauradas na América Latina e

Caribe em torno das noções e realidades postas. Ou seja, em países “menos desenvolvidos” as memórias coletivas são comumente manipuladas, em prol de interesses pré estabelecidos e ocultados, e chegam a ser ignoradas das memórias oficiais dos países, sendo um sinal de alerta para o apagamento das memórias legítimas dos povos originários, populações tradicionais e as comunidades historicamente marginalizadas pelas condições socioculturais e econômicas (CORRALES, 2015).

Dentro desse contexto, a memória adquire centralidade como cenário de disputas relacionados com os poderes implicados na produção simbólica, as construções discursivas e sua difusão e narrativas enraizadas sobre passado, presente e futuro das coletividades. Ou seja, a ideia de controle social sobre a memória é mais uma das estratégias coloniais do poder hegemônico que, arbitrariamente, “escolhe” o que rasurar da história.

Portanto, apesar da complexidade e extensão do campo, se evidencia a necessidade de análise e aporte crítico sobre a memória como produção de conhecimento nas Ciências Sociais e nos Estudos Latino-americanos. Isso pela necessidade de reconhecimento e não repetição, diante do cenário de ditaduras e colonização existentes na segunda metade do século XX em toda a extensão do continente (CALVEIRO, 2006).

Levando em conta os processos interativos, a memória é social e tem sua própria história (MENDLOVIC, 2014). Ela revisita o passado, diante de uma necessidade do presente, para projeções no futuro. Assim, memórias individuais e comuns de uma comunidade, por exemplo, são reconhecidas como memória coletiva, e caracterizam espaços de disputa, diante da história oficial, a partir dos relatos de resistência ocultos nos discursos predominantes (POLLAK, 1898).

Em relação à temporalidade das memórias, Peralta (2007) considera que:

Reflexão sobre a temporalidade, sobre o passado e os processos de mudança social também está presente em outros campos, da filosofia à etnografia. Há, neste ponto, três formas de pensar as relações possíveis: primeiro, a memória como recurso de pesquisa, no processo de obtenção e construção “dados” sobre o passado; segundo, o papel que a pesquisa histórica pode ter que “corrigir” memórias erradas ou falsas; finalmente a memória como objeto de estudo ou pesquisa (PERALTA, 2007, p. 1).

Portanto, o estudo da memória social não se trata de um estudo sobre percepção somente do passado, e sim um trabalho sobre a experiência passada na vida de um grupo social e as consequências dessas experiências mobilizadas no presente (NORA, 1993). É certo que a sociedade se molda mediante as mudanças sofridas, no entanto, não é somente a replicação ou não replicação dos fatos acontecidos que promove transformações sociais, mas sim a consciência adquirida e as articulações que decorrem a partir dos acontecimentos.

O século XX, o mundo e a América Latina, foram marcados por inúmeros exemplos de genocídios, massacres e crimes contra a humanidade legitimados pela implantação e fortalecimento do capitalismo promovido pelas elites econômicas. Em casos como esses, as memórias coletivas são geradas, muito influenciadas pela situação de insegurança e medo, podendo se refletir em atos, manifestações e votos como também no silêncio.

O cenário geopolítico de movimento em busca da massificação e globalização favoreceu a continuidade da colonização e apagamento de memórias, por meio das matanças que dizimou populações historicamente marginalizadas e das coerções de instituições e espaços que asseguravam a conservação e transmissão de valores (NORA, 1993). A tentativa de apagar memórias, ressalta a relevância que as mesmas podem ter em um cenário de desenvolvimento de uma região, principalmente em espaços e comunidades que, em seu histórico, passaram por extermínios e tiveram seus territórios invadidos e roubados, na tentativa de apagar também sua ancestralidade e formas de externalização da memória como os lugares de memória, físicos ou não (MENDLOVIC, 2014).

Apesar desses casos serem conhecidos pelas vítimas, seus contemporâneos, são estrategicamente esquecidos, negados cinicamente pelos responsáveis e desconhecidos por grande parte da sociedade (CALVEIRO, 2006). Como são geralmente desconhecidos, os casos em que as memórias podem comprometer cenários políticos, por exemplo, são esquecidos pela população.

Das enormes consequências atreladas à perda da memória, principalmente na passagem regular do passado para o futuro, está a contestação da substituição da percepção histórica do passado, que distancia a memória verdadeira de sociedades condenadas ao esquecimento, da memória oficial dos países (SÁ, 2012). Para isso, os *testimonios* têm o importante papel de compor a dimensão discursiva da memória com relatos, narrativas, imaginários e externalizando os propósitos envolvidos nas reivindicações dos grupos marginalizados que, por mais que constantemente coibidos, jamais podem ser perfeitamente controlados em suas manifestações.

3.2 Registro Oral da Memória e o *Testimonio*

A origem da narrativa na América Latina foi essencial para trazer à tona questões sociais no continente, evidenciando, principalmente, a violência e a opressão advindas das ditaduras vigentes nos territórios na segunda metade do século XX e ficando conhecido mundialmente como gênero literário *testimonio*. Seu desenvolvimento, relacionado ao

conceito de memória, está concentrado nos países de terceiro mundo ou entre as minorias nacionais ou subcultura das metrópoles da América Latina e está diretamente vinculado com as variações conjunturais sociopolíticas que acontecem a partir dos anos 60, se reproduzindo em vários países da região na mesma época (NORA, 1993).

A partir do contexto latino-americano, o *testimonio* ganhou notoriedade após sujeitos subalternos assumirem a posição de um protagonismo na construção textual, sendo os mesmos sujeitos e objetos das suas próprias histórias. De acordo com Reis (2003), “as mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história, que é uma atribuição de sentido ao vivido, sobre um mirante “temporal”, um ponto de vista presente, a partir de um lugar social e um tempo específico” (REIS, p.9, 2003).

A relação com o *testimonio* se estabelece a partir de uma interpretação pessoal de uma vivência coletiva, onde a experiência do indivíduo e sua leitura dos fatos torna-se importante para o entendimento do contexto do passado e da história sem hierarquizar acontecimentos. Beverley traduz que:

Um *testimonio* é uma narração- usualmente, mas não obrigatoriamente do tamanho de uma novela- contada em primeira pessoa gramatical por um narrador que é o protagonista do seu próprio relato. Sua unidade narrativa usualmente é uma “vida” ou uma vivência particularmente significativa (situação laboral, militância política, encarceramento, etc). A situação do narrador no *testimonio* sempre envolve certa urgência ou necessidade de comunicação que surge de uma experiência vivencial de repressão, pobreza, exploração, marginalização, crime, luta. (BEVERLEY, p.9, 1987, tradução livre).

Ligado intimamente a relatos de sobreviventes e memórias de massacres, o *testimonio* faz parte de uma libertação pessoal/coletiva, ancorada no direito de se expressar, e propõe uma íntima relação com um movimento de justiça em relação à construção e manutenção das memórias sociais. Esse ato, de certo modo, impacta nas memórias coletivas, como nos casos das ditaduras, que ocorreram em países da América Latina. Nesse sentido, muito ainda se fala sobre a importância do *testimonio* no direito à memória nos períodos de transição histórica entre as anistias e a democracia (ARAÚJO, 2012).

Figura 10 - Domitila durante um discurso.



Fonte: heroínas.net (2012).

Aspectos como o direito à memória, a responsabilização dos perpetradores, promoção de justiça, reparação das vítimas e a reconciliação nacional são alguns pontos relativos à justiça de transição. Essas questões são elementos substanciais que se articularão, em cada caso, em função de suas circunstâncias conjunturais e estruturais (BRITO, 2002).

Mesmo com essa particularidade de vivências, em todos os países que sofreram com a ditadura, por mais diferentes que fossem os acontecimentos, um elemento foi essencial para a construção do processo histórico: a palavra. Revelar os fatos, tornar pública as violações, denunciar as arbitrariedades e nomear responsáveis é um resgate de memória, de lutas e resistências. Tudo isso tem tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto nas sociedades pós-conflitos (ARAÚJO, 2012).

A fonte oral tem sua inquestionável relevância para a memória. Tendo em vista que a oralidade é o principal meio de comunicação, mesmo diante da ampliação desses meios. (RIBEIRO, MACHADO, 2014). A palavra por si só, configurada como registro oral, talvez seja o elemento mais relevante, do ponto de vista histórico, na construção de memórias por *testimonios*. Isso porque, tratando-se de sujeitos subalternos, a oralidade ainda é o meio capaz de priorizar níveis de alfabetização marginais em contraponto dos processos de modernização cultural que exaltam a palavra escrita e a literatura culta (BEVERLEY, 2002).

Segundo Beverley (2002), a ideia da subalternidade, na crítica pós-colonial, determina algo a “uma posição sociocultural desautorizada por uma cultura dominante ou hegemônica” e compara o *testimonio* com um “intruso” em recintos elegantes e letrados latinoamericanos, como se o gênero fosse responsável por atribuir identidade à nação (BEVERLEY, p.10, 2002).

É importante destacar que parte do esforço contido no resgate e manutenção do gênero literário também se deve ao fato do resgate da memória dar atenção “tanto aos espaços em branco da historiografia oficial, quanto na reconstrução da história íntima dos sujeitos narradores” (REIS, p.25, 2009). Portanto, faz parte do *testimonio*, a missão de consolidar uma identidade humana abrindo espaço para que narrativas apagadas e desconhecidas possam receber sua devida consideração e espaço na disputa política de reconhecimento impossibilitado pelo discurso hegemônico.

Parte desse esforço ainda se deve à atenção necessária que se deve dar aos sujeitos que contam essas histórias como protagonistas e parte das histórias de ditaduras e massacres que aconteceram na América Latina. Quando as histórias são contadas por pessoas que não pertenceram às realidades narradas, as noções da memória oficial dos países são manipuladas com objetivos específicos de apagamento e deslegitimação.

No geral, desaparecimentos, torturas e assassinatos, assim como sequestros e estupros foram formas comuns de estratégias de interferência direta na construção da memória histórica de sociedades na América Latina, tanto na restituição e conservação da memória social a partir de depoimentos e recordações discursivas individuais e coletivas quanto na dimensão institucional de legitimação política (CALVEIRO, 2006).

Apesar do registro oral ser muito importante na construção da memória coletiva, por vezes, acaba se perdendo já que, em muitos casos, reviver essas histórias e remexer nessas lembranças podem voltar a ser uma experiência traumática de serem contadas, como comenta Araújo (2012):

Uma das maiores dificuldades no exercício da história oral é falar da dor. Inegavelmente, falar da dor, denunciar a violência perpetrada contra pessoas sem condições de defesa, relatar abusos para que sejam punidos ou coibidos tem sido um elemento mobilizador da história oral. Com esse intuito pesquisadores recolheram depoimentos de vítimas do Holocausto, de campos de concentração, de guerras civis e de regimes ditatoriais. Mas lidar com a dor é sempre difícil, tanto para quem fala como para quem escuta. Para o depoente, narrar o sofrimento, às vezes, é extremamente difícil. Não apenas porque o faz reviver momentos dolorosos, lembranças que muitas vezes querem ficar esquecidas, mas também porque o coloca em um duro dilema sobre si próprio (ARAÚJO, 2012, p. 23).

Ainda assim, Beverley (1987) acredita que esse é um dos motivos pelos quais o gênero textual se popularizou. Além desse motivo, o autor elenca a) a tradicional importância da cultura latino-americana em textos de caráter “documental”, dificilmente assimiladas por normas literárias metropolitanas; b) a popularidade da etnografia nas Ciências Sociais a partir de 1950; c) a aceitação política e literária de teorias e práticas de

contexto revolucionário, como na Revolução Cubana de Che Guevara além de países do chamado terceiro mundo como Angola, Vietnã e Palestina com histórico de guerrilhas e lutas armadas e; d) o reconhecimento do *testimonio* como forma de catarse nos anos 60, contemporâneo ao movimento de “contracultura” da nova esquerda norte americana (BEVERLEY, p.10, 1987).

No contextos das ditaduras na América Latina, onde o Estado recorreu a todos e quaisquer meios para sufocar movimentos de oprimidos, o medo foi a principal arma de coerção e violência para reprimir e dispersar resistências e recusas à submissão e para reproduzir conformismo e consentimento (VERGÈS, 2020). Assim, falar de memória e *testimonio* também pressupõe-se falar sobre o silêncio.

De acordo com Janotti (2010), os *testimonios*, espontâneos ou impulsionados, configuram implicações teóricas profundas de conscientização pessoal importantes para o indivíduo e para a sociedade. Eles representam a relação entre realidade e representação, memória e história, veracidade e imaginação. Além disso, envolvem a percepção sobre a unidade conceitual do testemunho e pluralidade de fontes, acima de tudo, o caráter intrinsecamente político do *testimonio* e seu problema.

Desse modo, não há como isolar um *testimonio* em uma perspectiva individual, embora ele retrate a experiência de um indivíduo. A própria classificação do gênero implica que a história pessoal não é individual, e sim componente parte de um coletivo. Assim, as experiências individuais, retratadas no *testimonio*, são por si só, acontecimentos de um grupo social, importante na história e na memória de uma nação.

O caráter político do *testimonio* também acrescenta à importância do gênero literário a necessidade de evidenciar o espaço privado como espaço político e de reivindicação de direitos. E mais. Como no caso de Domitila, quando o âmbito privado é extrapolado e ganha o espaço público, a perspectiva de leitura de instituições como família, rua, organização sindical e as próprias minas de estanho ganham novo significado, atrelando resistência, organização e luta democrática ao período colonial.

Tendo discutido o conceito de memória e *testimonio*, o debate em torno da “colonialidade do saber” que determina o “modelo válido de produção de conhecimento” vem à tona para confrontarmos se, de fato, à Domitila, uma mulher latino-americana trabalhadora das minas, é dada a permissão para falar (CURRIEL, p.128. 2020). “Foucault afirmava que as massas podiam falar por si, mas entendia que existia uma interdição para que essas vozes pudessem ser ouvidas” (apud RIBEIRO, p. 73, 2019). Essa definição de voz assume uma definição no sentido de discurso, discutida também pela filósofa brasileira

Djamila Ribeiro (2019), ao relatar um regime de autorização discursiva a partir de um sistema que determina um imaginário social baseado em poder e controle.

Sabemos que a resposta para a pergunta “Pode um subalterno falar?”, que dá nome ao livro de Spivak (2010), é afirmativa, se levarmos a interpretação ao pé da letra. O que acontece é que dificilmente alcançam a autoridade cultural ou epistemológica necessária para serem ouvidos, a começar pela oralidade (BEVERLEY, 2002). Portanto, é preciso destacar o caráter dialógico do falar e ser ouvido que está envolvido no que pode ser lido, ou não, como auto representação, principalmente porque nos casos onde há um intermédio de um sujeito hegemônico, há também um agenciamento na relação falante e ouvinte que pressupõe um diálogo (SPIVAK, 2010).

3.3 Pode um subalterno falar?

Partindo do ponto central dos estudos decoloniais que tem como objetivo romper as lógicas de imposição de saberes, recorro a figura central da pesquisadora Gayatri Chakravorty Spivak, situada na produção da teoria pós-colonial. O termo pós-colonial, segundo Ballestrin (2013), está relacionado ao marco temporal e local de emancipação e liberdade das sociedades submetidas ao imperialismo e neocolonialismo, especialmente no contexto asiáticos e africano. Está, ainda, ligado a teoria pós-colonial a produção de conhecimento com foco na crítica à modernidade eurocentrada, a crítica às construções e representações de Ocidente e Oriente, assim como o estudo das consequências advindas da pós independência na construção das identidades (HOLLANDA, 2020).

É importante destacar a diferença entre a teoria decolonial e a teoria pós-colonial. Enquanto a primeira parte do princípio que o colonialismo começou com a chegada de Colombo nas Américas e que os territórios não deixaram de ser oprimidos, apesar das suas independências; a teoria pós-colonial enxerga o colonialismo como advento dos séculos XVIII e XIX, com a imposição imperialista e neocolonial. (DA SILVA, 2022). É nesse cenário que se desenvolve a produção dos estudos da subalternidade, pensando uma teoria crítica contestadora de como lemos o mundo contemporâneo, desafiando discursos hegemônicos.

Os primeiros estudos sobre a subalternidade tiveram início com o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, inspirado no *Subaltern Studies Group*, fundado em 1970 por pesquisadores sul-asiáticos. Aníbal Quijano e Enrique Dussel foram alguns dos pesquisadores e ativistas latino-americanos que atuavam no grupo criado em 1990, que

posteriormente viria a se dividir por divergências e integrar o Grupo Modernidade/Colonialidade/ Decolonialidade- M/C/D (DA SILVA, 2022).

Essa ruptura nos estudos pós-coloniais que deram origem ao grupo M/C/D, ganhou forças com a noção de ‘giro decolonial’ fortalecida. A radicalização do argumento pós-colonial problematiza a valorização e reconhecimento da produção de conhecimento europeu e norte americano em detrimento das epistemologias advindas da América Latina, buscando o enfrentamento da colonialidade do poder que segue sendo mantida como legado da modernidade, do racismo e do capitalismo (VERGÈS, 2020).

Segundo Spivak, “o termo subalterno descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, p.12, 2010). O significado de subalterno de Spivak diz respeito àquele “cuja voz não pode ser ouvida”, referindo-se ao proletariado. Em *Pode um subalterno falar?* (2010), a autora critica a perspectiva gramsciana a respeito da autonomia do sujeito subalterno que, de forma essencialista, categoriza esses sujeitos como homogêneos (SPIVAK, 2010, p.12). Spivak consolida seu argumento mostrando que a mulher subalterna costuma estar em uma posição ainda mais periférica pela articulação das opressões que atravessam as questões de gênero, tendo em vista que “no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, p.15, 2010).

Nesse sentido, Domitila Barrios Cuenca, uma mulher das minas, marginalizada socioeconomicamente, mãe e dona de casa, encontra-se inserida nesse grupo social historicamente excluído da participação política, principalmente se levado em conta o recorte temporal das ditaduras, que além de sub representado e não ouvido, o povo mineiro ainda foi duramente reprimido e massacrado. O contexto ainda reforça o cenário onde, no geral, as pessoas vivem em moradias precárias, com inseguranças alimentares e trabalhos de alto risco à saúde além de terem pouco ou nenhum acesso à educação, fato ainda agravado quando levado em conta o marcador social de gênero, e que, de certo modo, reforça o determinismo do seu destino marcado pelo seu lugar social e geográfico onde vive.

Portanto, quando comunidades como do povo mineiro se opõem a submissão da ordem mundial, e a resistência e recusas fazem parte do cotidiano, é possível concluir que a luta travada contra o poder hegemônico é ainda mais visceral do que pelo direito de falar: é pelo direito à existência. E para além da busca pelo seu direito de existir, agravado no contexto das ditaduras bolivianas, Domitila faz parte do movimento que reivindica a

despatriarcalização das lutas revolucionárias e a herança de dominação masculina também presente nos espaços de luta popular, onde espera conquistar espaços políticos de reivindicação para as mulheres do *Siglo XX* e a inclusão da agenda feminista nas pauta da organização sindical dos trabalhadores.

Estou feliz com tantas mulheres com seus direitos, com as mudanças que aconteceram. Mas para nós não tem sido fácil. Primeiro tivemos que vencer nossos medos, vencer a família, vencer o que as pessoas vão falar, vencer as sogras, os próprios filhos, os maridos e as lideranças que não queriam que a mulher participasse. Mas apesar disso nos impusemos, mostramos nossa razão, impusemos a participação das mulheres (BARRIOS DE CHUNGARA, GARCÉS, 2012, tradução livre).²¹

Para isso, sua constante briga pelo espaço de falar e ser ouvida começa, ainda criança, com os desafios impostos pela condição sócio-cultural para ir à escola e continua, já mais velha, ao enfrentar diretamente seu esposo para participar das mobilizações em prol dos direitos dos trabalhadores encara os obstáculos machistas que começavam dentro da sua própria casa. Domitila enxerga no *Comité de Amas de Casa de Siglo XX* a possibilidade de trabalhar pela conquista de direitos para as mulheres das minas, fazendo com que outras mulheres se sentissem agentes de transformação e aliadas à luta anticapitalista dos trabalhadores.

Domitila Barrios Cuenca é um dos exemplos, dentre outras mulheres também situadas na América Latina e Caribe, que tiveram suas histórias contadas por meio de *testimonios*, gênero muito utilizado como meio de expressão para narrar suas experiências que, comumente, começam exclusivamente no campo do espaço privado, em suas casas e famílias, e chegam ao espaço público. Silvia Soriano Hernández (2011) adverte que os testemunhos femininos são testemunhos de mulheres políticas, assim como seus testemunhos tem cunho político.

“As mulheres políticas, e como tais, seus *testimonios* têm uma perspectiva política. Narrado em primeira pessoa e como um exercício oral que se traduz em escrita, os textos convidam os leitores a penetrar em uma vida que vai da infância ao momento da enunciação, passando por emoções, vivências e militâncias que levam à busca de uma mudança de identidade coletiva. vida. Falam no presente de uma luta atual” (HERNÁNDEZ, p.158, 2011, tradução livre).²²

²¹ Me alegra tanta mujer con sus derechos, los cambios que ha habido. Pero para nosotros no ha sido fácil. Teníamos primero que vencer nuestros miedos, vencer a la familia, vencer al qué dirá la gente, vencer a las suegras, a los mismos hijos, los esposos y los dirigentes que no querían que la mujer participe. Pero pese a eso nos hemos impuesto, hemos hecho ver nuestra razón, hemos impuesto la participación de la mujer (BARRIOS DE CHUNGARA, GARCÉS, 2012).

²² “Mujeres políticas y como tales sus *testimonios* tienes una perspectiva política. Narrados en primera persona y como ejercicio oral que se traduce a la escritura, los textos invitan a los lectores a penetrar una vida que va de la niñez al momento de la enunciación, pasando por emociones, experiencias y militancias que desembocan

Spivak cita a descrição teórica de Foucault para “episteme” quando descreve o caso da interferência britânica na Índia, especificamente no assunto do sacrifício das viúvas hindu: “A episteme é o ‘mecanismo’ que possibilita separar não o verdadeiro do falso, mas do que não pode ser caracterizado como científico” (SPIVAK, p.96, 2010). Trazendo para o contexto desta pesquisa, é possível afirmar que a produção de conhecimento ou epistemologias está diretamente relacionada com a “colonialidade do poder”, onde o sujeito colonial é desconsiderado quando agente epistêmico enquanto “o imperialismo estabelece a universalidade da narrativa do modo de produção” (SPIVAK, p.97, 2010). Ou seja, ignorar o sujeito subalterno faz parte da manutenção do projeto de desumanização legitimado pelo regime de autorização discursiva da matriz de dominação do poder.

Onde estavam as mulheres nas histórias oficiais dos países? E se tratando das memórias não oficiais? Onde estiveram as mulheres que não faziam parte do estrato social burguês? O *testimonio* mostra-se com papel central no fortalecimento do registro oral, nas memórias não oficiais dos países e na denúncia das violências e abusos sofridos nas ditaduras e protesta contra as condições de exploração e marginalidade, mostrando a resistência das diferentes comunidades e grupos sociais. E mais que isso, permite que mulheres contem suas histórias diante de uma urgência coletiva em processos revolucionários pouco conhecidos e dificilmente divulgados.

Somada à “colonialidade do poder”, bell hooks (1995) denuncia como a estrutura vigente na sociedade ocidental opera no sentido de apagar produções de pesquisadoras negras feministas. Tendo o sexismo e o racismo aliados, o imaginário do que é ser um intelectual não possibilita que nos lembremos de mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais. E mais que isso, o patriarcado capitalista e branco “nega às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente e torna o domínio intelectual um lugar interdito” e as limita, através da manutenção da imagem de representação, ao imaginário da consciência coletiva cultural de serviçal, selvagem e atrasada (hooks, 1995. p. 468).

O próprio título do livro, que compreende o testemunho de Domitila, pede licença e permissão para falar. O trecho “*Si me permiten hablar...*” que aparece em um dos diálogos do livro de Domitila corresponde ao fato de, em janeiro de 1975, representando o *Comité de*

en la búsqueda de un cambio de la vida colectiva. Hablan en presente de una lucha actual” (HERNÁNDEZ, p.158, 2011)

Amas de Casa do Siglo XX, a autora posicionou-se contra a entrada do exército de Banzer na comunidade que prendeu trabalhadores das rádios dos trabalhadores mineiros locais, a “La Voz del Minero”, dirigentes mineiros e outras pessoas, além de destruírem a sede da emissora, levando rádios e outros instrumentos para transmissão, discos, músicas folclóricas, músicas antigas e recentes, gravações e tudo que estava ali. Foi quando começou uma greve dos trabalhadores dos cinco maiores sindicatos mais fortes da região pela libertação dos presos e devolução das rádios.

Quando as outras comunidades mineiras, as fábricas e as universidades ficaram sabendo e o caso tomou conhecimento nacional, o governo organizou uma comissão para dialogar. As rádios eram inegociáveis. Além de informações democráticas e acessíveis, as emissoras comandadas pelos trabalhadores mineiros tinham papel essencial na cultura e na educação da comunidade (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005). O *Comité de Amas de Casa* participou dessa assembleia e Domitila tinha suas colocações a fazer:

"Se me permitirem falar..." eu disse.

"Sim, bem, sim. Numa altura como a que estamos, talvez as ideias das mulheres possam esclarecer alguma coisa... - disse alguém rindo. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.152, 2005, tradução livre).²³

Não só a Secretária Geral foi violentada, sendo desrespeitado seu lugar de fala como moradora, trabalhadora e integrante do *Comité* que organizou sindicalmente as mulheres do *Siglo XX*, como também todo o povo mineiro foi deslegitimado por meio do apagamento da produção cultural e histórica da comunidade. Na situação descrita no livro, Domitila e a comunidade mineira que compunham a assembleia foram caracterizados como exagerados e apontados como culpados pela repressão que sofriam (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, 2005).

É importante ainda acrescentar a discussão sobre esse espaço de falar e ser ouvido que, segundo a filósofa e escritora brasileira Djamilia Ribeiro (2019), o lugar de fala diz respeito a pensar criticamente o lugar social de poder, responsável por uma quebra de uma visão universal capaz de entender a diversidade de experiências compartilhadas e baseadas em grupos sociais. Ao mesmo tempo, o ponto de partida dessa reflexão é de entender mais

²³ —Si me permiten hablar... —dije.

—Sí, bueno, sí. En un momento como el que estamos, quizá las ideas de las mujeres puedan clarificar algo... —dijo uno riéndose un tanto. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.152, 2005).

as condições sociais que constituem um grupo e individualizar menos as experiências pessoais dentro desses grupos.

Outro exemplo possível de se discutir “lugar de fala” corresponde a participação de Domitila na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*. Assumindo o microfone, como representante do *Comité de Amas de Casa de Siglo XX*, lhe é concedido o espaço de falar. Uma oportunidade importante, que pode ser considerada um avanço, já que uma mulher subalterna conseguiria expor seus pensamentos e ter esse espaço de discussão disponível para trocas de experiências e informações, sendo alí a única representante boliviana.

Este que deveria ser um espaço de igualdade como o próprio tema daquela *Tribuna* de “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, na realidade deixou Domitila intimidada pelas apresentações nas intervenções que começavam com “Sou advogada”, “Sou jornalista”, “Sou professora” e faziam suas colocações. Apesar do medo, Domitila encorajou-se, animada em levantar os problemas a serem debatidos, afinal de contas aquele era o motivo da sua participação: fazer com que o povo mineiro fosse ouvido através da *Tribuna*. E se apresentou com “Bom, sou esposa de um trabalhador mineiro da Bolívia”²⁴, demonstrando se orgulhar das suas origens, valorizar a sabedoria de seu povo e reconhecendo que a sua realidade poderia, finalmente, estar sendo conhecida por outras partes do mundo (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.165, 2005).

Esse processo de coibição, na verdade, começou antes mesmo da sua participação. Pouco antes de entrar no avião que a levaria ao México, Domitila já foi ameaçada por uma mulher que trabalhava no *Ministerio del Interior* da Bolívia, que já havia dificultado os processos de visto e outras questões da viagem, fazendo com que Domitila quase desistisse da participação na *Tribuna*, que a aconselhou de forma ameaçadora que a Secretária Geral do *Comité* tomasse cuidado com o que ela poderia falar, sob pena que não voltar ao país, onde estavam ainda seus filhos e família. “[...] Depende muito do que você vai falar lá para que possa regressar ao país. Então, não fale de qualquer coisa... tem que pensar bem. Mais que tudo, tem que pensar nos filhos que está deixando aqui. Estou te dando um conselho...”²⁵ (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 160, 2005).

Já no México, sua intervenção de denuncia sofreu represália por parte de mulheres como Betty Friedman, famosa feminista norte americana, precursora dos ideais que deram

²⁴ “Bueno, yo soy la esposa de un trabajador minero de Bolivia” (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.165, 2005)

²⁵ “[...] depende mucho de lo que usted hable allá para que pueda regresar al país. Entonces, no se trata de hablar de cualquier cosa... hay que pensarlo bien. Más que todo, tiene usted que pensar en sus hijos que están dejando aquí. Le estoy dando un consejo... [...]”(BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 160, 2005)

origem à segunda onda feminista no Ocidente. Friedman ficou conhecida por discutir o papel feminino como dona de casa, mãe e esposa exaustivamente cobradas nessas posições e que, segundo ela, era um problema de gênero que ultrapassava classe social, etnia e credos (DUARTE, 2006).

A autora de “Mística feminina” sugeriu que Domitila estava sendo “manipulada pelos homens” e que “só pensava em política”. Ou seja, por mais que o espaço de fala pudesse ser concedido, na prática, Domitila não só foi vítima de mais uma exclusão e violência como também teve suas pautas questionadas. Incentivando seu silêncio e mostrando que não estariam dispostas a ouvi-la, aquelas mulheres mostraram que a hierarquização subentendida naquela relação branca/campesina, primeiro mundista/terceiro mundista, hegemônica/subalterna, da cidade/da periferia e assim sucessivamente, faria com que a realidade e demandas expostas no relato de Domitila não fossem ouvidas (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.165, 2005).

Acusando Domitila de ignorar completamente os assuntos femininos, uma das líderes da delegação mexicana reportou estar cansada de aplaudir benevolmente Domitila, que já havia se pronunciado nas pequenas intervenções de dois minutos, na rádio e na televisão, dando a entender que as discussões levantadas pela representante boliviana serviam simplesmente para serem aplaudidos e não debatidos, provando que o lugar de fala não infere o lugar de escuta do receptor.

A luta contra a “colonialidade do poder” faz parte do movimento por uma justiça epistêmica que contesta a ordem do saber que “se apropriou de saberes, estéticas, técnicas e filosofias de povos subjulgados” de forma justificada e legitimada pela missão civilizatória (VERGÈS, p. 38, 2020). Isto é, reivindicar a igualdade da importância desses saberes, contestando o saber imposto pelo Ocidente, é movimentar-se pela reapropriação científica e filosófica do que está posto como verdade.

Para além de uma referência de desenvolvimento, organização social, economia e política, a colonialidade do saber também está pautada no racismo, sexismo, etnicismo e outras relações de dominação, como o capital. Portanto, a luta anti-imperialista de Domitila reforçada em seu *testimonio* foi, acima de tudo, executar parte do que Françoise Vergès falou sobre a luta contra o femi-imperialismo: “fazer ressurgir do silêncio as vidas das mulheres “anônimas”” (VERGÈS, 2020).

Para isso, o espaço de poder ou não falar também discorre sobre o silêncio, sobretudo quando o fato de não resposta é originário de um lugar institucional, que pressupõe um invisibilização ou apagamento, impedindo que uma pluralidade de vozes

possam falar e ser ouvidas. Quando vozes são silenciadas em detrimento de uma história única, humanidades são negadas (RIBEIRO, 2019).

3.3.1 Relação Moema-Domitila

Conforme discutido anteriormente, a situação descrita no *testimonio* de Domitila não é somente um problema da mulher e muito menos como um problema ainda mais geral: dos subalternos. Jean Franco (2002) relembra que a dicotomia masculino/feminino está ancorada na teoria que sustenta práticas culturais e políticas hegemônicas desde a colonização até o capitalismo vigente. Essas dicotomias hierarquizadas de mente/corpo, racionalidade/emocionalidade, matéria/espírito são importantes para entender o funcionamento dessas diferenciações no que tange ao saber e ao poder que torna institucionalizado o sistema de exclusão de mulheres.

A igreja teve seu papel fundamental na manutenção dessas exclusões limitando, por exemplo, gêneros de discursos e cargos eclesiásticos aos homens como forma de afirmar seu poder ideológico do clero separando o racional do irracional, a teoria de outras formas menores de conhecimento. As mulheres ditas hereges e místicas, assim como adeptos das artes subversivas como paródias e ficções eram consideradas pertencentes ao diabo. O gênero literário que se aproximava de uma poesia romântica tinha como objetivo aproximar a comunicação das mulheres com Deus e escrever com uma linguagem cotidiana sobre os sentimentos de forma autobiográfica referindo-se à experiências mais corpóreas. Ainda assim, não era assumida a posição da autora como autora: era como se as palavras não viessem delas. E mais uma vez a mulher era colocada como território de disputa entre Deus e o diabo, levando à abnegação e renúncia como única saída para as mulheres (FRANCO, 2002).

Assim, a divisão da razão (masculino) e do sentimento (feminino) era institucionalizada assim como a separação das grandes literaturas correspondentes às esferas públicas e os discursos orais, correspondentes às esferas privadas e aos subalternos. Indígenas e trabalhadores, por exemplo, eram constantemente associados à barbárie na literatura culta, enquanto em gêneros privilegiados como a novela, a identidade pessoal nacional sempre foi um personagem masculino e intelectual, associado ao patriarcado.

Essa separação da escrita com a oralidade interfere na formação do gênero *testimonio* tendo em vista que normalmente há a presença de um editor e/ou transcritor mediando a relação autor e leitor (ALONSO, 2017). Mesmo sendo o narrador o verdadeiro

protagonista da narrativa, contada em primeira pessoa, é o tradutor o responsável por fazer falar o texto, em uma constante negociação.

Para Erika Nieuwerk (2014),

A informação de um testimonio é um produto sob o qual a autora-mediadora tem controle, já que é ela quem decide o que se inclui e publica na obra. Viezzer, como intelectual, ativista, estrangeira e escritora, promove sua agenda de apoio ao desenvolvimento e bem estar de mulheres e suas respectivas comunidades. Tratando-se de uma narração da vida de Domitila e seu povo como subalternos, um propósito de Viezzer é de apoiar uma mulher, dar-lhe voz e promover, através da escrita, a luta de Domitila para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, dos mineiros e, em todo caso, das mulheres de seu povo. Portanto, um dos objetivos fundamentais do feminismo, que é empoderar a mulher e lutar pelo fim das barreiras, estruturas ou organizações de uma sociedade que mantêm as mulheres em situação de subordinação, desvantagem econômica, política e social, se cumpre com a produção deste testimonio.²⁶ (NIEUKERK, p.21, 2014, tradução livre)

Esse controle que está nas mãos da mediadora traz à tona o questionamento a respeito da legitimidade do processo de organização e desenvolvimento do texto e sobre as intenções explícitas e implícitas na publicação, afinal falar sobre *testimonios* mediados pressupõe falar sobre um desnível social entre narrador testimonial e organizador. Apesar de ambas serem mulheres e da notável consciência política de Viezzer, é possível perceber a lacuna que separa testemunha e escritora se levado em conta a questão étnica-racial, diferenças culturais e as contradições entre trabalho manual e trabalho intelectual, além dos diferentes graus de escolaridade e das suas condições socioeconômicas, ocasionado pelo marcador social de classe, que separam depoente e escritora. São essas algumas das diferenças que fazem com que, provavelmente, sem a mediação de Moema, Domitila estaria excluída do circuito institucional de produção literária, já que nos processos de modernização cultural, o alfabetismo e letramento são privilegiados em detrimento da perda da oralidade (BEVERLEY, 1987).

A figura abaixo demonstra parte das contradições que podem ser vistas na relação conflituosa entre autora e mediadora e exemplifica que, o que pode ser visto como um

²⁶ La información del testimonio es un producto sobre el que la autora-mediadora tiene el control, ya que ella decide lo que se incluye y publica en la obra. Viezzer, como intelectual, activista, extranjera y escritora, promueve su agenda de apoyo al desarrollo y bienestar de mujeres y sus respectivas comunidades. Además de tratarse de una narración de la vida de Domitila y su pueblo como subalternos, un propósito que Viezzer persigue es apoyar a una mujer, darle voz y promover a través de la escritura la lucha de Domitila para mejorar las condiciones de vida de la clase trabajadora, los mineros y, en todo caso, de las mujeres de su población. Por lo tanto, uno de los objetivos fundamentales del feminismo, que es dar poder a la mujer y luchar por desaparecer las barreras, estructuras u organizaciones de una sociedad que mantienen a la mujer en una situación de subordinación, deventaja económica, política y social (Burn 3) se cumple con la producción de este testimonio. (NIEUKERK, p.21, 2014)

positivo atravessamento entre as culturas do oprimido e do opressor, também expõe a dependência de um desnível social. Enquanto Moema, uma mulher branca, de classe social mais favorecida, porta seu gravador em mãos para registros de suas pesquisas, Domitila concede entrevista em um espaço que contém a bandeira *Wiphala*, símbolo dos povos originários da região da Cordilheira dos Andes e da filosofia andina, além de uma pequena imagem de Che Guevara. Fica evidente as relações conflitivas de metrópole e periferia, cultura europeia e cultura indígena, cidade e periferia: contradições essas que precisam ser resolvidas em nível de mudança social, responsáveis por causar uma dependência mútua no *testimonio*.

Figura 11 - Reencontro Moema Viezzer (à esquerda) e Domitila Cuenca (à direita) em Cochabamba, 2002.



Fonte: Pagina Siete, 2018

Na obra, Domitila exprime que apesar das críticas ao ensino e educação bolivianos, acredita na colaboração que une forças políticas e partidárias em prol da causa operária, na importância da integração dos intelectuais na luta popular e na democratização e acesso aos saberes adquiridos sobretudo nas universidades “(...) porque nós não queremos fazer nossa luta separada, os trabalhadores e campesinos apenas, e sim que tem que estar com as pessoas intelectuais.” (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.6, 2005). Apesar da afirmação citada compor o *testimonio* de Domitila, não é possível inferir uma harmonia ou vínculo que se estenda para além dos interesses profissionais.

A relação Domitila e Moema, se levado em conta o prefácio do livro de 2005, versão digital, é de alinhamento quanto a intenção da publicação, onde é demonstrada consciência do uso das informações. “Esse livro é, portanto, um instrumento de trabalho. Domitila

aceitou deixar seu *testimonio* com a perspectiva de “contribuir com um grãozinho de areia, com a esperança de que sirva para a nova geração”.²⁷ (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 3, 2005). Ao mesmo tempo, quando perguntada sobre o processo de publicação do livro *Si me permiten hablar...* em uma entrevista para a Revista Z Cultural, em São Paulo, em 2018, mediada por Margarita Victoria Gómez, Viezzer fala que:

“*Se me deixam falar* é o testemunho de uma mulher das minas de estanho da Bolívia, uma mulher que chegou até a 4ª série do curso primário e, no entanto, acabou sendo uma mulher que esteve ao lado de Eduardo Galeano, Noam Chomsky e importantes figuras do movimento feminista em eventos internacionais. Ela se tornou uma protagonista dos direitos humanos no âmbito internacional, graças à publicação, em vários idiomas, do seu testemunho de vida que eu recolhi por ocasião da Primeira Conferência das Nações Unidas realizada no México em 1975 sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, quando ambas participamos da Tribuna Internacional da Mulher, o evento paralelo à Conferência.

Eu diria que o livro, tal como foi publicado, é uma manifestação de como saberes que se constroem de maneira diversificada podem dialogar e dar margem a novas criações. Eu tinha o saber de uma pessoa que havia feito o magistério, uma experiência de educadora popular adquirida principalmente nos anos em que vivi no Nordeste, e tinha experiência como assistente de pesquisa na Universidade de Manchester, quando acompanhei meu marido que fez o doutorado. Mas o que Domitila sabia e o que eu sabia eram coisas diferentes. E o que sabíamos as duas de diferentes maneiras era expresso de maneira diferente. E foi da junção de nossos saberes que resultou a publicação de *Se me deixam falar*.” (Gómez, 2018).

Demonstrando certa interferência, Viezzer explicita essa “junção de saberes” na organização e compilação dos testemunhos dados por Domitila no México e na Bolívia em diferentes situações e contextos. No trecho contido no prefácio de Moema, é possível notar como o ato de compilar a publicação foi determinante no resultado final do livro que, depois de pronto, foi revisado por Domitila.

O que apresento aqui não é o monólogo de Domitila consigo mesma. É o resultado de inúmeras entrevistas que fiz com ela no México e na Bolívia, de suas intervenções no Tribune, bem como de exposições, conversas e diálogos que desenvolveu com grupos de trabalhadores, estudantes e funcionários de universidades, moradores de bairros populares, exilados latino-americanos residentes no México e representantes da imprensa, rádio e televisão. Todo esse material registrado, bem como alguma correspondência escrita, foi encomendado e posteriormente revisado com

²⁷ Este libro es, por lo tanto, un instrumento de trabajo. Domitila aceptó dejar su *testimonio* en la perspectiva de “aportar un granito de arena, con la esperanza de que sirva para la generación nueva”. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 3, 2005).

Domitila, dando origem ao presente testimonio. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 2, 2015, tradução livre).²⁸

Ou seja, o material organizado conta com uma nebulosa fronteira do que é de fato uma fala de Domitila ou parte do poder de compiladora manifestando-se indiretamente, consciente ou não, de quem escreve da esfera intelectual palavras de uma mulher de classe popular (CORRALES. 2015). Um exemplo disso é o fato de duas das três partes que compõem a obra serem nomeadas com “Su pueblo” e “Su vida”, com pronomes possessivos da segunda pessoa do singular, não seguindo a característica padrão do texto, escrito em primeira pessoa, demonstrando que o título e a divisão apresentada na obra não partiu de Domitila. Destaco ainda o fato da capa do livro conter o nome de Moema Viezzer como autora, mencionando o nome de Domitila apenas no título do livro.

Outra importante observação direciona olhares para quem o livro está dirigido. Apesar de acreditar na parceria promissora entre a academia e as classes populares, Domitila pretende, com a publicação de seu *testimonio*, “alcançar as pessoas mais pobres”, aos trabalhadores, camponeses e donas de casa e publicizar o exemplo de luta pela libertação de seu povo para as gerações mais jovens, servindo de referência e orientação para a própria realidade, sendo esse o principal objetivo de um trabalho como o *testimonio* em questão (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.9, 2015). A autora ainda critica o fato de já ter participado de inúmeras entrevistas, estudos, gravações para antropólogos, sociólogos, economistas, historiadores e jornalistas mas que não há o retorno desses documentos e publicações para o povo boliviano e que portanto a função de colaborar para conhecimento dos bolivianos sobre a própria realidade não é concretizada, o que ela espera que não se repita com *Si me permiten hablar...*, consentindo com o método de trabalho de Viezzer.

Tratando-se de um *testimonio*, a narração pessoal é direcionada para um interlocutor específico, e com Domitila não foi diferente. Mesmo em diferentes contextos onde foram recolhidas suas falas e discursos, Domitila dividia sua história a partir da comunidade na qual fez parte, buscando se comunicar com esse mesmo povo. Portanto, a autora não fala

²⁸ No es un monólogo de Domitila consigo misma lo que presento aquí. Es el resultado de numerosas entrevistas que tuve con ella en México y en Bolivia, de sus intervenciones en la Tribuna, así como también de exposiciones, charlas y diálogos que desarrolló con grupos de obreros, estudiantes y empleados universitarios, habitantes de barrios populares, exiliados latinoamericanos residentes en México y representantes de la prensa, radio y televisión. Todo ese material grabado, como también alguna correspondencia escrita, fue ordenado y posteriormente revisado con Domitila, dando lugar al presente testimonio. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 2, 2015).

pelo grupo na qual faz parte ou é uma representante do mesmo, ela na realidade performa uma identidade que é ao mesmo tempo pessoal e coletiva (GARDNER, 2005).

Nesse sentido, é importante ainda trazer à luz o conceito de “lugar de fala”, pensando na representação que está contida nos *testimonios*. A legitimidade dos saberes desenvolvidos por mulheres, sobretudo mulheres indígenas, mulheres do campo, latino-americanas parte do lugar da trajetória e posicionamento político intimamente atrelado às suas biografias. Com isso, recorro à crítica de Spivak (2010) a posição do intelectual pós-colonial, que deve ser de facilitar a aproximação de uma narrativa autêntica e respeitosa com a realidade, dando espaço para que a voz subalterna chegue até outras pessoas, e não assumindo um papel de representação, recolocando o subalterno no lugar de silenciado e como objeto de estudo e conhecimento.

Tratando-se de um gênero que possui caráter essencialmente igualitário, já que o valor testimonial pode estar presente em qualquer narração que evoca a urgência e denúncia coletiva, diante da ausência de outras vozes, que questionam o *status quo*, evidencio ainda o que Nathaniel Gardner (2005), professor doutor em Estudos Latinoamericanos, chama de “subalternos excepcionais”. Estes seriam os subalternos que, também descritos por Spivak (2010), possuem características e representam qualidades que os destacam em seus contextos, que estimulam certos interesses e que atraem mais atenção aos olhos dos escritores profissionais, facilitando a publicação de seus *testimonios* direcionados à comunidade intelectual.

No trecho “Ela se tornou uma protagonista dos direitos humanos no âmbito internacional, graças à publicação, em vários idiomas, do seu testemunho de vida que eu recolhi [...]” anteriormente mencionado, é possível perceber a colonialidade do poder e do saber atuando de forma a minimizar a contribuição e luta de Domitila no *Siglo XX* em todo seu trabalho de base, nas organizações sindicais de trabalhadores mineiros e na própria *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*, onde a autora ficou conhecida como “única mulher da classe trabalhadora que participou ativamente da *Tribuna* representando a Bolívia (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p. 2, 2005, tradução livre) às páginas do livro organizado por Viezzer, posteriormente traduzido para outras línguas, atribuindo o mérito do protagonismo da Secretária Geral do *Comité de Amas de Casa de Siglo XX* a si.

Apesar da pergunta que dá nome a este subcapítulo não estar necessariamente respondida, cabe a observação do quão necessário é que se popularize conhecimentos marginalizados e que retratam uma realidade contra hegemônica na qual estão inclusos saberes localizados, atuações políticas e práticas e pensamentos sociais de povos

historicamente subjugados e oprimidos, além do papel fundamental dos *testimonios* na expressão de uma coletividade pela articulação da memória e denúncias. Destaca-se, portanto, a importância da legitimação desses sujeitos não só como produtores de conhecimento científico, mas também como sujeitos políticos potentes que reivindicam seus direitos e que acreditam que as culturas são mutáveis e as identidades são sempre redefinidas e adaptadas (LANG E KUCIA, 2009).

4. MOVIMENTOS FEMINISTAS DO SUL

No caminho que passa inicialmente pelos autores pós-coloniais na crítica ao poder colonial e as consequências das noções de ocidente e oriente para a construção das identidades e saberes pós independências, chegamos às importantes contribuições dos estudos decoloniais que trazem à tona a revisão da construção do conceito da colonialidade, sendo esta responsável pela manutenção de um padrão de relação de poder que se repete, através do viés racial e de dominação, nas relações intersubjetivas da sociedade para além das relações formais da colonização (CÉSAIRE, 2020).

Mais recente, Maria Lugones faz sua contribuição quanto à articulação de raça e gênero à modernidade, ao capitalismo e a noção de civilização a partir da colonialidade. A autora é alinhada à Quijano sobre o sistema de poder capitalista do mundo em termos da colonialidade do poder e da modernidade, como estruturas inseparáveis no funcionamento desse sistema de poder, sendo a colonialidade a face oculta da modernidade e em relação a racialização da exploração capitalista como primordial para o capitalismo nas Américas (LUGONES, 2014).

Em contraponto, Lugones (2014) critica a compreensão de Quijano quanto a importância da discussão de gênero hiper biológico apenas em termos de acesso sexual às mulheres. Para ela, diante do cerne da colonialidade que divide humanos e não humanos, nativos indígenas, povos originários e escravizados classificados como não humanos não recebem atribuição de gênero, pois gênero é característica humana e, portanto, estruturante da colonialidade. Diante da não atenção dada às atribuições de gênero pelos autores decoloniais na construção das dicotomias de poder, nasce a discussão teórica a respeito do pensamento feminista decolonial, que denuncia a imbricação estrutural da heteronormatividade, raça e sistema capitalista e abre um leque de feminismos nos quais o centro da discussão corresponde a não universalização do conceito “mulher”, compreendendo assim suas diferenças marcadas pelas experiências corporais e subjetivas (HOLLANDA, 2020).

Diante da atonicidade e inseparabilidade das categorias coloniais, "ver mulheres não brancas vai além das lógicas categoriais" (LUGONES, 2014, p.935). A definição de mulher baseada em características físicas e comportamentos de fragilidade e sensibilidade excluíam mulheres não brancas e não burguesas, assim como o feminismo branco ignorou as representações sociais específicas que não cabiam no conceito de mulher, ignorando

principalmente a compreensão da questão racial como estruturante na sociedade moderna, inclusive no que tange ao determinismo de classe social. O discurso de Domitila na *Tribuna*, em 1975, demonstra com muita facilidade sua discordância e não reconhecimento nos discursos de mulheres brancas e norte americanas presentes no mesmo espaço de discussão, propondo um feminismo universal capaz de compreender e abarcar todas as mulheres (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

Isso me levou a ter uma discussão com Betty Friedman, que é a grande líder feminista nos Estados Unidos. Ela e seu grupo propuseram alguns pontos de emenda ao "plano de ação global". Mas eram sobretudo abordagens feministas e não concordávamos com elas porque não abordavam alguns problemas que são fundamentais para nós, latino-americanos (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 165, 2005, tradução livre).²⁹

Domitila reconhece nesse espaço a necessidade de questionar a produção do conhecimento institucionalizado entre as feministas presentes e questões aparentemente consolidadas, que devem recorrer a epistemologias que reconheçam questões interseccionais de gênero, raça e classe, além de educacionais, habitacionais, de localidade, etárias. A prática política e teórica e o campo da produção do conhecimento feminista levam a repensar estratégias de mudanças dos antigos paradigmas diante do avanço da direita conservadora, aumento das desigualdades sociais e negação de direitos fundamentais.

O posicionamento de Domitila aponta para o seu *testimonio* como uma extensão da sua participação na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*, de 1975. A partir da análise da obra é possível perceber que a autora enxerga sua participação como um marco na sua vida, onde a realidade das minas bolivianas pode finalmente ser vista, exigindo serviços, igualdade social e direitos humanos. Sua participação e suas falas são compreendidas e abraçadas por outras mulheres latino-americanas presentes, que passavam por situações parecidas de exploração, além de aprisionamentos, torturas e ditaduras na Bolívia, Argentina, Uruguai e Chile, que juntas elaboraram um documento a respeito do papel das mulheres nos países subdesenvolvidos, publicado pela imprensa (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

²⁹ Esto me llevó a tener una discusión con la Betty Friedman, que es la gran líder feminista de Estados Unidos. Ella y su grupo habían propuesto algunos puntos de enmienda al "plan mundial de acción". Pero eran planteamientos sobre todo feministas y nosotras no concordamos con ellos porque no abordaban algunos problemas que son fundamentales para nosotras, las latinoamericanas (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 165, 2005).

Segundo Spivak (1999), o neoliberalismo mundial, em nome do desenvolvimento é capaz de passar por cima de qualquer barreira para adentrar nas economias nacionais mais frágeis, com isso os Estados “em desenvolvimento” estão unidos não só pela exploração humana e ambiental, como também pelo vínculo das elites de poder em torno do “desenvolvimento” e do capital global.

Esse movimento que sai de um universal abstrato para experiências concretas de potencialização política, lugares de fala e diversidades identitárias faz parte da luta dos feminismos decoloniais, onde o feminismo eurocentrado é visto como mais uma forma de opressão alinhado ao colonialismo, capitalismo e patriarcado. Por esse motivo, Domitila não se considerava feminista, já que sua concepção de feminismo corresponde a um movimento de mulheres que contribui para a perpetuação de um pensamento único reprodutor da dominação de classe e raça (VERGÈS, 2020).

O universalismo etnocêntrico tende a julgar as estruturas econômicas, legais, familiares e religiosas de diversas culturas do sul global tendo como referência os padrões ocidentais, o que leva a classificar essas estruturas como “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento”. Nessa lógica, o único caminho possível para o desenvolvimento é alcançar o do “Primeiro Mundo”, invisibilizando assim todas as outras formas de organização, experiências e culturas de resistência consideradas marginais (BARRAGÁN, et al. 2016).

Buscar alternativas viáveis que partam de uma vivência encarnada, local e comunitária abre espaço para uma construção mais simétrica no campo científico, filosófico e político no que se refere às relações humanas e a constante construção do pensamento social latinoamericano. A instrumentalização da ação, teorizada recentemente por feministas negras como “interseccionalidade”, é fundamental para entendermos a prática que pensa no conjunto etnicidade, raça e classe a partir da vida das mulheres.

Com a contemporânea discussão sobre a teoria da “interseccionalidade” que conquistou popularidade acadêmica, parto da leitura brasileira de Carla Akotirene (2019) como referência para discutir o *testimonio* da ativista boliviana Domitila Barrios Cuenca como experiência prática da interseccionalidade vivida e anteriormente anunciada.

4.1 Interseccionalidade na América Latina

Aprofundo-me na discussão de interseccionalidade proposta por Carla Akotirene (2019) no livro com o mesmo título, um dos volumes da Coleção Feminismos Plurais, organizado pela filósofa Djamila Ribeiro. O conceito sistematizado em 1989 pela jurista norte americana, pesquisadora e ativista nas áreas dos direitos civis, teoria legal afro-americana e do feminismo, Kimberlé Crenshaw, carrega uma sensibilidade analítica a partir das experiências de feministas negras que denunciam a sensação de não pertencimento das mulheres negras nos espaços de mobilização e atuação social pois, assim como o feminismo hegemônico não abarca mulheres negras, já que segue a lógica categórica e dominante, calcado na colonialidade e reprodutora do racismo, o movimento negro é focado nos homens, falhando pelo seu caráter machista (AKOTIRENE, 2019).

Com base no aporte de Crenshaw, Akotirene desenvolve a discussão sobre o conceito de “interseccionalidade”, agregando e acrescentando às interseções das desigualdades de raça e gênero, a questão de classe e nação impossíveis de serem desassociadas no contexto latino-americano, para entender “como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras.” (CRENSHAW, 2014).

Apesar do conceito “interseccionalidade” ter surgido a partir dos trabalhos da jurista para categorizar a estratégia teórico-metodológica de instrumentalização da ação sobre a indissociabilidade estrutural do racismo, capitalismo e patriarcado, a atuação que enxerga a partir da ótica da inseparabilidade das opressões, marcadores sociais e subjetividades é característica de práticas ancestrais e sistêmicas anteriormente existentes e que resistem e superam a lógica colonial (DÍAZ-BENITEZ, 2020).

Longe territorialmente e temporalmente de Domitila Barrios Cuenca, Sojourner Truth, que nasceu escrava em Nova Iorque, em 1797, e no ano de 1851, aos 54 anos, proferiu o discurso abaixo, em uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, nos Estados Unidos, uma reunião onde clérigos homens brancos discutiam sobre os direitos das mulheres.

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que

merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer (TRUTH, 2014, traduzido pelo Instituto Mulher Negra-Geledés).

Truth levantou-se para falar após ouvir dos pastores presentes que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens. Na ocasião, questionou os presentes em um discurso potente sobre a categoria universal de mulher, articulando racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo “marcando a sensibilidade analítica da interseccionalidade”, trazendo à tona a necessidade de se pensar a definição e o que está contido no que se categoriza como “mulher”, em constante debate até os dias de hoje (AKOTIRENE, p.29, 2019).

Essa tecnologia ancestral de leitura de mundo, também presente no feminismo negro, supera o que está posto nas sociedades modernas, contrariando a estrutura social e trabalhando o marcador racial como determinante para “superar esteriótipos de gênero, privilégios de classe, cisheteronormatividades articuladas em nível global” (AKOTIRENE,

p.18, 2019). Carla Akotirene (2019) diz ainda que: “a única cosmovisão a usar apenas os olhos é a ocidental e esses olhos nos dizem que somos pessoas de cor, que somos Outros.” baseando-se e julgando como suficiente enxergar apenas características físicas capazes de serem vistas com os olhos (AKOTIRENE, p.19-20, 2019).

Truth, assim como Domitila, provam que a metodologia analítica sobre as sobreposições dos marcadores sociais da diferença não é nova e não corresponde unicamente a uma linha, escola ou uma nova “onda” do pensamento feminista. Na verdade, é alimentada pela contribuição de diferentes pensadores e pensadoras acadêmicas, dos movimentos sociais e de ativismos antes da própria categorização do conceito que articula as diferentes formas de opressão. Discursos como o que Sojourner, situada nos Estados Unidos, e testemunhos como o de Domitila são substanciais para confirmar que este instrumento prático/metodológico/analítico é uma estratégia que resiste e supera a lógica colonial desde antes da categorização do conceito (DÍAZ-BENITEZ, 2020).

A “interseccionalidade” como teoria, metodologia e instrumento prático é essencial para identificar, interpretar e agir perante as amarras coloniais que produzem diferenças diante dos fluxos identitários e as implicações políticas das discriminações, inicialmente calcadas no binômio raça-gênero (AKOTIRENE, 2019). Domitila, metodologicamente falando, intersecciona as condições estruturais de gênero, classe e nação demonstrando a articulação e impacto da relação dessas estruturas nas experiências das mulheres das minas e desfazendo a noção de mulher universal baseada em características físicas e comportamentos de fragilidade e sensibilidade impossível de abarcar todas as mulheres, principalmente as não brancas e de classes populares.

É preciso, portanto, despender esforços por um debate contemporâneo com vistas a latinizar a interseccionalidade, entendendo como a importante comunicação dos Pensamentos Feministas Latino-Americanos reverberam na construção do conceito. Para isso, deve-se apropriar e territorializar, levando em conta as realidades singulares latino-americanas, e pensar como a importante comunicação das lutas contrárias às estruturas sociais modernas de dominação estão imbricadas e comprometidas. A “interseccionalidade” é um assunto atualmente em voga, mas que, ainda assim, conhecemos muito pouco do que é de fato vivido e que decorre das práticas e experiências reais, sobretudo na América Latina.

Domitila Barrios Cuenca é um desses exemplos, que alimentam a experiência interseccional na prática do dia a dia, vislumbrando o poder popular que traria melhores condições de vida para seu povo, e nos convida a repensar como o sistema capitalista depende da manutenção da reprodução de desigualdades estruturantes da sociedade para seu funcionamento pleno, baseado na exploração de uns em detrimento do enriquecimento de outros. A partir desse conceito e ferramenta analítica e metodológica, abre-se espaço para que realidades concretas de exclusão e opressão sofridas por mulheres não brancas, como Domitila, sejam compreendidas de forma integral e individualizada, levando em consideração as realidades diversas possíveis.

4.2 E, não sou eu, uma mulher?

Para além dos marcadores sociais de diferença já entendidos como determinantes como raça e etnia, classe social e gênero, a localidade e as suas condições de vida nas minas, acesso à educação, organização familiar e comunitária, as influências do meio sindical e das pessoas com quem convivia foram determinantes para construir a mulheridade de Domitila Barrios Cuenca e suas subjetividades. Faz-se necessário, portanto, utilizar a “interseccionalidade” não só para entender os marcadores sociais da diferença como estruturantes, como também para acessar essa ferramenta que articula-os de forma sobreposta e não hierarquizada (AKOTIRENE, 2019).

Domitila, metodologicamente falando, demonstra como a intersecção das opressões e o impacto da relação dessas estruturas nas experiências das mulheres das minas estão apresentadas no seu cotidiano de dona de casa e ressignifica o feminismo a partir de seu contexto, produções e situações laborais centrais nas suas mobilizações (BARRAGÁN, et al. 2001).

No meu caso, por exemplo, meu marido trabalha, eu trabalho, faço meus filhos trabalharem, então somos vários trabalhando para manter a casa. E os patrões estão ficando cada vez mais ricos e a condição dos trabalhadores continua cada vez pior. Mas, apesar de tudo que fazemos, ainda existe a ideia de que a mulher não faz nenhum trabalho, porque não contribui financeiramente para a casa, que só o marido trabalha porque recebe salário. Já encontramos essa dificuldade o suficiente. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.24-25, 2005, tradução livre).³⁰

³⁰ En mi caso, por ejemplo, trabaja mi marido, trabajo yo, hago trabajar a mis hijos, así que somos varios trabajando para mantener el hogar. Y los patrones se van enriqueciendo más y más y la condición de los trabajadores sigue peor y peor. Pero, a pesar de todo lo que hacemos, todavía hay la idea de que las mujeres no realizan ningún trabajo, porque no aportan económicamente al hogar, que solamente trabaja el esposo porque él sí percibe un salario. Nosotras hemos tropezado bastante con esta dificultad. (BARRIOS DE CHUNGARA; VIEZZER, p.24-25, 2005)

A autora teve, desde a infância, que assumir responsabilidades de trabalhos reprodutivos que se estenderam durante toda sua vida, culminando em triplas jornadas de trabalho: como mãe e dona de casa, como vendedora de *salteñas* e como dirigente e integrante do *Comité de Amas de Casa*. Ainda assim, a desvalorização do seu trabalho baseada no gênero fica evidente tanto dentro quanto fora de casa. Primeiro porque, pelo baixo rendimento financeiro, a comercialização das empanadas típicas bolivianas não é vista como um trabalho e uma fonte de renda. Segundo, quando seu papel no *Comité* é questionado e deslegitimado, já que mulheres não são bem vistas e bem vindas nos contextos de discussão política.

Essa sensibilidade analítica interseccional permite-nos perceber as vozes que ecoam dos territórios latino-americanos contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental e identificar os corpos racializados explorados em prol da manutenção das estruturas modernas de dominação (AKOTIRENE, 2019). A questão levantada por Crenshaw sobre a sensação de não pertencimento das mulheres negras nas pautas raciais majoritariamente machistas pode ser comparada ao fato de, mesmo nas mesmas condições sociais de exploração, que aparentemente uniria homens e mulheres pelo marcador de classe social, assim como as crianças, os homens mineiros não reconhecerem as mulheres como igualmente exploradas pelo sistema. Esse fato mostra que o gênero é determinante na experiência encarnada de “ser mulher” nas minas, para além de trabalhador e trabalhadora.

Os questionamentos que estimulam a desconstrução discursiva da “mulher” como categoria homogênea que tendia a ser branca, com poder aquisitivo, da cidade, heterossexual e cristã, que entende o ser “mulher” de forma essencialista, nos leva à reflexões que, inseridas no contexto da América Latina, entende que raça e etnia são determinantes para inscrever classe social. O modelo colonial imposto, no que se chamava Vice-Reino do Rio da Prata, explorou milhares de indígenas de populações originárias, deixando marcas profundas nas estruturas econômicas e sociais no país. Após a independência da Bolívia, no século XIX, a elite dominante deu continuidade aos regimes de exploração, onde os mesmos grupos étnicos continuaram a formar a mão-de-obra para a agricultura e principalmente para mineração. Dessa forma, os povos indígenas que, durante os séculos, foram explorados e marginalizados das participações sociais, políticas e econômicas da Bolívia continuaram à margem da sociedade, sofrendo as consequências duradouras do imperialismo capitalista (ANDRADE, 2012).

O abismo social provocado pela raça e classe social na Bolívia permite que percebamos que o evidente estranhamento da elite branca e europeizada em relação ao povo de maioria indígena é um dos traumas profundos que compõem a nação boliviana. A manutenção da maioria indígena no país que, segundo o Censo do país de 2001, corresponde à 60% da população boliviana, pode ser explicada pela maior presença demográfica e sua localização mais próxima dos grandes centros econômicos e territórios de interesse do período colonial e da república até metade do século XX, como na região andina, que mesmo com uma fase de conflitos intensos e de tentativa de extinguir as comunidades indígenas (1880-1945), o sindicalismo e a luta pela defesa e recuperação da posse das terras ameaçadas pelos latifúndios e leis republicanas se somavam aos esforços pelo poder local popular, buscando reestruturar a relação entre comunidades indígenas e o Estado (CUNHA FILHO, 2018, COMEGNA, 20__).

Figura 12 - Mulher na mina de Potosí.



Fonte: Natgeo España (2020).

Entre as mulheres, nos anos seguintes, as realidades distintas escancaram as desigualdades marcadas e perpetuadas desde a colonização. E assim como em outras partes do mundo, os movimentos femininos dos anos 1920, 1930 e 1940 na Bolívia eram pautados no acesso à educação, trabalho e voto, enquanto a classe trabalhadora buscava por reformas trabalhistas. Essa distância, exemplificada pelo conflito de interesses, fez com que uma

possível união entre as mulheres estivesse ainda mais distante de se consolidar, como exposto por Domitila na *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*, no México, em 1975 (CORRALES, 2015).

Por esse motivo, a noção de unidade e de comunidade foi fortalecida mesmo mediante evidente diversidade étnica que compunham os indígenas bolivianos e camponeses do altiplano. Tendo o Estado como inimigo comum, a busca pela autonomia comunitária ameaçada pelas reformas liberalizantes, nasce a necessidade da crença de uma partido “próprio”, movimento defendido por Domitila que une as lutas de homens e mulheres pela libertação do país e da classe trabalhadora, unindo mineiros, camponeses, donas de casa, indígenas.

A divisão entre “homem” e “mulher” também não fazia sentido já que ambos estavam sendo explorados pelo mesmo sistema desumanizante disposto a aniquilá-los independente de gênero. Portanto, enxergava-se mais perto dos trabalhadores, evidenciada pela questão de classe e raça, do que das mulheres chamadas por ela de “feministas”, reprodutoras das ideias imperialistas e capitalistas, não dispostas a renunciar o apoio à supremacia branca (hooks, 1989).

O que penso é que o socialismo, na Bolívia como em qualquer país, será o mecanismo que criará as condições para que as mulheres cheguem ao seu nível. E o fará por meio de sua luta, de sua participação. E sua libertação também será obra dela mesma. Mas acho que neste momento é muito mais importante lutar pela libertação do nosso povo junto com os homens. Não é que eu aceite o machismo, não. Em vez disso, acredito que o machismo também é uma arma do imperialismo, assim como o feminismo. Portanto, considero que a luta fundamental não é uma luta entre os sexos; É uma briga de casal. E quando falo do casal, falo também dos filhos, dos netos, que têm de se integrar, desde o seu estatuto de classe, à luta pela libertação. Acredito que isso seja essencial agora (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 7, 2015, tradução livre).³¹

É muito evidente pensar o quão estruturante raça e classe são, se retroalimentando, se pensarmos nas sociedades modernas onde os homens negros, com certos “privilégios” relacionados à questão de gênero, são constantemente “recolocados” em seus lugares sociais de submissão e desumanidade, abaixo tanto dos homens quanto das mulheres brancas,

³¹ Lo que yo pienso es que el socialismo, en Bolivia como en cualquier país, será el mecanismo que creará las condiciones para que la mujer alcance su nivel. Y lo hará a través de su lucha, a través de su participación. Y será obra de ella misma también su liberación. Pero yo pienso que en este momento es mucho más importante pelear por la liberación de nuestro pueblo junto con el varón. No es que yo acepte el machismo, no. Sino que yo considero que el machismo es también un arma del imperialismo, como lo es el feminismo. Por lo tanto, considero que la lucha fundamental no es una lucha entre sexos; es una lucha de la pareja. Y al hablar de la pareja, hablo yo también de los hijos, de los nietos, que tienen que integrarse, desde su condición de clase, a la lucha por la liberación. Yo creo que esto es lo primordial ahora (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 7, 2015)

quando avaliamos o mercado de trabalho e suas rendas. Abaixo dos homens negros estão apenas as mulheres negras, responsáveis pela base das pirâmides sociais, sustentando todos que estão acima, com suas triplas ou quádruplas jornadas de trabalho, desempenhando trabalhos não reconhecidos, de baixa ou nenhuma remuneração e precariedade de direitos (hooks, 2020).

Assim como a divisão sexual não fazia sentido na luta comunitária de Domitila Barrios Cuenca, uma certa unicidade também mostra-se presente na discussão étnica e racial do *testimonio* quanto à questão campesina e indígena. Segundo Alcarás (2020), os elementos que reiteram um “nosotros” de uma coletividade excluída e explorada semelhante à mineiros, indígenas, campesinos, donas de casa e trabalhadores, unidos pelas tensões políticas, econômicas e culturais (ALCARÁS, 2020).

O campo e a mina aparecem, nos textos analisados, como duas instâncias representativas da classe trabalhadora. Às vezes interessará a autora unificá-las para posicionar um “nosotros” homogêneo frente a um inimigo comum, a classe alta boliviana, a qual Barrios considera alienada e estrangeirizante.”³² (ALCARÁS, p. 86, 2020, tradução livre)

É interessante observar que não há nenhuma afirmação de Domitila assumindo diretamente sua identificação como indígena, campesina ou mesmo mestiça. Seu vínculo com a tradição indígena é reparada com o relato da sua composição familiar, onde diz: “Minha mãe era uma mulher da cidade de Oruro. Meu pai é indígena. Não sei se quechua ou aymara, porque fala muito bem os dois idiomas corretamente. Mas sei que nasceu no campo, em Toledo.”³³ (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 34, 2015, tradução livre). Outro trecho que levanta a hipótese do vínculo, corresponde ao relato que conta sobre ser chamada de *imilla* pelas outras crianças, termo depreciativo para referir-se a menina ou adolescente indígena. Ao mesmo tempo, na entrevista concedida à Malena Bystrowicz, Domitila diz: “Sou filha de uma campesino de Toledo, um povoado pequeno ao lado de Oruro”³⁴ dando a entender que, possivelmente, Barrios Cuenca utiliza o termo “campesino” como sinônimo de indígena, hipótese que se repete no trecho que relata o preconceito sofrido pelos campesinos nos acampamentos mineiros “Eu já vi, por exemplo, que em algumas casas de mineiros, quando chega um campesino, um indiozinho, para vender batata,

³² El campo y la mina aparecerán, en los tres textos analizados, como dos instancias representativas de la “clase” trabajadora. A veces le interesará a la autora unificarlas para posicionar un “nosotros” homogéneo frente a un “enemigo” común, a saber, la clase alta boliviana, a la cual Barrios percibe como alienada y extranjerizante. (ALCARÁS, p. 86, 2020)

³³ Mi madre era una mujer de la ciudad de Oruro. Mi papá es indígena. No sé si quechua o aymara, porque habla muy bien los dos idiomas, correctamente. Pero sí, sé que ha nacido en el campo, en Toledo. (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 34, 2015)

³⁴ Soy hija de un campesino de Toledo, un pueblito pequeño al lado de Oruro. (BYSTROWICZ, 2012)

não o deixam dormir na sua casa, não lhe servem nos mesmos pratos, não lhe dão a mesma comida preparada para família.³⁵ (BYSTROWICZ, 2012; BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 131, 2015, tradução livre; ALCARÁS, 2020).

Nota-se que, para Domitila Barrios Cuenca, ao falar das suas origens, existe uma ambiguidade nos termos indígena e campesino. Enquanto reconhece a relação com a terra e as atividades econômicas ao citar o movimento que fez com que campesinos deixassem o campo para trabalhar nas minas, supondo essa relação de filiação e ancestralidade de grande parte dos mineiros, também reconhece as línguas indígenas que constituem a identidade do seu pai e do povo das minas, apesar do evidente distanciamento com a cultura da família paterna (ALCARÁS, 2020).

Apesar da estratégia interseccional se fazer presente durante todo o testemunho, a partir das categorias de gênero, classe e etnicidade tecendo essa subalternidade, o marcador de classe social é central no *testimonio* de Domitila. *Si me permiten hablar...* é carregado de leituras marxistas e da “experiência encarnada” como fundamento da vida sindical e organização do espaço de luta política rumo ao poder popular que visa libertar o povo boliviano da dominação capitalista imperialista que tornou os mineiros dependentes de condições precárias de vida (VIRREIRA, 2015).

O fato de Domitila ter nascido e crescido nas minas e ter seus filhos também nos distritos mineiros, diante das mesmas dificuldades de acesso à educação, alimentação, trabalho e moradia demonstram que dentro do sistema capitalista, determinante para condicionar a população indígena à exploração e se submetendo a trabalhos insalubres em detrimento do enriquecimento das burguesias, mostram que para além dos conhecimentos marxistas, a indignação gerada em Domitila pela experiência da exploração vivida no cotidiano é capaz de mobilizar a organização sindical das mulheres no *Comité de Amas de Casa* e instrumentalizar ações organizadas, como greves e manifestações.

Akotirene (2019) escreve sobre como a metodologia interseccional considera a questão do marcador social da diferença de classe como determinante para identificar as negociações com as polícias e sistemas penais para imputação dos estereótipos perigosos, assim como nas dinâmicas dos direitos e/ou obstruções de recursos administrativos em detrimento das vantagens oferecidas pela colonialidade e imperialismo branco classe média

³⁵ ”Yo he visto, por ejemplo, que en algunas casas de mineros, cuando llega un campesino, un indiecito, a vender su papa, no lo dejan dormir en su vivienda, no le sirven en sus mismos platos, no le dan de la misma comida que preparan para la familia.”

e alta. Essa teoria explica, por exemplo, o fato narrado por Domitila na *Tribuna*, denunciando uma justiça desigual.

Eu os fiz ver que não vivem no mundo que é nosso. Eu os fiz ver que na Bolívia os direitos humanos não são respeitados e se aplica o que chamamos de "lei do funil": larga para alguns, estreita para outros. Essas senhoras que se organizam para jogar canastra e aplaudir o governo têm toda a garantia, todo o apoio. Mas mulheres como nós, donas de casa, que se organizam para levantar nossas cidades, nos batem, nos perseguem. Todas essas coisas eles não viram. Eles não viram o sofrimento do meu povo... Não viram como nossos companheiros estão jogando seus pulmões pedaço por pedaço, em poças de sangue... Não viram como nossas crianças estão desnutridas. E claro, não sabiam, como nós, o que é levantar às 4 da manhã e ir para a cama às 11 ou 12 da noite, só para dar conta das tarefas domésticas, pela falta de condições que temos (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.166-167, 2005, tradução livre).³⁶

Na prática, enquanto umas são respaldadas pelos governos com todas suas garantias de proteção, outras são perseguidas e violentadas por buscar melhorar a vida de seu povo. Ou seja, a diferença racial e classista autorizou que mulheres brancas e de classes mais altas estivessem encarregadas de discutir, nas instâncias governamentais, a condição da vida de todas as mulheres, sendo colocadas acima hierarquicamente das mulheres indígenas, negras e mestiças (CORRALES, 2015).

Por isso, é possível dizer que a classe social é o fio condutor da luta e do *testimonio* de Domitila. Naquela *Tribuna* fica evidente que além do não conhecimento da realidade boliviana por parte das mulheres de outros países presentes na ocasião, as mulheres bolivianas de classes mais altas eram coniventes com o fato de que a realidade de seu país era ignorada e mascarada. Domitila cita o exemplo de uma carta magna das Nações Unidas firmada pelo país, que garante ao reconhecimento e direitos das mulheres participarem e se organizarem politicamente, mas que na realidade, só se aplicava às mulheres burguesas (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

Os feminismos hegemônicos do norte precisaram da cumplicidade dos feminismos hegemônicos do sul para dar continuidade à história de colonização e dependência. É por isso que uma análise dos feminismos do

³⁶ Les hice ver que ellas no viven en el mundo que es el nuestro. Les hice ver que en Bolivia no se respetan los derechos humanos y se aplica lo que nosotros llamamos "la ley del embudo": ancho para algunos, angosto para otros. Que aquellas damas que se organizan para jugar canasta y aplauden al gobierno tienen toda su garantía, todo su respaldo. Pero a las mujeres como nosotras, amas de casa, que nos organizamos para alzar a nuestros pueblos, nos apalean, nos persiguen. Todas esas cosas ellas no veían. No veían el sufrimiento de mi pueblo. . . no veían cómo nuestros compañeros están arrojando sus pulmones trozo más trozo, en charcos de sangre... No veían cómo nuestros hijos son desnutridos. Y claro, que ellas no sabían, como nosotras, lo que es levantarse a las 4 de la mañana y acostarse a las 11 ó 12 de la noche, solamente para dar cuenta del quehacer doméstico, debido a la falta de condiciones que tenemos nosotras (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.166-167, 2005).

sul e sua relação de dependência com os feminismos do norte requer uma análise complexa que permita desarmar o mito da suposta unidade interna de seu sujeito "mulheres" e observar um campo vivo de disputa de significados no pós-independência da América Latina. Dessa forma acaba se resolvendo pela imposição e violência simbólica e material contra aqueles cujos corpos são marcados pelos processos de racialização e exploração contínua[...] (MIÑOSO, p. 2010, 2019, tradução livre).³⁷

Domitila assume a luta de classe como a luta da sua vida, travando batalhas nos espaços privados, enfrentado diretamente seu parceiro para que estivesse nos espaços políticos e de discussão, e públicos, usando sua voz nas casas e ruas, nas rádios e no *Comité*. Sempre vislumbrando uma revolução que emanciparia politicamente a Bolívia, enxergava como única solução possível para a libertação do povo mineiro a organização da classe trabalhadora pela via da luta comunitária, dos parentes e da família, já que as consequências das explorações e opressões sofridas pelos trabalhadores recaí também sob esposas, filhos, netos, e todos devem estar unidos pela condição de classe, superando também a lógica colonial patriarcal e machista (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

“A primeira batalha a ser ganha é para deixar a companheira participar com o companheiro e os filhos na luta da classe trabalhadora, para que esta casa se converta em uma trincheira inacessível para o inimigo.[...] Por isso é necessário que tenhamos ideias claras de como é a situação e abandonar para sempre essa ideia burguesa de que a mulher deve ficar em casa e não se meter em outras coisas, em assuntos sindicais e políticos, por exemplo. Porque, mesmo que só em casa, de todo modo está envolvida em todo sistema de exploração que vive seu companheiro que trabalha na mina ou na fábrica ou onde quer que seja [...]” (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.25, 2005, tradução livre).³⁸

Mais que isso, Domitila enxerga a participação das mulheres nas organizações e mobilizações políticas e econômicas como fundamentais para romper paradigmas que as limitam ao espaço doméstico e aos comportamentos recatados esperados socialmente. Já que

³⁷ Los feminismos hegemónicos del norte han necesitado de la complicitad de los feminismos hegemónicos del sur para dar continuidad a la historia de colonización y dependencia. Es por esto que un análisis de los feminismos del sur y de su relación dependiente con los feminismos del norte necesitade un análisis complejo que permita desarmar el mito de la supuesta unidad interna de su sujeto “mujeres” y permita observar un campo vivo de disputa de sentidos en la América Latina pos independencias que termina resolviéndo se a través de la imposición y la violencia simbólica y material hacia aquellas cuyos cuerpos están marcados por los procesos de racialización y de explotación continua[...] (MIÑOSO, p. 2010, 2019)

³⁸ “Y la primera batalla a ganar es la de dejar participar a la compañera, al compañero, a los hijos, en la lucha de la clase trabajadora, para que este hogar se convierta en una trincheira infranqueable para el enemigo. Porque si uno tiene el enemigo dentro de su propia casa, entonces es un arma más que puede utilizar nuestro enemigo común con un fin peligroso. Por esto es bien necesario que tengamos ideas claras de cómo es toda la situación y desechar para siempre esta idea burguesa de que la mujer debe quedarse en el hogar y no meterse en otras cosas, en asuntos sindicales y políticos, por ejemplo. Porque, aunque esté solamente en la casa, de todos modos está metida en todo el sistema de explotación en que vive su compañero que trabaja en la mina o en la fábrica o en lo que sea[...]”(VIEZZER, P.25, 2005).

acredita que “a libertação da mulher está fundamentalmente ligada à libertação socioeconômica, política e cultural do povo” a autora enxerga nas mulheres o papel central de formação política, entendendo que esse tipo de educação e consciência começa, antes de tudo, dentro das próprias casas (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p. 2, 2005).

Tem que haver participação, tem que haver militância política, tem que haver formação política. No mais, nossa luta é de classe: há uma classe que explora, uma classe que se aproveita e uma classe explorada. E a maioria está sendo explorada, o campesino sem terra, o trabalhador explorado. (GARCÉS, 2012, tradução livre).³⁹

Pensando no enfoque das multi transversalidades da premissa interseccional das relações sociais, a autora também reivindica o espaço das mulheres na luta da classe trabalhadora na qual o papel feminino é fundamental para alcançar o poder popular socialista que Domitila enxerga como única possibilidade para libertação do seu povo e, conseqüentemente, para as mulheres. Para isso a Secretária Geral do *Comité* precisou lidar com situações como a represália dos homens do movimento político, que consideravam inconcebível tê-las como aliadas de luta, reforçando o caráter machista da organização sindical mineira, assim como da igreja, que constantemente ameaçava de excomungar as mulheres como hereges ativistas, vistas como comunistas enviadas pelo diabo, que fazia com que as mulheres estivessem menos dispostas e engajadas com o compromisso da classe trabalhadora (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

Segundo Carla Akotirene (2019), utilizar a ferramenta interseccional “é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade”. Portanto, é necessário entender a identidade política dos sujeitos para articular políticas públicas, para além de aprofundar reflexões acadêmicas. A lente interseccional possibilita enxergar as especificidades das mulheres para além da “igualdade” que o marcador de gênero pode carregar, como visto na fala da presidente da delegação mexicana: “Falaremos de nós, senhora... Nós somos mulheres. Veja, senhora, esqueça-se você do sofrimento do seu povo. Por um momento esqueça-se dos massacres. Já falamos bastante disso. E já escutamos bastante. Falemos de nós... de você e de mim... da mulher.”, sugerindo que os problemas da classe trabalhadora, trazidos como pauta por Domitila não fossem problemas “das mulheres” (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.165, 2005, tradução livre).

Prontamente Domitila Cuenca responde:

³⁹ Tiene que haber participación, tiene que haber militancia política, tiene que haber formación política. Además, nuestra lucha es de clases: hay una clase que explota, una clase que se aprovecha y una clase explotada. Y la mayoría estamos así explotados, el campesino sin tierras, el obrero explotado (GARCÉS, 2012).

“Muito bem, falaremos das duas. Mas, se me permite, vou começar. Senhora, faz uma semana que eu a conheço. Cada manhã você chega com uma roupa diferente; e sem dúvida, eu não. Cada dia você chega maquiada e penteada como quem tem tempo de passar em um salão bem elegante e pode gastar um bom dinheiro nisso; e, sem dúvida, eu não. Eu vejo que você tem em cada tarde um chofer em um carro esperando na porta desse local para te levar para casa; e, sem dúvida, eu não. E para apresentar-se aqui como se apresenta, com certeza você vive em uma casa bem elegante, em um bairro também elegante, não? E, sem dúvida, nós mulheres de mineiros, temos apenas uma pequena casa emprestada e quando nosso esposo morre ou fica doente ou é retirado da empresa, temos noventa dias para abandonar nossa casa e estamos na rua. Agora, senhora, diga-me: Você tem algo semelhante à minha situação? Tenho algo semelhante com a sua situação? Então de que igualdade vamos falar? Se você e eu não nos parecemos, se você e eu somos tão diferentes? Nós não podemos, neste momento, ser iguais, mesmo sendo mulheres, entende?” (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, p.166, 2005, tradução livre).⁴⁰

A *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*, de 1975, realizada no México, teve como lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Mas a questão de gênero em nada aproximava as condições de vida das mulheres donas de casa latino-americanas da experiência da burguesia, trazendo à tona duas realidades, como se vivessem em mundos diferentes.

A participação de Domitila e de outras mulheres subalternas presentes foi essencial para questionar a identidade do sujeito feminino hegemônico e mostrar como os mecanismos de exclusão imperialistas marginalizam mulheres negras, indígenas, campesinas, trabalhadoras e donas de casa. Mas, ao mesmo tempo, as feministas brancas, norte americanas e classe média/alta encontram naquele espaço uma estrutura e instituição que possibilitava a implementação de princípios e valores do feminismo que elas defendem, um feminismo que facilmente adere e se beneficia da ordem republicana colonial (VERGÈS, 2020).

Diante da necessidade de defender a validade das experiências como conhecimentos situadas, constituintes do projeto intelectual emancipatório, Domitila Cuenca se ancora na

⁴⁰ Muy bien, hablaremos de las dos. Pero, si me permite, voy a empezar. Señora, hace una semana que yo la conozco a usted. Cada mañana usted llega con un traje diferente; y sin embargo, yo no. Cada día llega usted pintada y peinada como quien tiene tiempo de pasar en una peluquería bien elegante y puede gastar buena plata en eso; y, sin embargo, yo no. Yo veo que usted tiene cada tarde un chofer en un carro esperándola a la puerta de este local para recogerla a su casa; y, sin embargo, yo no. Y para presentarse aquí como se presenta, estoy segura de que usted vive en una vivienda bien elegante, en un barrio también elegante, ¿no? Y, sin embargo, nosotras las mujeres de los mineros, tenemos solamente una pequeña vivienda prestada y cuando se muere nuestro esposo o se enferma o lo retiran de la empresa, tenemos noventa días para abandonar la vivienda y estamos en la calle. Ahora, señora, dígame: ¿tiene usted algo semejante a mi situación? ¿Tengo yo algo semejante a su situación de usted? Entonces, ¿de qué igualdad vamos a hablar entre nosotras? ¿Si usted y yo no nos parecemos, si usted y yo somos tan diferentes? Nosotras no podemos, en este momento, ser iguales, aun como mujeres, ¿no le parece?’

parcialidade e provisoriedade da sua instrumentalidade teórica que não tem como objetivo universalizar as experiências das mulheres bolivianas, quiçá das latino-americanas. Seus registros servem como fonte considerável de análise da construção política e subjetiva das identidades das mulheres das minas diante das encruzilhadas dos marcadores sociais da diferença de raça, gênero, classe e nacionalidade que se relacionam concomitantemente (AKOTIRENE, 2019).

Discutir a construção das identidades das mulheres é profundamente atravessada pela condição econômica, racial e territorial e da sobreposição destas categorias articuladas. Alí no México, durante a *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*, foram as mulheres latino-americanas que mostraram significativa identificação com Domitila. Bolivianas, argentinas, uruguaias e chilenas presentes compartilhavam a vontade de uma representação popular na *Tribuna* contra o imperialismo estadunidense que tentava tomar conta das economias e culturas dos países do sul global, violando seus direitos e corpos, além de compartilharem o orgulho de estarem cumprindo a missão de representar e dar visibilidade para seus povos na *Tribuna* (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

É importante destacar ainda que o *testimonio* de Domitila expõe a realidade do corpo feminino torturado e desvela a violência física e psicológica, violência de gênero, violência sexual, violência policial e estatal, ambas institucionalizadas por um governo autoritário (CORRALES, 2015). As conhecidas armas de guerra usadas para violar direitos são ainda somadas ao estupro, ameaça ou violência consumada contra os filhos e a família. Rita Segato (2005) discorre como o estupro, arma de guerra comumente usada em conflitos, como as ditaduras latino-americanas, como estratégia para violar não somente o corpo da mulher como também como uma derrota psicológica e moral para a pessoa violada, sua família e sua comunidade, expressando controle absoluto de uma vontade sobre a outra.

Assemelhando-se com a tortura, agressão física e moral, o domínio, soberania e controle são sua razão de ser. Portanto, é possível dizer que a finalidade desse tipo de coerção que adquire um aspecto punitivista, que só faz sentido diante de uma comunidade de pessoas vivas, se aproxima da ideia de colonização mais que de extermínio. “Em um regime de soberania, alguns estão destinados à morte, para que em seu corpo o poder soberano grave sua marca; nesse sentido, a morte desses escolhidos para representar o drama da dominação é uma morte expressiva, não uma morte utilitária.” (SEGATO, 2005).

Sendo a vítima uma mulher que merece ser contida, censurada e disciplinada diante de maus comportamentos e desvios de condutas esperadas de uma mulher, conforme o *testimonio* de Domitila exemplifica, a dominação do alheio deixa suas marcas e revela o sujeito por trás de um ato: neste caso o exército, ou melhor, o Estado. Assumindo uma posição de moralizador, o Estado exprime sua função soberana de demonstração de poder, escolhendo inclusive em quais condições práticas exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte. E mais do que quem morre e quem vive, o Estado também define como morrer (SEGATO, 2005; MBEMBE, 2017).

Portanto, a discussão em torno de gênero está profundamente atravessada pela violência. Em uma perspectiva transcultural, a masculinidade expressada na polícia, no Estado, ou no próprio pai, companheiro ou outra figura masculina, está constantemente em busca de demonstrar sua virilidade, que mediante processo de prova ou conquista, precisa ser constantemente alimentada para manutenção do seu status no poder patriarcal (SEGATO, 2005).

O apagamento da contribuição das mulheres no período das ditaduras que tomaram conta da América Latina na década de 1960, que arrisco dizer que a violência é a característica mais marcante, segue a lógica do esvaziamento da sua militância e atuação que continuam ocupando um lugar marginal na história da luta por direitos. Das várias formas mencionadas por Spivak (2010) de silenciar sujeitos subalternos, a violência epistemológica é ainda somada aos sucessivos casos de violência estatal, de governos autoritários militarizadas e das injustiças de gênero, classe e raça legitimados pela ordem política vigente.

Por isso, buscar justiça para mulheres é também buscar justiça para todos. Uma vez que se questiona a naturalização da opressão, a colonialidade do poder é posta à prova assim como o feminismo hegemônico, o imperialismo, o capitalismo e a colonização. Uma pedagogia decolonial que parte do ver, ouvir, sentir e aprender entende que a luta é coletiva e concebe como real o imaginário utópico de uma promessa radical de construir novas possibilidades de vidas, de sonhos e de libertação, transgressoras da universalidade, racionalidade, civilidade impostos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REIVINDICAR O FEMINISMO

Si me permiten hablar... constitui, por meio do *testimonio* de Domitila Barrios Cuenca, uma reivindicação, de maneira plural e multifacetada, dos acontecimentos da sua vida e da história do movimento socialista na Bolívia. O bastão de classe carregado durante toda a obra é, em primeiro lugar, determinante para a manutenção dos mecanismos de dominação e, ao mesmo tempo, a única solução possível para libertação do povo boliviano por meio da organização da classe trabalhadora, camponeses, donas de casa e indígenas, buscando um poder popular por meio de uma revolução socialista.

Seu protagonismo como dirigente do *Comité de Amas de Casa* não só explicita seu comprometimento com a organização social de uma alternativa política para libertação das ditaduras militares na Bolívia, em uma crescente de governos autoritários e ditatoriais em toda a América Latina impulsionadas pelo imperialismo norte americano a partir dos anos 1960, como faz uma análise situada a partir de uma visão popular consciente dos mecanismos de causa e de manutenção da exploração capitalista, que manteve o povo mineiro em condições de miséria nos centros produtores de estanho destinados à exportação (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

Questionando a ausência de participação feminina nos espaços de representação, atuação e organização política sindical, Domitila traz à tona o que a teoria feminista tardará a tratar: a “interseccionalidade” encarnada. Ideias que marcam a articulação de diferentes formas de desigualdades já integravam os discursos dos movimentos sociais antes de se tornarem teorias (DIAZ-BENITEZ, 2020). Seu *testimonio*, carregado de noções e práticas facilmente reconhecidas como feministas, expõe a opressão feminina não só presente na sociedade boliviana, como no discurso marxista do proletariado mineiro e em espaços feministas como a *Tribuna del Año Internacional de la Mujer*.

Por isso, pensar o marcador social de gênero dentro do *testimonio* de Domitila revela os desencontros discursivos e metodológicos feministas e traz sua enorme contribuição para os estudos feministas, de forma ainda atual, explicitando que as vivências femininas, por mais que hajam seus pontos de convergência, não podem ser lidas de forma homogênea, assim como suas pautas e lutas prioritárias. Lugones (2014) afirma que ao definirmos o ser humano como ser binário, apagamos toda a sua subjetividade e intimidade potentes. Se considerarmos a categoria mulher como categoria homogênea, estaremos ignorando a articulação raça, classe, gênero e nação, como características determinantes para experiência humana, principalmente no que tange às opressões. As violências que perpassam a vida das

mulheres indígenas, negras e pobres, por exemplo, não são resumidas apenas a uma opressão de cunho patriarcal, mas também são conformadas pela marginalização por questões de raça e classe (LUGONES, 2014).

A necessidade moderna de universalizar as experiências, principalmente no que tange à produção de conhecimento, faz parte do que chamamos de colonialidade do saber que determinam, a partir de um saber situado, a epistemologia ocidental, desde o contexto do capitalismo colonial, a invisibilidades de experiências e saberes construídos fora dessa lógica hegemônica (DUSSEL, 2004). Essa colonialidade, presente também no feminismo hegemônico, é um dos desafios atuais travados para “fazer ressurgir do silêncio as vidas das mulheres “anônimas”” (VERGÈS, p 43, 2020).

A estruturação do *testimonio*, organizado pela teórica e educadora popular feminista Moema Viezzer, contribui para entender a extensão do compromisso social de Domitila com o comprometimento da luta da classe trabalhadora e das suas responsabilidades políticas ao *testimonio*. Sendo o *testimonio* o gênero a partir do qual pode-se reescrever a história e resgatar o papel importante de reconstruir as memórias coletivas, como forma de resistência, dos povos subalternos na história, pode-se estabelecer no presente um posicionamento crítico sobre o tornar-se histórico de um país e suas diversas versões em busca de um projeto de futuro que consiga atribuir sentido ao passado de opressão e violência (ALONSO, 2017).

O *testimonio* aparece como um forte aliado para humanizar diferentes formas de ser e estar no mundo e exemplificar esse lugar de fala das populações excluídas do “terceiro mundo”, minorias nacionais e subculturas a partir de seus lugares sociais e sendo inquestionável seu valor igualitário de importância como forma cultural (BEVERLEY, 1987). Mas fica o questionamento: é possível realizar um trabalho que vá além da documentação de estereótipos já existentes de sujeitos subalternos?

A natureza da função compiladora em *testimonios* é um dos pontos mais debatidos na discussão do gênero. O desafio da perda da oralidade, privilegiando o alfabetismo e letramento, pode reforçar as desigualdades de classe e raça em um primeiro momento. Por outro lado, a literatura permite o acesso a um público leitor nacional e internacional que possivelmente não teria conhecimento da narrativa em caso de não publicação e não publicização. Portanto, é importante por caracterizar “principalmente uma maneira de dar voz e nome a um povo anônimo e cruzar as culturas do oprimido e do opressor e a dialética do oprimido e do opressor” (BEVERLEY, p.15, 1987).

Spivak (2010) busca, em “Pode um subalterno falar?” questionar a posição do intelectual pós-colonial ao explicitar que “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico” visto que esta pode ser mais uma forma de reprodução das estruturas de poder, inconsciente do lugar de onde teoriza, recolocando o subalterno como objeto de conhecimento ou estudo (SPIVAK, 2010). Sendo assim, é parte do papel do intelectual propiciar espaços onde os subalternos possam falar, se auto representarem sem agenciamentos, e serem ouvidos como sujeitos epistemológicos potentes.

Algumas perguntas são importantes de serem lembradas quando estamos falando da luta feminista: Com que mulheres os feminismos dialogam? Por quem eles lutam e a quem ele de fato abraça ou exclui? Os feminismos decoloniais aparecem como uma forte alternativa para criticar um feminismo individualista neoliberal e contestar a colonialidade do poder e a naturalização das relações de dominação entre europeu e não-europeu, baseada primeiramente na noção de raça e superioridade biológica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento (QUIJANO, 2020). Focada nas práticas latino-americanas, investe em questionar e revisar a epistemologia feminista eurocentrada e associa os ativismos e teorias antirracistas, ambientalistas, trabalhistas e em defesa dos imigrantes.

Mais que isso: os questionamentos em torno de como tecemos nossas concepções em torno das produções do pensamento latino-americano consideram os conhecimentos produzidos por mulheres e outros sujeitos subalternos? Nesse trabalho busquei apresentar a importância das experiências vividas e do “conhecimento encarnado” para a produção epistemológica, nas quais os *testimonios* podem assumir papel central, tendo em vista que experiências vitais como a de Domitila, se representadas nas formatações tradicionais da literatura canônica, não assumiriam adequadamente a potência do registro testimonial.

Com foco nas experiências femininas, é evidente que a “interseccionalidade” como teoria, metodologia e instrumento prático é essencial para identificar, interpretar e agir perante as amarras coloniais que produzem diferenças diante dos fluxos identitários e as implicações políticas das discriminações, calcadas no binômio raça-gênero (AKOTIRENE, 2019). Domitila Barrios Cuenca, metodologicamente/praticamente/vividamente falando, intersecciona as condições estruturais de gênero, raça, classe e nação demonstrando a articulação e impacto da relação dessas estruturas nas experiências das mulheres das minas e desfazendo a noção de mulher universal baseada em características físicas e

comportamentos de fragilidade e sensibilidade impossível de abarcar todas as mulheres, principalmente as não brancas e de classes populares (LUGONES, 2010).

Figura 13 - Domitila discursando em uma manifestação.



Fonte: Esquerda Online (2017).

Em seu *testimonio*, Domitila mostra-se muito consciente das evidentes situações com interferência das opressões machistas, classistas e racistas desde sua infância até a vida adulta, passando por perspectivas educacionais, econômicas, políticas e familiares (BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005). Nesse sentido, o fortalecimento de práticas feministas de lente analítica e metodologia interseccional, capazes de “enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019 p. 19) é fundamental para uma compreensão das estruturas de poder e organização de uma luta popular com vistas a diversificar noções pré estabelecidas de humanidades, corpos, experiências, sociedades, sonhos e cosmovisões. Para além disso, é muito importante que a ideia de interseccionalidade seja alimentada pela contribuição de diferentes pensadores e pensadoras sendo tanto acadêmicas, quanto ativistas e dos movimentos sociais, que já praticavam o conceito antes da sua teorização. Precisamos, portanto, latinizar a interseccionalidade entendendo como o pensamento social e político latino-americano reverbera na construção de seus conceito e vice-versa.

Assim como as perspectivas feministas latino-americanas são resultado da importante comunicação de feminismos imbricados e de saberes e práticas locais de

organizações populares, populações tradicionais, negras e indígenas, a interseccionalidade é uma ferramenta que possibilita a abertura de um espaço capaz de construir, de forma mais simétrica, a produção de conhecimento. Na Bolívia são estes grupos sociais as peças fundamentais para recorrer, a partir de lógicas comunitárias, ao enfrentamento coletivo de ir contra a estrutura colonial baseada no poder e no capital, mostrando inclusive que a luta pela transformação do Estado em direção à plurinacionalidade faz parte da dinâmica de luta pela vida.

No contexto atual, países como a Bolívia, Guatemala e Equador, apresentam alternativas de feminismos que se denominam como “comunitário e popular”, que apesar das suas características e distinções próprias, são feminismos que convergem no fato de se desenvolverem a partir das **experiências localizadas**, abandonando a ideia de um feminismo importado do norte e das mulheres brancas. Ao contrário, essa linha de pensamento é necessária para explicar inclusive a rejeição das mulheres do sul pelo termo “feminismo”, que não as representam. Além disso, é muito forte a concepção de construir o caminho do reconhecimento e diálogo por meio da construção coletiva e complementar para além dos paradigmas dos direitos individuais, provocando uma ruptura nas noções do feminismo da igualdade e feminismo da diferença (BARRAGÁN, et al, 2020).

Julieta Paredes, artista e escritora de La Paz, feminista lésbica, decolonial, aymara, criadora do Feminismo Comunitário de Abya Yala e integrante do grupo Mujeres Creando⁴¹, explica sobre a comunidade, valor central para o feminismo comunitário, como uma forma de organização social e de vida que possivelmente se assemelhava com a “lucha de la pareja”, citado por Domitila, complementando a luta de classe.

“A comunidade está constituída por mulheres e homens como duas metades imprescindíveis, complementares, não hierárquicas, recíprocas e autônomas uma da outra, o que necessariamente não significa uma heterossexualidade obrigatória, porque não estamos falando de casal, mas sim de par de representação política, não estamos falando de família, mas sim de comunidade” (PAREDES, p. 200, 2020).

É ainda valor inegociável a alteridade, princípio básico que pressupõe uma interdependência e reciprocidade, que alimenta ainda o bem viver das mulheres. Essa luta que beneficia a comunidade, como organismo vivo, deve ser traduzida em políticas públicas que começam na própria comunidade e devem tomar proporção nacional, buscando justiça e

⁴¹ Mujeres Creando é um coletivo feminista boliviano fundado em 1992, em oposição ao movimentos neoliberais do final do século XX. Através da arte, manifestações culturais, teatro de rua, o coletivo busca ações para o combate à pobreza e a segregação de gênero.

reparação, principalmente para mulheres indígenas que são duplamente atingidas pelas opressões de gênero e etnicorracial (PAREDES, 2020).

Assim, como o feminismo comunitário propõe uma alternativa à sociedade individualista, compreendendo que todo grupo humano pode constituir uma comunidade de bairro, de afeto, educativa, política ou de qualquer outro tipo, Domitila, anteriormente, deixa sua grandiosa contribuição na provocação pela consciência e luta rumo a descolonização, despatriarcalização e superação do capitalismo em países historicamente explorados por meio da popularização, valorização e do reconhecimento das experiências de resistência sul global como uma proposta de transformar a vida a partir de um olhar integral e comunitário (PAREDES, 2020; BARRIOS DE CHUNGARA, VIEZZER, 2005).

Portanto, fica o em aberto, como uma possível posterior agenda de pesquisa, pensar em como o feminismo comunitário boliviano se apropriou da narrativa de Domitila e como sua contribuição ressoa no presente, considerando apropriações e críticas, nos movimentos feministas, movimentos anti-autoritários, anti-militaristas, trabalhistas e/ou emancipatórios na Bolívia, por exemplo. Outra possível lacuna a ser preenchida, pensando em abrir portas para novas aproximações, diz respeito ao entendimento da sua presença (ou ausência) em outros países latino-americanos como México, Argentina e Brasil, como também no norte global, que podem trazer contribuições de enorme valia nos campos no pensamento social latino-americano, memória e *testimonio* e feminismos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALCARÁS, Edwin. Mestizaje, identidad e resistencia en dos textos de Domitila Barrios. Letras Hispanas. Volume 16. Julho, 2020.
- ALMEIDA, Magdalena Maria de. História Oral e Formalidades Metodológicas. Anais Eletrônicos XI Encontro Nacional de História Oral Memória, Democracia e Justiça. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ALONSO, Noemi Acedo. El género testimonio en Latioamérica: aproximaciones críticas en busca de su definición, genealogía y taxonomía. Mirador Latinoamericano. México, 2017/1: 39-69.
- ANDRADE, Evaraldo de Oliveira. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. Caderno de Ciências Sociais, volume 3, fundação ABC, pp. 91-133, 2012.
- ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. História Oral, v. 15, n. 2, 2012.
- SÃO PAULO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Mil Mulheres para o prêmio Nobel da Paz 2005. Site oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Setembro de 2005. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=271812>
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11, pp.89-117, Brasília, maio-ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/> . Acesso em: 03 set. 2021.
- BERGSON, Henri. Matéria e Memória. Trad. Paulo Neves, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BEVERLEY, J. Subalternidad y testimonio: en diálogo con Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia, de Elizabeth Burgos (con Rigoberta Menchú). Nueva Sociedad, n. 238, 2012, p. 102-113

BEVERLEY, John; ACHÚGAR, Hugo. La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa. Revista Abrapalabra, Universidad Rafael Landívar. Guatemala, 2002.

BEVERLEY, John. "Anatomía Del Testimonio." Revista de Crítica Literaria Latinoamericana, vol. 13, no. 25, 1987, pp. 7–16, <https://doi.org/10.2307/4530303>. Accessed 3 May 2022.

BÖSCHEMEIER, Ana Gretel E., CEJAS, Mónica Inés., CARNEIRO, Rosamaria Giatti. Dossiê Genealogias Encarnadas. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Volume 15, nº 1/2021- ISSN: 1984-1639

BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. Revista Perspectivas. São Paulo, v.38, p.17-48, jul/dez 2010.

BRITO, A. B. de. Verdad, justicia y memoria en Cono Sur. In: BRITO, A. B. de; AGUILAR FERNÁNDEZ, P.; GONZÁLEZ ENRIQUEZ, C. (Ed.). Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias. Madrid: Istmo. p. 195-245. 2002.

BUSTOS, Guillermo. Enfoque subalterno e historia latinoamericana: nación, subalternidad y escritura de la historia en el debate Mallon-Beverley In. Estudios Culturales Latinoamericanos: Retos desde y sobre la región andina. Primeira edição. Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala Quito: Editora Catherine Walsh, septiembre 2003.

BYSTROWICZ, Malena. Habla Domitila. UITA - Secretaría Regional Latinoamericana. Montevideo. Uruguay. Página 12. 29 de março de 2012. Disponível em <http://www6.rel-uita.org/contratapa/domitila.htm>

CABECINHAS, Rosa; LIMA, Marcus; CHAVES, Antônio M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. 2006.

CALVEIRO, Pilar. 2006. "Testimonio y memoria en el relato histórico". Acta Poetica 27 (2):65-86.

CHUNGARA, Domitila Barrios de. VIEZZER, Moema. Si me permiten hablar: testimonio de Domitila una mujer de las minas de Bolivia. Edição Digital (2005)

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução?: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória, 2017.

COMEGNA, M. A. As comunidades locais da Bolívia. Em Teses Universidade de São Paulo- USP. São Paulo, 20__ . Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03072006-122302/publico/Capitulo4.pdf>

CORRALES, Carla Rodríguez. De la memoria al discurso: una aproximación a “Si me permiten hablar...”. Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia (1977), Moema Viezzer. Revista de Historia Nº 72- ISSN: 1012-9790. Julio-Diciembre 2015, pp. 57-73.

CRENSHAW, Kiberlé. Interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero: Brasília, Unifem, 2004, p.7-16

CRIVELANTE, Mariana Ramos. Memória e Resistência. “Sítios de Memória e Direitos Humanos: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação da América Latina”. USP. São Paulo, 2015-2017. Disponível em: <https://paineira.usp.br/memresist/>

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia- 1.ed. - Curitiba: Appris, 2018.

CURIEL, Ochy. La lucha política desde las mujeres ante las nuevas formas de racismo. Aproximación AL análisis de estrategias. Fevereiro, 2002.

CURIEL, Ochy. Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista: desuniversalizando el sujeto “Mujeres”. Perfiles Del Feminismo Iberoamericano, vol. III Catálogos, Buenos Aires, 2007.

DA SILVA, Giovani José. A Bolívia, a Chiquitania e as populações indígenas em um mosaico étnico e cultural. Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas. volume 6, nº 2/2012

DAVIS, Angela, 1944. Mulheres, raça e classe / Angela Davis; Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.

DÍAZ-BENITEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 p. 261-283

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante. 2019

FEMIFILME. Cinedebate. Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG). Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. 2ª Edição. Brasília. 21 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e6-jO3RZcgc&t=4937s>

FRANCO, Jean. Si me permiten hablar: La lucha por el poder interpretativo. In La voz del outro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa. Revista Abrapalabra, Universidad Rafael Landivar. Guatemala, p. 121-128, 2002.

FRASER, Nancy. Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escola de Hobson. In: GEISELBERGER, H. (Org.). A Grande Regressão. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. pp. 77-89.

GARCÉS, María del Carmen. CHUNGARA, Domitila. Domitila Chungara, todo por ganar. Revista Maíz. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata. ISSN 2314-1131. 2012. Disponível em: <https://www.revistamaiz.com.ar/2019/01/domitila-chungara-todo-por-ganar.html>

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMÉZ, Margarida Victoria. Testemunho de mulher: entrevista com Moema Viezzer. Z Cultural. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano XIII. 1º Semestre de 2018. ISBN 19809921 Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/testemunho-de-mulher-entrevista-com-moema-viezzer/>

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social, v. 7, n. 13, 2008.

GONZALÉZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino americano. En: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n. 1- Batalhas de Ideias, Brasil, 2011

GONZALÉZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984

HERNÁNDEZ, Silvia Soriano. Recuerdos polémicos: memorias y testimonios durante conflictos bélicos en Guatemala. Cuadernos Americanos: Nueva época (México) 135, n. 1 (2011): 157-185

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais /organização e apresentação Heloisa Buarque de Holanda; autoras Adriana Varejão...[et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, bell. Intelectuais Negras. Tradução de Marcos Santarrita. In: Estudos Feministas, 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. História Oral, v. 13, n. 1, 2010.

LANG, Miriam, KUCIA, Anna (comp.). Mujeres indígenas y justicia ancestral. Ecuador: Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM) Región Andina. 2009.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Jacques Le Goff; Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 7ª ed. revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIBRETEXTS Humanities. Domitila Barrios (Bolívia). 25 de novembro de 2021. Disponível em [https://human.libretexts.org/Courses/Saint_Mary's_College_\(Notre_Dame_IN\)/Aprende_Espanol_con_Libretexts_\(Learn_Spanish_with_Libretexts\)/Conversacion_mujeres/03_Domitila_Barrios](https://human.libretexts.org/Courses/Saint_Mary's_College_(Notre_Dame_IN)/Aprende_Espanol_con_Libretexts_(Learn_Spanish_with_Libretexts)/Conversacion_mujeres/03_Domitila_Barrios)

LUGONES, Maria. Rumo ao feminismo descolonial. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. Arte & Ensaios, 2(32), 122 - 151. Rio de Janeiro. 2017. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

MENDLOVIC Pasol, Bertha. 2014. “¿Hacia una “nueva época” en los estudios de memoria social?”. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales 221: 291-316.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de.

Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 155-171

MINAYO, M. C. S. (2008). A utilização do método qualitativo para a avaliação de programas de saúde. Prefácio. In R. O. Campos, J. P. Furtado & E. Passos, R. Benevides. (Orgs.). Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade. (15-19). São Paulo: Aderaldo & Rothschild.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Hacer genealogia de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la Razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol.10, N.03, 2019, p. 2007-2032. DOI:10.1590/2179-8966/2019/43881|ISSN: 2179-8966

MORIGI, Valdir Jose. Memória, representações sociais e cultura imaterial. Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social, v. 8, n. 14, 2012.

MUJERES DE LA MINA. Argentina. Direção de Loreley Unamuno e Malena Bystrowicz. 2014. Beverly Hills: EPF Media, Inc. 1 vídeo. Disponível em: <https://vimeo.com/150176411>. Acesso em: 21 out. 2021. (62min), colorido.

NIEUKERK, Erika. “La ideología feminista en ‘Si me permiten hablar...’ Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia”. El Texto Hispanoamericano/ The Spanish American Text. Vol. 1, No. 1, 2014

NORA, Pierre (Dir.). Les lieux de mémoire, t.1, La République. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma revisão crítica. Arquivos da memória, n. 2 P. 4-23, 2007

POLLAK, Michel (1989). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. en: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIBEIRO, Mara Cristina; MACHADO, Ana Lúcia. O uso do método história oral nas pesquisas qualitativas: contribuições para a temática do cuidado em saúde mental. *Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia* v.14, n. 2 (2014) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda Dos. O pesadelo da amnésia colectiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *ReCiL - Repositório Científico Lusófona*. 2002.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Rev. Estud. Fem.* 13 (2) • Ago 2005 • <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200003>

SELIGMANN-SILVA, M. (Org.) *Testemunho e a Política da Memória: O tempo depois das catástrofes*. *Proj. História*, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005

SILVA, Yasmin Justo da. *Domitila Barrios de Chungara: um olhar decolonial para o testemunho feminino latino-americano/ Yasmin Justo da Silva; Livia Maria de Freitas Teixeira, orientadora; Ximena Antonia Diaz Merino, coorientadora*. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942. *Pode o subalterno falar? / Gayatri Chakravorty Spivak; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa*. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p. (Babel) Tradução de: *Can the Subaltern Speak?* ISBN: 978-85-7041-816-6

TRUTH, Sojourner. *E eu não sou uma mulher?- Sojourner Truth*. Tradução de Osmundo Pinho, Geledés, 8 de janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Françoise Vergès; traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Un féminisme décolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 14 pp. ISBN 978 85 7126 060 3

VIRREIRA, Rocío Zavala. Si me permiten hablar...: la subjetivación plural en relato testimonial de Domitila Chungara. Avatares del testimonio en América Latina. Kamchatka. 6 diciembre 2015. Págs. 379-392